

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INEP/MEC

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. * **Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional** (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

A UFMG é uma Instituição de Ensino Superior pública historicamente comprometida com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do País. Para consolidar tal missão, procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais. Partindo da compreensão de que a Educação Superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a UFMG constrói formas efetivas de cooperação institucional nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais consiste na integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, em que se busca privilegiar os projetos e programas de maior impacto acadêmico e social, com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. A implementação dessa política advém da compreensão de que a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade constitui um instrumento indispensável para atenuar e, mesmo, superar situações de desigualdade social.

Em 2003, o Conselho Universitário estabeleceu a criação de cursos noturnos como mecanismo prioritário e mais adequado para o alcance das metas de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior. Essa decisão fundamentou a alocação de novas vagas da proposta de adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As metas para o período 2008-2012 foram: ampliar o total de vagas para mais de 6.509, correspondendo a uma matrícula projetada de 32.000 estudantes; ampliar o ingresso na pós-graduação (8.500 mestrandos e doutorandos); expandir o turno noturno; reduzir a seletividade social do concurso vestibular; propor cursos para o atendimento das demandas emergentes.

Os 31 cursos criados no REUNI (30 já reconhecidos pela visita *in loco* do MEC), resultam da experiência acumulada pela UFMG, no âmbito da graduação, da pós-graduação e da extensão, na formação acadêmica direcionada aos mais diversos campos do saber. Esses novos cursos compartilham a experiência acumulada pela Instituição no trato da diversidade (social, cultural, étnica) e expressam, nos processos formativos que conduzem, o compromisso social assumido pela mesma ao longo de sua história. Exemplos: Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, Engenharia Aeroespacial, Gestão Pública e Licenciatura Intercultural Indígena

A expansão de vagas na graduação presencial, com acréscimo de 2066 vagas novas, permitiu o aumento em 46% da matrícula projetada: 2007 = 23.983 e 2012 = 35.133, superior ao estabelecido no REUNI (20%). O total de 6740 vagas iniciais em cursos de graduação presenciais, ofertadas em 2016, configura o patamar de oferta alcançado em 2012. Distribuídas entre 51 cursos, 1470 vagas (71,15%) foram destinadas para o turno Noturno. Em 2007, 21% das vagas dos cursos de graduação eram ofertadas no turno Noturno; e em 2014, 32,7%. Na pós-graduação, a meta de expansão de matrícula foi atingida em 2013 (8.465).

Ao definir as metas para o PDI 2013-2017, a UFMG estabeleceu a necessidade de consolidar a expansão da graduação, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes, realizando a avaliação dos resultados dessa expansão e desenhando eventuais medidas de ajuste necessárias. A adequação da infraestrutura estava em franca expansão, como exemplificado pela construção de três centros de atividades didáticas (CADs), mas sofreu impacto dos cortes orçamentários que vem ocorrendo desde 2014.

A avaliação dos resultados da expansão tomou por referência as metas do REUNI: a elevação da relação

de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18:1, e elevação gradual da taxa de conclusão (TCG) média dos cursos de graduação presenciais para 90%; ao final de 5 anos. Com relação à alocação de docentes, a superação da meta ocorreu em 2013, ano em que a relação aluno-professor foi 20:1. A TCG foi definida como a relação entre o total de diplomados, em um determinado ano, e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição 5 anos antes. A TCG foi 86% em 2011, 82% em 2012, 65% em 2013 e 54% em 2014. As causas da redução da TCG estão sendo analisadas pela Prograd e, em parte, podem ser resultado da grande mobilidade dos estudantes entre cursos e instituições, acentuadas pelo SiSU. Isso tem sido abordado na UFMG com a oferta ampla e regular de vagas remanescentes, assim como políticas que visam a permanência do estudante na UFMG. Ressalta-se que a UFMG se situa em primeiro lugar em relação ao Indicador Aluno Equivalente Graduação (Nota Técnica número 24, set/2014, Coordenação Geral do Censo/INEP), que reflete a eficiência da IES, analisando a relação entre número de matriculados, ingressantes e concluintes nas IES federais.

As ações formativas da Rede de Desenvolvimento de Práticas de Ensino Superior, nomeada de “GIZ”, atendem, desde 2009, tanto ao aumento significativo de cursos e de alunos quanto às necessidades de formação demandadas, de forma inovadora, no emprego das tecnologias e metodologias de ensino.

De 2009 a 2012, a UFMG adotou, como ação afirmativa, o Programa de Bônus, que agregava 10% à nota final dos candidatos que tinham cursado sete anos em escola pública. Os candidatos que também se autodeclaravam pardos ou pretos recebiam bônus de 15% em sua nota final. O Programa de Bônus elevou o percentual de egressos de escola pública: 31% de 2007 para 45%, em 2009. Em 2013, o Programa de Bônus foi substituído por cotas, como definidas pela lei 12.711. A Lei de Cotas previa o aumento do percentual de vagas reservadas, de 12,5%, no primeiro ano, até atingir 50%, em 2016. Além disso, o Vestibular foi substituído em 2014 pelo SiSU.

Atualmente, a Prograd tem se dedicado a estudar o impacto das ações afirmativas, em especial da Lei das Cotas, na mudança do perfil dos estudantes na UFMG no período 2012-2016. Os ingressantes com renda familiar de até 5 salários mínimos tornaram-se maioria e passaram a se distribuir de forma mais equilibrada entre os cursos, passando a alcançar também as formações mais concorridas, como Medicina e Direito. O percentual dos alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, em 2016, alcançaram 55% de todo o corpo discente. A adesão ao SiSU elevou o percentual de alunos provenientes de outros estados, passando de 4,45% para 9,6%. Um terço dos alunos matriculados nos cursos de graduação concluíram ensino médio fora de Belo Horizonte – 21% são oriundos do interior de Minas e 9,6% de outros estados. Em 2016, apenas Roraima e Amapá não se encontravam representados no conjunto dos novos estudantes da UFMG. A soma de autodeclarados pretos e pardos com os que não desejam declarar é estável, variando de 54,5%, em 2012, para 53,6%, em 2013, 52,7%, em 2014, 52,1%, em 2015, e 54,9%, em 2016. Outro relevante estudo conduzido em 2015, demonstrou que o desempenho de estudantes que recebiam apoio social e admitidos após as políticas de bônus e cotas não diferiam dos demais, desconstruindo o argumento sobre a preocupação com a queda da qualidade acadêmica das universidades públicas com a adoção de ações afirmativas.

A UFMG, atenta à necessidade de melhorar os mecanismos de acompanhamento dos cursos de graduação, instituiu, entre 2014 e 2017, diversas ações estratégicas e de fomento que, somadas às ações de assessoramento já efetivadas junto a cursos e NDE's, visam assegurar tanto o aprofundamento da integração, nos currículos, de temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, aos direitos humanos e à educação ambiental como, também, o aprimoramento da política de flexibilização curricular. Citam-se como exemplos: formação complementar de caráter transversal, fortalecimento das ações de extensão, integração entre graduação e pós-graduação, revisão das normas de graduação.

1.2. * **Projeto/processo de autoavaliação institucional.**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMG apresenta uma composição que garante a participação de representantes dos docentes, dos alunos, dos técnicos administrativos e da sociedade civil organizada, sem predominância de nenhum segmento. Em 2014, a CPA foi reestruturada com os objetivos de atender a demanda crescente das atividades relacionadas a autoavaliação e a avaliação externa realizada pelo MEC; promover a institucionalização da autoavaliação em todas as áreas da Universidade; ampliar a pesquisa de

material analítico a ser utilizado nos relatórios anuais de autoavaliação; possibilitar à comissão ter uma percepção melhor sobre os cursos de graduação e de pós-graduação e estabelecer uma comunicação mais efetiva com coordenadores de cursos (RESOLUÇÃO 15/2014). A CPA-UFMG passou a ser constituída por: I - Diretor e o Diretor Adjunto da Diretoria de Avaliação Institucional indicados pelo Reitor; II - 14 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo CEPE, e nomeados por Portaria do Reitor, sendo: a) 6 servidores docentes; b) 5 servidores técnico-administrativos em educação; c) 2 discentes; d) 1 membro não pertencente aos quadros da UFMG. Na indicação dos membros docentes foi observado o equilíbrio entre as áreas do conhecimento: Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes. Quanto ao segmento dos técnico-administrativos em educação, foram convidados para participar servidores que atuam em setores prioritários no processo de autoavaliação. Em relação ao segmento discente, os alunos foram indicados pelo DCE. Dois educadores foram convidados para serem os membros externos. Reconhecendo a existência e a legitimidade de diversas iniciativas de autoavaliação que acontecem na universidade, a composição da CPA foi pensada visando a representatividade da comunidade acadêmica (professores de diferentes áreas do conhecimento, servidores técnico-administrativos e estudantes), assim como a articulação entre setores essenciais no processo avaliativo na UFMG, como: Pró-Reitorias (Graduação, Extensão e Recursos Humanos), Diretorias (de Relações Internacionais, de Ações culturais, de Educação à Distância e de Inovação e metodologias de Ensino), Centro de Comunicação (Cedecom), Fundação Mendes Pimentel (FUMP) e Diretório Central dos Estudantes (DCE). Com esta composição foi possível conhecer, articular e obter informações para elaborar os estudos de avaliação sobre os temas definidos em cada eixo avaliativo.

O projeto de autoavaliação institucional foi desenvolvido incluindo as atividades previstas, definição de objetivos, cronograma, distribuição de tarefas, estratégias, metodologia e recursos. A CPA reuniu-se periodicamente e sistematizou demandas/ideias/sugestões para definir os temas prioritários da autoavaliação. Foram organizados grupos de trabalho para o levantamento de informações, análise crítica e elaboração do relatório. Os grupos de trabalho contemplaram os cinco eixos de avaliação do instrumento de avaliação institucional externa (2014) e o Roteiro de Autoavaliação Institucional (2004) elaborados pelo Ministério da Educação (Conaes e Inep) de acordo com as dez dimensões avaliativas do Sinaes (Lei nº 10.861). O objetivo foi estabelecer os conteúdos essenciais do Relatório de Autoavaliação. Foram utilizados como fonte ou instrumentos e procedimentos de coleta de dados: Dados estatísticos: Censo da Educação Superior, Cadastro e-MEC, Plataforma Sucupira CAPES; Questionários do estudante do Enade; Relatórios e estudos sobre o Enade; Relatórios de avaliação externa (visitas in loco); Entrevistas com membros da comunidade acadêmica; Questionário de avaliação discente da UFMG; Relatórios de seminários realizados com coordenadores de colegiado e membros de NDE, com aplicação de questionários; Análise de documentos: PDI, Programa UFMG Contemporânea, Instrumentos de avaliação do Inep, Boletins Informativos, Projetos pedagógicos dos cursos.

O início das atividades da nova CPA (gestão 2014-2017) foi marcado pela realização do “I Encontro entre CPA e Colegiados dos Cursos de Graduação da UFMG: Autoavaliação e Qualidade da Educação Superior”, no dia 13 de outubro de 2014, com o objetivo de promover a discussão e a aproximação dos diversos atores envolvidos na autoavaliação. Desde então, a CPA organizou diversas atividades tendo como público-alvo principal os coordenadores de colegiado e os membros de NDE, estando sempre aberta a participação da comunidade acadêmica. Atividades 2014-2017: Cinco eventos: “Encontro entre CPA, colegiados e NDE dos cursos de graduação da UFMG”; Oficina CPA/DAI/GIZ sobre Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE); Congresso de Ensino (outubro de 2015); Oficina sobre Formação em Extensão e Nova Configuração Curricular na UFMG: caminhos para consolidar a interdisciplinaridade nos cursos de graduação (outubro 2016); Participação em eventos e reuniões de NDE/colegiados; Reuniões individuais com coordenadores de colegiado para discussão dos resultados do Enade; Acompanhamento de visitas de avaliação dos cursos ocorridas; Reuniões mensais da CPA, entre fevereiro a junho e agosto a novembro, com discussão dos temas definidos para estudos de avaliação. Para o período de 2014 a 2017, a CPA da UFMG elegeu como temas prioritários para a reflexão e análise, avaliação da extensão e do ensino da graduação.

A Diretoria de Avaliação da Extensão está trabalhando em parceria com a CPA, como também em

consonância com o Fórum de Pró-reitores de Extensão, por meio da participação no Projeto IBEU (Indicadores Brasileiros para Extensão Universitária), buscando construir indicadores para avaliação da extensão universitária que permitam, inclusive, comparação entre instituições e sejam utilizados nacionalmente. Em 2015, iniciou-se o monitoramento as ações de extensão na UFMG, a partir da construção de um relatório descritivo do perfil dessas ações em cada unidade e do conjunto da UFMG a fim de possibilitar, ao longo do tempo, o acompanhamento longitudinal da extensão na UFMG. Em 2016, foram avaliadas nove unidades e realizadas reuniões presenciais em quatro destas para apresentação e discussão desse perfil, de forma que a avaliação possa contribuir para o planejamento estratégico das unidades e aprimoramento das ações desenvolvidas.

A avaliação do Ensino da Graduação realizada pela CPA enfocou dois aspectos: a análise e interpretação dos indicadores de qualidade da educação superior (SINAES) e a autoavaliação dos cursos na perspectiva dos professores coordenadores de colegiados e membros dos núcleos docentes estruturantes. A CPA acredita que a avaliação dos cursos é uma construção coletiva, multifacetada, dinâmica e criativa, que deve, para além de identificar as fragilidades, propor caminhos. Por isso, o trabalho foi desenvolvido no sentido de aproximar e valorizar os atores envolvidos no aprimoramento contínuo do ensino na graduação, em especial os mais de setenta coordenadores de cursos, buscando incentivá-los e apoiá-los em seus objetivos. A estrutura do Relatório é composta pela apresentação dos objetivos, as atividades realizadas, os resultados encontrados e, ao final, foram elaboradas propostas de ações a serem desenvolvidas no âmbito da UFMG, a partir do diálogo e do envolvimento de outros setores, em especial da Pró-reitoria de Graduação (Prograd). Os objetivos incluíram identificar iniciativas, projetos e experiências relacionados à melhoria da qualidade dos cursos de graduação da UFMG promovendo a visibilidade e a integração dessas ações e elaborar propostas para serem encaminhadas à Prograd.

O processo de autoavaliação institucional foi tema de artigo selecionado para o evento AVALIES, sobre avaliação institucional, realizado em Porto Alegre em setembro de 2015 (<http://www.ufrgs.br/avalies>).

1.3. * **Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica** (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

A participação da comunidade acadêmica é um dos componentes essenciais na autoavaliação institucional. Na UFMG, essa participação faz parte da própria estrutura organizacional, baseada em órgãos colegiados com representantes eleitos e orientada pela escuta qualificada e pelo diálogo permanente. Além disso, a CPA promoveu encontros para discussão dos resultados da avaliação institucional, interna e externa, abertos à participação da comunidade acadêmica e com ampla divulgação pelas mídias institucionais (Boletim da UFMG, Rádio UFMG e TV UFMG). Durante esses encontros, os representantes da CPA relatam as observações dos participantes para incorporá-las no Relatório Anual da CPA. Em 2014, foram realizados grupos focais com estudantes concluintes participantes do Enade buscando compreender sua motivação para participar do mesmo. Em 2015, dois questionários foram elaborados para levantamentos do estado atual dos projetos pedagógicos dos cursos e a atuação dos NDEs. Em 2016, a CPA começou a pesquisa para elaborar um questionário mais amplo visando a participação da comunidade na avaliação do PDI. Este questionário deverá ser disponibilizado em 2017 e subsidiará a comissão que elaborará o novo PDI.

Sistemas de avaliação promotores de *accountability* buscam colher relatos da comunidade com fins de monitoramento da gestão. Desde o final da década de 1990, existe na UFMG uma base de dados dos questionários semestrais de avaliação discentes das disciplinas e docentes disponibilizados via intranet para as direções de unidade, chefes de departamento, coordenadores(as) de colegiado e professores(as) avaliados. E como forma de promoção de cidadania ativa, a partir de 2014 a Universidade regulou a participação discente na avaliação dos docentes (Resolução Complementar do Conselho Universitário, nº 04 de 2014) como um dos parâmetros a ser considerado para a progressão funcional. Em 2014, Resolução Complementar do Conselho Universitário (nº 04 de 09 de setembro) estabeleceu que a avaliação para progressão funcional nas Classes A, B e C de membros do corpo docente, levará em consideração o desempenho didático, avaliado com a participação do corpo discente. Dessa forma, os instrumentos de

coleta de informações junto aos discentes adquiriram maior protagonismo na vida universitária, visto que suas informações poderão sinalizar de modo ágil, casos que merecem acompanhamento mais acurado. Em 21 de junho de 2016, os novos parâmetros para avaliação do desempenho didático docente pelo discente foram aprovados. Em 2017, os primeiros resultados deverão ser analisados. Em análises anteriores, considerando seis itens do questionário: assiduidade, pontualidade, domínio do programa, cumprimento do programa, transmissão do conhecimento e relacionamento com os alunos, no conjunto da Universidade, as avaliações foram bastante homogêneas para os quatro primeiros desses itens, com respostas positivas em percentuais sempre acima de 76%. Quanto ao item capacidade de transmissão do conhecimento, no conjunto da UFMG os percentuais estiveram sempre acima de 71%, sendo que em cinco departamentos essa média foi inferior, tanto em relação ao resultado da unidade a que pertencem, quanto ao resultado da UFMG, com médias que variaram entre 64% e 69%. Quanto ao item relacionamento com os alunos, a avaliação no conjunto foi superior a 76%, sendo que em sete departamentos as médias foram um pouco inferiores às das unidades e à da UFMG, variando entre 72% e 75%. Pode-se considerar que os alunos da UFMG tiveram uma apreciação muito positiva dos docentes, em especial tendo em vista o elevado número de docentes e de departamentos que compõem a Universidade e de disciplinas avaliadas.

1.4. * **Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados** (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Os resultados da avaliação externa dos cursos de graduação tem sido permanentemente analisados e discutidos pela CPA e comunidade acadêmica da UFMG. O IGC da UFMG tem sido 5, nota máxima, situando-a entre as cinco melhores universidades do país desde 2007 até 2014 (último resultado disponibilizado pelo INEP). Em 2014, apenas 12 universidades tiveram IGC igual a 5. Entre as cinco maiores, a UFMG, se destaca como a que teve o maior número de cursos de graduação avaliados. Entre 2007 e 2014, o IGC contínuo manteve-se estável entre 4,10 (2012) e 4,25 (2010). O bom desempenho da UFMG é reflexo de sua história de excelência, relevância social e inovação, marcas indispensáveis à universidade pública. Quanto ao conceito preliminar de cursos, CPC, sua composição sofreu mudanças na fórmula de cálculo desde 2007, o que dificulta a avaliação da série histórica. A média dos CPCs na UFMG, entre 2007 e 2014, variou entre 4 e 4,3. Na UFMG, a dimensão “Corpo Docente” do CPC obtém notas muito elevadas, próximas a 5, em todos os cursos, porque temos mais de 95% dos docentes com Mestrado/Doutorado e 100% com regime de trabalho maior ou igual a 20 horas semanais. Quanto ao Conceito Enade, com poucas exceções, a média em cada área manteve-se igual ou superior a 4 em todos os triênios de avaliação, o que é considerado um desempenho muito bom em comparação com outros cursos no Brasil. No último resultado divulgado pelo INEP (2014), as Engenharias apresentaram um resultado excelente com Conceito Enade igual a 5 em 10 de 13 cursos avaliados. A área de Agrárias teve uma boa recuperação do desempenho dos concluintes, com mudança de conceitos 3 em 2010 para 4 em 2013 nos cursos de Montes Claros, Zootecnia e Agronomia. Essas mudanças refletem o envolvimento da comunidade acadêmica para uma participação no Enade com maior compromisso. Apenas 8 cursos de 69 avaliados, obtiveram conceito Enade inferior a 4 e igual a 3. Os colegiados tem discutido bastante estes resultados e espera-se um resultado melhor em 2015 e 2016. O indicador IDD tem sido um problema para os cursos da UFMG, que geralmente recebem ingressantes com notas muito elevadas no Enem. No período entre 2012 a 2014, na UFMG, 44% dos cursos obtiveram conceito Enade 5, mas apenas 11% tiveram CPC 5, pelo efeito do IDD (média 2,5 e peso 35% do CPC). O efeito na mudança do método de cálculo do IDD em 2014 foi ainda mais significativo do que em 2013. Em 2013, a média da nota bruta do IDD foi 17,0, correspondendo a uma nota padronizada igual a 2,7. Em 2014, a média da nota bruta do IDD da UFMG foi -0,3 (-5,2 a 2,9), correspondendo a nota padronizada igual a 2,5. Onze cursos tiveram conceito Enade igual a 5, mas pelo efeito do IDD, receberam CPC igual a 4. Dentre eles, quatro cursos tiveram a nota de desempenho de concluintes entre as cinco melhores do Brasil: Letras (Licenciatura), História (licenciatura), Ciências Biológicas (bacharelado) e Ciência da Computação. O curso de Ciência da Computação (Enade 2014) é um exemplo claro do efeito do IDD: o curso da UFMG obteve a 2ª maior Nota do Enade (Conceito 5) no Brasil e a 37ª nota no CPC (Conceito 4), pois o IDD encontra-se na 197ª

posição (Nota 1,6). É razoável assumir que, em geral, as IES públicas recebem alunos com notas mais elevadas de Enem do que as IES não-públicas e, logo, terão notas de IDD provavelmente mais baixas, mesmo que com excelente desempenho dos estudantes concluintes nas provas do Enade. Nossa impressão é que o IDD não tem alcançado o relevante objetivo de medir efetivamente o valor agregado ao estudante pelo curso/IES.

Outro elemento fundamental de autoavaliação proporcionada pelo Enade é a dimensão “Percepção discente sobre as condições do processo formativo” no Questionário Socioeconômico do Enade. Em 2013 e 2014, as médias das notas brutas (1 a 6) foram 4,4 (Infraestrutura) e 4,9 (Organização didática e Oportunidades de ampliação). As notas padronizadas, que refletem a distância em relação a média da opinião de todos os estudantes no Brasil, são mais baixas para infraestrutura: 2,4 (2013) e 2,5 (2014); e organização: 2,2 (2013) e 2,0 (2014); e melhores para oportunidades de ampliação da formação: 3,2 (2013) e 3,0 (2014). As notas padronizadas em torno de 2,5 podem significar que nossos alunos têm uma percepção mais crítica e até mesmo um nível maior de exigência quando comparados com outras IES. Um outro olhar a respeito da opinião dos estudantes é possível a partir da análise dos Relatórios da UFMG, produzidos e divulgados pelo Inep/MEC. Nesses relatórios, há 13 tabelas com itens do QE mostrando as respostas dos estudantes da UFMG de cada curso comparando com as respostas no Brasil e na mesma categoria administrativa. A comparação interna, entre as áreas do conhecimento na UFMG, e com nossos pares, universidades públicas federais, é mais interessante do que a nota padronizada vista de forma isolada. A CPA realizou análise detalhada desses dados, disponível em Relatório divulgado em março de 2016, possibilitando identificar algumas fortalezas e fragilidades no processo formativo oferecido pela UFMG. A média geral da UFMG foi 42,6% de concordância plena (6 na escala Likert), o que significa que uma parcela muito significativa dos nossos estudantes concorda plenamente que as condições ofertadas estão adequadas à sua formação. É razoável inferir que se fossem computados também os estudantes que concordam parcialmente, essa porcentagem compreenderia a maioria dos nossos estudantes. Em relação às atividades relacionadas à ampliação da formação (Extensão, Pesquisa e Intercâmbio), o percentual de estudantes que concordam plenamente que foram oferecidas oportunidades foi maior do que em outras universidades públicas federais e no Brasil.

A CPA tem analisado também os relatórios de visita in loco. Entre abril de 2011 e dezembro de 2016, a UFMG recebeu 50 visitas in loco, sendo 44 para o reconhecimento de cursos novos, presenciais ou à distância. A nota média dos conceitos de curso da UFMG foi 4,10, sendo 4 para Organização Didático Pedagógica, 4,5 para Corpo Docente e 3,9 para Infraestrutura. Concluímos que a UFMG é bem avaliada pelos procedimentos do Sinaes, com indicadores de qualidade mais do que satisfatórios, muitas vezes mostrando a excelência que a caracteriza. Ainda assim, é possível identificar áreas e temas onde são necessárias maior atenção e intervenções para garantir um processo formativo de qualidade aos nossos estudantes, como propões o Projeto Pedagógico institucional da UFMG.

1.5. * **Elaboração do relatório de autoavaliação** (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Elaboração e divulgação dos estudos de autoavaliação: Para cada tema definido pela CPA, foi elaborado um estudo, discutido nas reuniões da CPA e apresentado no Relatório. A partir dessa discussão foram identificados os avanços e desafios em cada área e definidas as propostas da CPA em termos da melhoria da qualidade da instituição. O objetivo foi realizar um retrato, um diagnóstico da UFMG, buscando ressaltar os avanços e os desafios a serem enfrentados. Em cada trabalho apresentado na reunião da CPA, as questões norteadoras foram: Quais são os desafios a serem enfrentados? Quais foram os avanços? Quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da UFMG? Quais ações deverão ser propostas pela CPA, a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição?

Os Relatórios da CPA estão divulgados na página eletrônica da UFMG (https://www.ufmg.br/dai/quem_somos.php) e serão submetidos aos periódicos da UFMG (Revista Docência no Ensino Superior e Interfaces). Os resultados, incluindo sugestões de ações a serem

implementadas, foram apresentadas ao Reitor.

Os estudos avaliativos realizados pela CPA entre 2014 e 2016, compreenderam os temas:

Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

1. Autoavaliação a partir dos resultados do Sinaes;
2. Cursos de graduação da UFMG: o que nos dizem os avaliadores externos (visitas in loco).
3. Avaliação do ensino da graduação na UFMG;

Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

1. Mudanças no Ensino de Graduação da UFMG: análise e perspectivas;
2. Participação da comunidade e mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços;
3. Educação superior e inclusão social: estudo sobre alunos concluintes na Educação superior brasileira e na UFMG.
4. Ações afirmativas na UFMG
5. A Responsabilidade social da UFMG e a relação com o SUS

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

1. Avaliação das ações da Diretoria de Ação Cultural
2. Extensão: avaliação das ações
3. Internacionalização: avaliação e evolução das ações
4. Pós-graduação e Pesquisa: avaliação da atuação e produção
5. Formação de professores da UFMG no laboratório de criação de materiais didáticos para a educação a distância: experiências, desafios e perspectivas
6. A educação a distância no contexto educacional da UFMG: dimensão histórica, ações de planejamento e de avaliação
7. Assistência Estudantil: avaliação das ações da FUMP
8. Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante da Faculdade de Medicina
9. Projetos de Inovação no Ensino
10. A expansão da oferta de cursos e vagas (REUNI) Projetos de inovação e metodologia de ensino
11. Programas de bolsas da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) – 2014
12. Comunicação com a Sociedade - Atuação interna e externa do Centro de Comunicação (CEDECOM)
13. Relatório das atividades desenvolvidas: EAD, Tronco Comum e Formação em Extensão na área da Saúde e Licenciaturas (a ser elaborado)

Eixo 4 – Políticas de Gestão e Sustentabilidade financeira

1. Situação atual, desafios, propostas e planejamento da PRORH
2. Relatórios de Gestão: <https://www.ufmg.br/proplan/gestao-da-informacao/prestacao-de-contas-da-ufmg>

Eixo 5 - Infraestrutura Física

1. Estudo da ProRH quanto a à percepção dos TAEs sobre o ambiente de trabalho
2. Avaliação externa e questionário do estudante (Enade) quanto à infraestrutura (visão dos alunos).

Ao final do Relatório são apresentadas as propostas da CPA, elaboradas a partir das conclusões dos estudos e a autoavaliação da CPA.

Em 2016, a CPA elaborou o Relato Avaliativo do PDI da UFMG 2013-2017, sendo o terceiro relatório parcial de autoavaliação da atual CPA, postado no sistema e-MEC em março de 2017. Este relatório será um dos documentos de referência para o processo de elaboração do novo PDI, previsto para 2018.

Em síntese, a situação atual da UFMG pode ser sumariada pelos números a seguir. **Território:** área total: 8.769.690m². área construída: 639.777m², campi universitários: 04; unidades Acadêmicas: 20; unidades especiais: 03. **População Universitária** - alunos da graduação (presencial e a distância): 33.242; alunos de pós-graduação: 14.013; educação básica e profissionalizante: 1.694. Total de alunos da UFMG: 48.949. Docentes Total: 2818, sendo 2543 com Doutorado. Técnicos e Administrativos em Educação: 4299.

Ensino de Graduação: Inscritos no Sisu/UFMG (2015/1): Inscritos para a 1ª chamada: 186.881. Inscritos no Sisu/UFMG (2015/2): Inscritos para a 1ª chamada: 176.285. Vagas na graduação presencial: 6.740. Cursos presenciais: 75 (Bacharelado: 57; Licenciatura: 03; Bacharelado e Licenciatura: 14; Curso Superior

de tecnologia: 01). Ensino a distância - Cursos ofertados: 5. Número de alunos: 946. **Ensino de Pós-graduação** - Bolsistas de produtividade CNPq: 693; Bolsas de iniciação científica: 1699; Artigos publicados em periódicos: 4.302 (2014). Cursos com conceito entre 5 e 7: 74,3% (2013). Segundo melhor conceito médio dos programas de pós-graduação das IFES Brasileiras: 5,3 (2010-2012). PG Stricto sensu - Cursos de Doutorado: 63; Alunos de Doutorado: 4.378; Cursos de Mestrado: 77; Alunos de Mestrado: 4.030. Lato sensu –Especialização - Número de cursos: 68; Número de alunos: 5.605. Total de alunos de pós-graduação: 14.013. Pesquisa e Inovação - Grupos de Pesquisa: 755. Programas institucionais de fomento à pesquisa: 12. Laboratórios: 600. Pesquisadores: 2500. Maior depósitos de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI): 738. Depósitos de patentes em âmbito internacional: 296. Contratos de licenciamento firmados: 78. Empresas graduadas em incubadora: 59. Empresas incubadas simultaneamente: 10. **Extensão** - Programas: 174. Projetos: 1016. Cursos: 228. Total de bolsas de extensão implantadas em 2015: 915. Bolsas voltadas para ações afirmativas: 119. Ações de extensão: 1944. Convênios com instituições no exterior: 425. Assistência Estudantil - Vagas na moradia universitária (Belo Horizonte e Montes Claros): 740. Restaurantes universitários: 5. **UFMG nos Rankings**: 1º lugar no Ranking Universitário Folha em Minas Gerais; 3º lugar no Ranking Universitário Folha no Brasil; 5º lugar no Shanghai Brasil e 401º lugar no Shanghai World (Criado em 2003 na Universidade Jiao Tong. Um dos principais rankings mundiais de ensino superior); 6º lugar no Nature Global Index Brasil; 12º lugar no Nature Global Index Latin America (O Nature Global Index compara os países e instituições ao redor do mundo que apresentam contribuições em pesquisas de alta qualidade); 4º lugar no US News Brasil; 6º lugar no US News Latin America; 316º lugar no US News World; 10º lugar no QS Brasil; 11º lugar no QS Latin America; 41º lugar no QS Bricks; 551º lugar no QS World.

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1. * **Missão institucional, metas e objetivos do PDI.**

MISSÃO DA UFMG

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, tem por finalidades precípua a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade de classe mundial. Visando ao cumprimento integral das suas finalidades, e ao seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, visando o desenvolvimento econômico, a diminuição de desigualdades sociais e a redução das assimetrias regionais, bem como o desenvolvimento sustentável.

METAS

1. Consolidar a expansão da graduação realizada entre 2008 e 2011, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes. Ampliar a participação dos estudantes da UFMG em ações com relevância acadêmica e social que contribuam para sua formação. Intensificar os programas de intercâmbio discente.
2. Reduzir a heterogeneidade da atividade de pesquisa existente entre as diversas áreas da universidade, de forma a consolidar as áreas emergentes. Aumentar o número de grupos de pesquisa de elevada visibilidade

nacional e internacional. Expandir a colaboração entre pesquisadores da UFMG de universidades do exterior.

3. Intensificar a relação da UFMG com a sociedade. Intensificar a participação da UFMG na discussão, na elaboração e na implantação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país.

4. Estabelecer programas de treinamento dos servidores técnico-administrativos, voltados ao desenvolvimento de habilidades e ao uso de ferramentas pertinentes à função que exercem.

5. Desenvolver o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) da UFMG, para o planejamento estratégico (governança) da área, observando critérios de confiabilidade, segurança, disponibilidade, usabilidade, eficiência e eficácia.

OBJETIVOS

1. Oferecer ao estudante da UFMG uma formação profissional que inclua componentes multidisciplinares e transdisciplinares, garantindo a vinculação da oferta educacional às demandas do desenvolvimento local e regional, considerando as dimensões da inclusão social, tecnológica, política e cultural, do respeito e preservação ambiental. Propiciar ao estudante da UFMG uma formação que integre atividades de ensino, pesquisa e extensão. Incentivar o uso das TICs nos processos pedagógicos da Universidade. (Formulação das novas Normas Gerais da Graduação: até Julho de 2018).

2. Aprimorar os instrumentos voltados para a avaliação interna e externa da qualidade dos cursos de pós-graduação da UFMG, nas modalidades stricto e lato sensu. (Até Dezembro de 2018). Articular a proposição de oferta de cursos em áreas emergentes do conhecimento, que demonstrem potencial para atender a demandas sociais relevantes. (Ação contínua, que não deverá ser encerrada).

3. Contribuir para a criação de instalações adequadas para o desenvolvimento de pesquisas na UFMG, inclusive aquelas de elevada complexidade, com o propósito de tornar a Universidade polo de referência nacional, em diversos temas da pesquisa científica e tecnológica. (Melhorias do Centro de Microscopia Eletrônica e consolidação do Biotério Central: até Fevereiro de 2018). Adotar, na UFMG, plataforma laboratorial multiusuária (Até Janeiro de 2018). Aumentar a participação de discentes e docentes da UFMG em programas de cooperação interinstitucional (Ação ininterrupta, sem previsão de momento de término).

4. Fomentar ações de extensão voltadas ao intercâmbio e à solidariedade na produção do conhecimento, bem como à cultura e à divulgação científica. Priorizar, nas ações da UFMG de fomento à extensão, as propostas que estejam integradas ao ensino e à pesquisa, especialmente aquelas que digam respeito à flexibilização curricular e que possibilitem ao estudante obter créditos curriculares. (Aprovação da resolução que normatiza a Formação em Extensão Universitária: Maio de 2016; início da implantação da FEU: Agosto de 2016).

5. Facilitar as ações de aquisição de bens e serviços. Proporcionar economia de escala e rapidez nas aquisições. Desenvolver instrumentos de gestão com base nos fluxos efetivos das diversas unidades gestoras. (Os instrumentos informatizados de gestão de compras têm sido progressivamente disponibilizados desde 2012, havendo a previsão de se completar sua liberação até Dezembro de 2018).

6. Possibilitar a operação ininterrupta dos sistemas de TIC da Universidade, por meio da modernização da infraestrutura física dos órgãos vinculados à DTI. (Já se encontra operando, em fase experimental, esse regime de funcionamento dos sistemas. Sua implantação deverá estar concluída em Dezembro de 2017).

7. Promover a capacitação, a qualificação e o treinamento do servidor. (Ação contínua, que não deverá ser interrompida em nenhum momento futuro. Como ações pontuais, devem ser mencionadas a oferta de uma Especialização em Gestão de IFES, já em andamento, e a oferta de um Mestrado Profissional em Gestão de IFES, ora em tramitação na CAPES, programada para iniciar em 2017).

O PDI está disponível para consulta pública, no endereço: www.ufmg.br/conheca/dai-pdi.shtml. Nele estão descritos com maior detalhamento os objetivos, as metas e ações em cada setor e projetos estruturantes.

2.2. * Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.

O arcabouço normativo para dar suporte a diversas metas e ações previstas no PDI 2013-2017 foi

implementado pela Prograd por meio da proposição e aprovação das seguintes Resoluções:

1. Resolução 18/2014 do CEPE – regulamenta a integração de currículos entre o ensino de graduação e o de pós-graduação.
2. Resolução 19/2014 do CEPE – estabelece as Formações Transversais, aprofundando a diversificação temática e a flexibilização dos currículos.
3. Resolução 12/2015 do CEPE – formaliza a aquisição de créditos através de uma figura que constitui um híbrido entre a "disciplina" e o "projeto de extensão".
4. Resolução 13/2015 do CEPE – estabelece a reserva de datas no calendário escolar para os estudantes frequentarem eventos acadêmicos.
5. Resolução 06/2016 do CEPE – regulamenta a incorporação da modalidade semipresencial nos cursos de graduação presenciais.

Essas resoluções têm permitido transformações nas práticas e políticas acadêmicas. Além destas, está sendo finalizada a formatação de um Programa de Imersão Acadêmica de Estudantes, que tem como objetivo acolher o estudante com dificuldades acadêmicas, e a formatação de regras para a inclusão de estudantes com deficiência, com problemas crônicos de saúde ou com filhos pequenos.

Um item de grande importância nesse arcabouço normativo encontra-se em fase final de discussão: as Normas Gerais de Graduação. As novas Normas propostas têm dentre seus objetivos: (i) fixar mecanismos de flexibilização dos currículos, com a formatação de estruturas curriculares compartilhadas por vários cursos e com o estabelecimento de fórmulas para dinamizar a introdução de conteúdos inovadores, preferencialmente interdisciplinares, nos currículos; (ii) fixar fórmulas de integração entre os currículos dos cursos de graduação e os currículos de cursos de pós-graduação afins; (iii) fixar fórmulas para a integração nos currículos de graduação das atividades cursadas em outras instituições, no âmbito de programas de mobilidade acadêmica. No contexto da revisão das Normas Gerais de Graduação, vem sendo discutida a criação de novas possibilidades configuração dos currículos de graduação, envolvendo inovações nessas três direções.

Além da questão normativa, houve incentivo ao aperfeiçoamento de novas metodologias pedagógicas por meio de editais de fomento e de bolsas para alunos de graduação. Até 2014, foram lançados anualmente os editais PIQEG (Programa de Inovação e Qualidade do Ensino de Graduação), que financiavam propostas de inovações metodológicas em disciplinas, laboratórios e currículos, além do desenvolvimento de material didático inovador. Esses editais foram descontinuados a partir de 2015, em virtude dos cortes no orçamento da universidade.

No que diz respeito a editais para a concessão de bolsas para estudantes de graduação, os mais importantes (em relação ao número de bolsas) foram: PMG (Programa de Monitoria de Graduação, que visa a integração de estudantes de graduação em propostas de melhoria do ensino de graduação), Pronoturno (que visa a integração de grupos de estudantes de cursos noturnos de graduação em atividades acadêmicas diversificadas, incluindo a monitoria, a pesquisa e a extensão), Iniciação Científica (que visa a integração de estudantes de graduação em atividades de pesquisa) e Extensão (que visa a integração de estudantes de graduação em atividades de extensão universitária).

Os cursos de graduação da UFMG têm sido constantemente avaliados interna e externamente. No âmbito interno, foram desenvolvidos relatórios que concentram e analisam dados dos cursos, incluindo: (i) análise dos fluxos de estudantes pelas disciplinas integrantes dos currículos, com a detecção dos padrões de retenção; (ii) análise dos padrões de evasão; (iii) análise dos fatores envolvidos no alongamento da duração dos cursos; (iv) indicação da relação dos estudantes em situação de “risco de evasão”. Esses relatórios são elaborados anualmente, sendo encaminhados às Coordenações dos cursos e aos Núcleos Docentes Estruturantes, que realizam a análise desses dados de maneira circunstanciada, elaborando planos de ação a partir de tal análise.

No âmbito externo, os principais processos avaliativos são conduzidos pelo INEP/MEC. Os dados

referentes ao ENADE, bem como as avaliações “in loco” por comissões, têm indicado o bom posicionamento dos cursos da UFMG no cenário nacional. É importante mencionar que tais avaliações oficiais têm sempre um prosseguimento interno, no âmbito da UFMG, onde os dados levantados são minuciosamente avaliados pela Diretoria de Avaliação Institucional, juntamente com as Coordenações dos cursos e os respectivos Núcleos Docentes Estruturantes. Além dessas avaliações oficiais, cabe mencionar que avaliações diversas produzidas por instituições independentes têm produzido indicações no mesmo sentido, a exemplo do “Ranking Universitário Folha de São Paulo” ou o “Guia do Estudante da Abril”.

De forma geral, podemos dizer que os principais objetivos do PDI foram cumpridos no que se refere às políticas para a Graduação na UFMG.

2.3. * **Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.**

No Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017 (PDI) foram estabelecidos os seguintes objetivos para a política de extensão da Universidade: 1) consolidar a política de extensão universitária da UFMG, fundamentando-a nas perspectivas inter e transdisciplinares; 2) acompanhar e avaliar a extensão na UFMG; 3) apoiar o desenvolvimento da política nacional de extensão universitária. Em consonância com o PDI, mas avaliando a necessidade de avanços na política institucional para a extensão universitária, a atual gestão incluiu entre os princípios norteadores para essa política: colaborar com o cumprimento da função pública da UFMG, garantindo ações e processos que tomem a democratização do conhecimento (na sua produção e difusão) como princípio central; dar destaque à dimensão acadêmica da extensão, com intuito de fortalecer o papel da extensão na formação técnico-científica, pessoal e social do estudante, no contexto da estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), relativo aos 10% do total de créditos curriculares da graduação em programas e projetos de extensão; ampliar o diálogo com outros setores da sociedade com atenção às demandas de maior urgência para efetivação da justiça social; construir processos para o fortalecimento dos órgãos colegiados. Nesse sentido, a PROEX realizou as seguintes ações:

Extensão no Currículo de Graduação: em avaliação realizada em 2015 foi constatada a possibilidade de integralização de créditos pela participação em ações de extensão em 90% dos cursos de graduação com formas de integralização e percentual de créditos muito heterogêneo e insuficiente para o cumprimento da meta estabelecida no PNE. Diante disso, foi iniciado trabalho conjunto das Pró-reitorias de Graduação e Extensão para fomentar a integralização qualificada de créditos por meio da 1) aprovação, em 2015, pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, de resolução que regulamenta a “Formação em Extensão Universitária”, definida como um mecanismo para a integralização de créditos em cursos de graduação, mediante a participação dos estudantes em atividades optativas integrantes de programas ou projetos de extensão universitária desenvolvidos, preferencialmente, em comunidades com baixo IDH visando à melhoria sustentável de indicadores sociais e do acesso à educação, à saúde e à cultura, conforme preconiza o PNE e 2) lançamento de edital integrado e pioneiro para fomento aos projetos e programas de extensão que cumprissem as diretrizes da referida resolução.

Avaliação e monitoramento da Extensão: a UFMG, por meio de sua Diretoria de Avaliação da Extensão (DAEXT), está trabalhando na construção de indicadores de avaliação e monitoramento da extensão em diálogo com a Comissão Própria de Avaliação da UFMG, por meio de comissão instituída para esse fim, como também em consonância com o Fórum de Pró-reitores de Extensão, por meio da participação no Projeto IBEU (Indicadores Brasileiros para Extensão Universitária) que busca construir indicadores para avaliação da extensão universitária que permitam, inclusive, comparação entre instituições e sejam utilizados nacionalmente. Em 2015, a DAEXT, deu início à construção de um procedimento cujo objetivo é monitorar as ações de extensão na UFMG, a partir da construção de um relatório descritivo do perfil dessas ações em cada unidade e do conjunto da UFMG a fim de possibilitar, ao longo do tempo, o acompanhamento longitudinal da extensão na UFMG. Em 2016, foram avaliadas nove unidades e realizadas reuniões presenciais em quatro destas para apresentação e discussão desse perfil, de forma que a avaliação possa contribuir para o planejamento estratégico das unidades e aprimoramento das ações

desenvolvidas.

Fomento: Em relação aos mecanismos de fomento às ações de extensão na UFMG, destaca-se o Programa de Fomento de Bolsas para programas e projetos de Extensão (PBEXT), que distribui anualmente, por meio de edital, cerca de 900 bolsas para estudantes de graduação envolvidos nas ações de extensão contempladas. Parte dessas bolsas é destinada a estudantes com perfil para o programa “ações afirmativas”, ou seja, que recebem assistência estudantil ou que ingressaram na universidade pelos sistemas de bônus ou cotas.

Qualificação da gestão acadêmica e institucional: Em relação à qualificação da gestão acadêmica e institucional, tem sido prioridade da gestão a construção de processos que tomem o planejamento, a transparência e o fortalecimento dos órgãos colegiados como elementos centrais da gestão universitária. Para tal, entre as principais ações, estão aquelas que contribuem para o fortalecimento da atuação dos Centros de Extensão (CENEX) junto às unidades da UFMG, aperfeiçoamento do sistema de registro das ações de extensão (Sistema de Informação da Extensão – SIEX/UFMG) e a realização de oficinas de capacitação para docentes e servidores técnico-administrativos recém-contratados. A PROEX tem investido, ainda, na consolidação da atuação dos comitês assessores da Câmara de Extensão, a qual está conduzindo um processo de atualização e revisão das normas e diretrizes da extensão na UFMG.

Redes Interdisciplinares: Em relação às metas de ampliação das interações com outros setores da sociedade e de fortalecimento de uma política institucional de direitos humanos, a Pró-reitoria de Extensão tem fomentado a constituição de redes interdisciplinares e interinstitucionais de projetos e programas de extensão. As redes estão organizadas em torno de temáticas que contribuem para a elaboração e fortalecimento de políticas públicas. O trabalho em rede tem proporcionado a integração e troca de experiência entre os projetos e programas de extensão, potencializando e dando maior visibilidade a suas ações. As redes em funcionamento são: Rede Juventude; Rede Saúde Mental; Rede Cidades (temática da terra e justiça ambiental); Observatório da Migração Internacional de Minas Gerais (parceria da Secretária de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais com diversas universidades, entre elas a UFMG), Programa Participa UFMG Mariana – Rio Doce (Observatório da Tragédia Mariana-Rio Doce com participação de programas e projetos de extensão da UFMG, UFOP e UFES).

Divulgação científica: a Pró-reitoria de Extensão, por meio da sua Diretoria de Divulgação Científica, tem trabalhado no desenvolvimento de estratégias para articular e conferir visibilidade às diversas iniciativas de comunicação pública do conhecimento produzido pelos grupos da UFMG. Entre os projetos desenvolvidos por essa Diretoria, está a UFMG Jovem, feira de ciências que promove o intercâmbio de trabalhos técnico-científicos, culturais e sociais de diferentes instituições educacionais de Minas Gerais e envolve um processo ampliado de capacitação dos professores e alunos da educação básica com jornadas formativas que precedem a feira e acompanhamento posterior dos alunos premiados com bolsas de iniciação científica. Em 2015, também foi instituído o Fórum de Cultura Científica da UFMG que tem como objetivo discutir temas relacionados à cultura e divulgação científica e definição de propostas a serem desenvolvidas na UFMG ou com participação da Universidade. As reuniões contam com participação de representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo da UFMG e representantes de outras instituições e setores da sociedade como a FAPEMIG, Secretarias de Estado e Ministérios.

Internacionalização da Extensão: Reconhecendo a necessidade de traçar estratégias de internacionalização que envolvam projetos e ações de extensão universitária, a Diretoria de Relações Internacionais da UFMG e a Pró-reitoria de Extensão promoveram, em abril de 2016, o evento “*Seminários de internacionalização na UFMG: extensão em pauta*”. As discussões ocorridas durante o evento apontaram a necessidade de mapeamento e sistematização das experiências de internacionalização da extensão desenvolvidas UFMG, destacando que a internacionalização da extensão universitária passa pela sua articulação com o ensino e a pesquisa, definidas como “dimensões indissociáveis”. Como parte das estratégias de internacionalização, a UFMG, desde 2015, integra do Comitê Permanente de Extensão Universitária da Associação das Universidades do Grupo Montevideu e recebeu, também, em 2016, a primeira reunião anual desse comitê que teve como ponto central a inclusão de pautas relacionadas às temáticas dos direitos humanos, acessibilidade e inclusão. Em função das restrições orçamentárias, não foi

possível atingir as metas que tinham como objetivo a ampliação de recursos financeiros destinados ao fomento das ações de extensão. Apesar dessa limitação, dois novos editais de fomento foram criados, destacando-se que ambos foram propostos de forma integrada com outras pró-reitorias acadêmicas (Pró-reitorias de graduação e pesquisa).

Extensão no currículo de graduação: proposta para mapeamento de atividades desenvolvidas nos cursos de graduação que já atendem às diretrizes da extensão universitária.

2.4. * **Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.**

As ações da Pró-Reitoria de Pesquisa foram previstas no PDI UFMG 2013-2017 em seu capítulo 5 – Projetos Setoriais, e contemplam os seguintes projetos:

- Estímulo à melhoria da produção científica da UFMG e do aumento de seu reconhecimento internacional;
- Fomento à pesquisa e à captação de recursos;
- Consolidação do Biotério Central da UFMG;
- Aprimoramento dos Comitês de Ética em Pesquisa; e
- Centro de Transferência de Tecnologia e Inovação. Para atender ao PDI que propunha diversos Projetos Setoriais dentro do Eixo “Desenvolvimento Institucional”, em relação as realizações da Pró-Reitoria de Pesquisa podemos citar que:
 - Para o estímulo à melhoria da produção científica da UFMG e o aumento do reconhecimento internacional, foram implantados os Programas de melhoria qualitativa da produção científica, de apoio a apresentação de trabalhos em eventos científicos, sendo também estabelecida uma política de periódicos da UFMG que compreende uma série de ações para qualificar os periódicos existentes, sendo criada uma Incubadora de periódicos, e em 2015 lançado oficialmente o Portal de Periódicos da UFMG (<https://www.ufmg.br/periodicos/>), que permite o livre acesso as publicações sendo classificados em sua maioria como como Qualis A (15), e Qualis B (43). Foi criado um Diretório de Produção Científica (<http://somos.ufmg.br/indicadores>) para cada unidade da UFMG contendo diversas informações referentes a Grupos de Pesquisa; Pesquisadores Bolsistas Produtividade do CNPq; Pesquisadores do Programa Pesquisador Mineiro (PPM) e Bolsas de Iniciação Científica.
 - O fomento à pesquisa e à captação de recursos tem tido apoio da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), uma incubadora de empresas (INOVA), duas diretorias, sendo uma de Fomento à Pesquisa e outra de Produção Científica, e dois comitês de Ética, um para pesquisa em seres humanos (COEP) e outro para experimentação animal (CEUA). A PRPq também é responsável pela gestão do Biotério Central da UFMG. As ações de apoio e estímulo à pesquisa incluem programas institucionais de bolsas que tem recebido cotas crescentes de bolsas de iniciação científica em suas várias modalidades (Iniciação Científica, Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Iniciação Científica nas Ações Afirmativas, Jovens Talentos/CAPES) além de bolsas para alunos do ensino médio, financiadas pelo CNPq e pela FAPEMIG que permitem interação da Universidade com as escolas públicas do estado de Minas Gerais; apoio a publicações científicas, a doutores recém contratados; manutenção de equipamentos; proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo; estímulo às parcerias com o setor empresarial para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de inovação tecnológica;
 - Na consolidação do Biotério Central da UFMG, que é um centro voltado à produção de animais de experimentação de altíssima qualidade sanitária e genética, já foram atingidas as metas propostas no PDI para fornecimento de animais, em quantidade e qualidade para as atividades de pesquisa da UFMG e instituições parceiras, além de capacitar recursos humanos para o Bioterismo;
 - Em relação ao Comitê de Ética em Pesquisa, já foram atingidas as metas propostas no PDI e diversas outras ações foram implantadas como a criação do Comitê Gestor do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado (COGEN) e o Comitê de Ética e Integridade Científica (CEIC) atendendo a Lei nº 13123, de 20 de maio de 2015 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético;
 - O Centro de Transferência de Tecnologia e Inovação alcançou dentre as metas propostas no PDI o aumento do número de pedidos de patentes, o número anual de contratos de transferência de tecnologia e

de licenciamento de tecnologia. Também visando à inserção global associou-se à RedEmprendia - Rede Universitária Ibero-Americana de Incubação de Empresas.

• Com esses resultados se evidencia a trajetória de melhorias realizadas na UFMG, que lograram o alcance da maioria das metas propostas no PDI e sua evolução institucional.

O indicador 4 previsto no PDI (aumentar em 30%, nos próximos quatro anos, o número de artigos publicados nos periódicos situados dentre os 10% de maior fator de impacto de cada área do JCR) é de difícil aplicação, uma vez que as áreas de conhecimento do JCR, do Lattes e da PRPq são diversas e as ferramentas disponíveis para essa análise não são adequadas. A PRPq fará uma avaliação de seu uso e proposta de novo indicador, caso pertinente.

2.5. * Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.

As ações institucionais visam à valorização da cultura como espaço privilegiado de produção de conhecimento, articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e não simplesmente como um conjunto de atividades e eventos desvinculados das práticas acadêmicas. Assim, a cultura abre, como base para o aprimoramento da inclusão e da cidadania, novo caminho para a integração da universidade com a sociedade, permitindo a produção de um espaço comum de saberes compartilhados. Nesse sentido, em coerência com o PDI, a UFMG tem atuado no estabelecimento de uma política cultural institucional integrada, com ações articuladas e continuadas, que visam o fortalecimento da gestão da cultura.

Destacam-se:

- i) Reestruturação conceitual e organizacional da Diretoria de Ação Cultural com vistas a alçar a cultura como parte constitutiva da formação acadêmica. Nesse sentido, são ofertadas a alunos de graduação, as formações transversais em Saberes Tradicionais e em Culturas em Movimento e Processos Criativos;
- ii) Reestruturação e expansão da Rede de Museus da instituição, com inclusão de novos espaços expositivos, inclusive com a valorização de exposições itinerantes;
- iii) Aperfeiçoamento do Campus Cultural da UFMG em Tiradentes, com estruturação de seu funcionamento e integração de suas atividades às ações de ensino, pesquisa e extensão das unidades acadêmicas da UFMG. Integram esse Campus, o Museu Casa Padre Toledo, a Casa de Cultura e a Biblioteca do Sobrado Quatro Cantos.
- iv) Ampliação da capacidade editorial da Editora UFMG, inclusive com produção de e-books;
- v) Aperfeiçoamento do Espaço do Conhecimento, com a atualização de equipamentos do espaço, capacitação de pessoal, ampliação da captação de recursos e estabelecimento de novas parcerias com instituições públicas e privadas, ampliação da diversidade e intensidade na oferta de atividades culturais e formação de público escolar.
- vi) Valorização do Festival de Inverno, retomando-o como uma das atividades estruturantes para a política cultural da universidade, enfatizando seu significado educativo, reflexivo e criativo e sua interação com a comunidade-sede do evento, não só para fortalecer os laços como para dela acolher as contribuições de sua cultura e de sua arte;
- vii) Expansão das atividades do Festival de Verão da UFMG;
- viii) Expansão e internacionalização de projetos culturais e artísticos, mediante o programa Artista Residente, conferindo-lhe o mesmo status de Professor Visitante, e garantindo sua inserção acadêmica;
- ix) Criação do Fórum de Cultura da UFMG que promove amplamente os programas culturais e estabelece uma programação articulada que envolve o Centro Cultural, o Conservatório, os espaços museológicos, o Espaço do Conhecimento e os espaços itinerantes, de forma a proporcionar à comunidade da UFMG e à população atividades regulares e diversificadas.

2.6. * Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

A UFMG é uma Instituição de Ensino Superior pública historicamente comprometida com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do País. Procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e

qualitativa dos projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais. A UFMG constrói formas efetivas de cooperação institucional – bi e multilaterais – nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais consiste na integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, em que se busca privilegiar os projetos e programas de maior impacto acadêmico e social, com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. A implementação dessa política advém da compreensão, pela comunidade universitária, de que a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade constitui um instrumento indispensável para atenuar e, mesmo, superar situações de desigualdade social que se verificam tanto intra-regional e inter-regionalmente quanto em cenários internacionais.

A UFMG participa na titulação e qualificação de docentes de outras Instituições de Ensino Superior, em atendimento a demandas individuais ou com vistas ao desenvolvimento de parcerias interinstitucionais.

Um dos projetos de maior impacto social e regional compreende o conjunto de atividades que se realizam, sob a responsabilidade dessa Universidade, no Hospital das Clínicas, unidade hospitalar de referência nacional integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece assistência ambulatorial, clínica e cirúrgica à população em geral, nas mais diversas áreas de especialidade. O Hospital dispõe de nove Unidades de Atendimento: Área física (construída): 64.000 m². Capacidade total instalada: 547 leitos. Centro de Tratamento Intensivo (adulto): 18 leitos e (pediátrico): 11 leitos. Unidade Coronariana: 19 leitos. Unidade de Neonatologia: 24 leitos. Unidade de Urgência (observação): 56 leitos. Produção Média Mensal: atendimentos de urgência: 4.500; Internações: 1.500; Consultas ambulatoriais: 36.000; Exames Laboratoriais: 160.000; Cirurgias: 1.600; Partos: 200 (Fonte: Relatório SIMEC - 2013) O HC/UFMG é um dos maiores prestadores de serviços de saúde de Minas Gerais, referência no tratamento de patologias de média e alta complexidade. Deve-se destacar o Telessaúde, programa de atendimento a distância do Hospital das Clínicas.

Outra preocupação da UFMG consiste na interiorização das suas atividades: o Campus Regional de Montes Claros; o Instituto Casa da Glória, em Diamantina; a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, em Tiradentes, programas e projetos de extensão universitária, ou de ação cultural, muitos deles de amplo alcance – entre outros, o Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, o Projeto Manuelzão. O Campus Regional de Montes Claros, situado em uma região de transição geográfica, econômica e sociocultural, identifica como sua missão primordial, “realizar ensino, pesquisa e extensão de qualidade, formando recursos humanos capazes de exercer a cidadania e de promover o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro”. Outro instrumento importante, nesse processo de interiorização, está sendo a consolidação e a ampliação das atividades da UFMG no campo da Educação a Distância (EAD), pelo qual foram titulados, em nível de Graduação – Licenciatura Plena –, cerca de 15.000 professores das redes públicas de diversos municípios desse Estado. Atuando hoje em mais de 20 polos, alguns dos quais com oferta de vários cursos, a UFMG tem possibilitado a formação de recursos humanos em regiões do Estado com notável deficiência de oferta de Educação Superior em cursos presenciais, sobretudo no caso daqueles ofertados por instituições públicas.

A UFMG desenvolve diversos programas e projetos que contribuem para o fortalecimento de políticas públicas, seguindo as diretrizes de orientação acadêmica (qualificação da formação acadêmica, técnica e profissional dos alunos pautada pela cidadania, vinculação entre a natureza pedagógica e a missão social da educação superior) e de relação com a sociedade (contato dos estudantes com a realidade concreta; troca de saberes acadêmicos e populares; proposição e fortalecimento de políticas públicas para o fortalecimento do sistema nacional de educação, melhoria da educação básica e crescimento da ciência, tecnologia e da inovação que visem o desenvolvimento sustentável do Brasil).

No âmbito da extensão universitária estão cadastradas aproximadamente 3000 ações desenvolvidas prioritariamente estado de Minas Gerais, mas também abrangendo municípios de outros estados. As áreas temáticas às quais essas ações estão vinculadas são saúde (968 ações), educação (579 ações), tecnologia e produção (517 ações), trabalho (74 ações), cultura (349 ações), comunicação (95 ações), atingindo um público estimado de 2.002.803 pessoas. As equipes responsáveis são integradas por servidores e estudantes da UFMG, mas também por parceiros de diferentes setores da sociedade como órgãos governamentais e não governamentais, instituições privadas, associações de moradores e movimentos sociais.

As Redes UFMG buscam reunir e articular grupos, laboratórios e núcleos de extensão, ensino e pesquisa da UFMG em torno de temas emergenciais das sociedades contemporâneas. De caráter interdisciplinar, propõe a construção de uma agenda de troca, interlocução e cooperação continuada entre os membros da Rede em diálogo com outros atores da sociedade (políticas, públicas, movimentos sociais, organizações sociais).

As Redes atuantes são:

1) Programa Participa UFMG / Mariana-Rio Doce

Principais ações desenvolvidas: Chamada Participa UFMG – Mariana/Rio Doce (dez/2015); O Caso Samarco: Perspectivas do Acordão; Apoio a evento do IEAT UFMG: “Técnicas e Regulação da Atividade Minerária; Chamada Interna para Programas e Projetos de Extensão - Participa UFMG; Um ano de contaminação do Rio Doce e um século de luta Krenak; Apoio Participa UFMG a “Um ano de lama e luta - somos tod@s atingid@s; Papel da Academia em Suporte aos Órgãos Públicos e à Sociedade Civil em Virtude dos Múltiplos Impactos Decorrentes do Desastre da Samarco; Observatório Interinstitucional Mariana – Rio Doce (UFMG/UFES/UFOP)

2) Rede Cidades UFMG

Principais ações desenvolvidas: Participação de Reunião Técnica sobre empreendimento Granja Werneck; Nota Pública da Rede Cidades UFMG sobre conflito socioterritorial na região da Izidora

3) Rede Direitos Humanos UFMG

Principais ações desenvolvidas: Formação Transversal em Direitos Humanos. Participam: Assessoria Jurídica Universitária Popular; Centro de Estudos sobre Justiça de Transição Clínica de Direitos Humanos Clínica de Prática e Pesquisa em Direito de Internet (Faculdade de Direito); Cidadania da Infância em Hipermídia (Escola de Ciência da Informação); Grupo Gênero, Sexualidade e Sexo (Faculdade de Educação); Licenciatura em Desenho e Plástica (Belas Artes); Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (FAFICH), entre outros.

4) Rede Juventude UFMG

Principais ações desenvolvidas: UFMG Debate a Maioridade Penal; Carta da Rede Juventude UFMG à Sociedade sobre a Maioridade Penal; Territórios da Juventude; Que Brasil queremos? O que dizem os/as jovens?

5) Rede Saúde Mental UFMG

Principais ações desenvolvidas: III Semana de Saúde Mental e Inclusão Social; IV Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG; Comissão Institucional de Saúde Mental.

6) COMFOR UFMG - Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica (COMFOR) é responsável por assegurar a indução, a articulação, a coordenação e a organização de programas e ações de formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, pela gestão de recursos recebidos do MEC, CAPES e FNDE, bem como desenvolvimento de pesquisa e metodologias de ensino na educação básica.

2.7. *

Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.

Ações afirmativas:

Com o intuito de alcançar o objetivo de redução da seletividade social no acesso à vaga em cursos de graduação presenciais, a UFMG adotou, nos Concursos Vestibulares 2009, 2010, 2011 e 2012, o Programa de Bônus que previa o acréscimo de 10% sobre a nota final para aqueles que, na inscrição, comprovassem o tempo mínimo de sete anos letivos de estudo em escola pública, sediada no Brasil, ou o acréscimo de 15% para aqueles que, na inscrição, optassem por se autodeclarar pretos ou pardos. Desde o Concurso Vestibular 2013, o Programa de Bônus foi substituído por sistema de cotas, em vista do disposto na Lei 12.711/2012. A adoção da Lei de Cotas cumpre hoje papel importante, ao reservar 50% das vagas da UFMG para egressos do ensino médio público, sendo metade da reserva necessariamente direcionada para estudantes de baixa renda, havendo ainda o requisito de que se preserve, em cada caso, a proporção de estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas equivalente àquela observada no último censo populacional do estado. Juntamente com a aplicação de recursos do PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), essa lei vem possibilitar a ampliação do espectro social dos ingressantes nos

curso da UFMG. Diversas medidas vêm sendo adotadas para tornar efetivo o efeito de inclusão social, político e cultural dessa ampliação do acesso às vagas na UFMG, que incluem: moradia estudantil, restaurante universitário, auxílio-transporte, bolsa de manutenção, auxílio para a compra de material escolar, extensa programação de atividades esportivas e culturais gratuitas. Em 2014 a UFMG aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do MEC, que tem como base o resultado do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), processo democrático, que elimina custos para os candidatos e oferece igualdade de oportunidades a todos.

Acessibilidade e inclusão: O processo de inclusão dos alunos com deficiência na UFMG teve início na década de 90 com o projeto ProAcesso e um programa específico de atendimento às pessoas com deficiência no Vestibular. De 2002 a 2014, a Comissão Permanente de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais trabalhava na direção de assegurar a permanência das pessoas com necessidades especiais no âmbito da Universidade. Em 2014, instituiu-se a Comissão Especial que elaborou um relatório com o diagnóstico e proposição de ações a serem desenvolvidas no âmbito da UFMG para garantir as condições de acessibilidade, necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes e servidores com deficiência, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico, profissional e social. Em 2015, a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI, incorporou o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV) e a equipe de Tradutores e Intérpretes da Língua de Brasileira de Sinais (TILSP). O NAI-UFMG tem como responsabilidade a proposição, organização e coordenação de ações para assegurar a inclusão, eliminando ou reduzindo barreiras pedagógicas, arquitetônicas, à comunicação e ao acesso à informação. Composto por dois professores coordenadores, 5 Tradutores e Intérpretes de LIBRAS, 3 técnicos em educação e 15 bolsistas de graduação. Trabalha em parceria com diversos setores e projetos da instituição, formando uma rede de colaboração - Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE -FAE), PARAMEC (Engenharia), Núcleo de Libras (FALE), Fundação Mendes Pimentel (FUMP), Pró-reitorias. O trabalho tem sido realizado com base nos princípios: conhecimento da população com deficiência; acompanhamento *in loco* dessas pessoas; diálogo com outras instituições; parceria com todas as instâncias da universidade contribuindo para uma ação interdisciplinar; estímulo à formação de profissionais para a educação inclusiva; incentivo à construção do conhecimento sobre a temática. Atualmente, a UFMG tem 444 alunos com deficiência, 371 (83,5%) de graduação e 73 (16,5%) de pós (19,14 % deficiência auditiva, 21,4% deficiência física, 18,24% intelectual, 4,05% deficiência múltipla e 37,16% deficiência visual). O NAI tem parceria com alunos das disciplinas de “Tecnologia Assistiva” e “Processos criativos e empreendedorismo”. Foram confeccionados andador com base triangular; muleta canadense adaptada; suporte de monitor adaptado para computador; mesa para cadeira de rodas. Ações do NAI: acessibilidade atitudinal e programática; atendimento prioritário; eventos institucionais acessíveis; desenvolvimento de projetos voltados para a acessibilidade e inclusão; aperfeiçoamento do processo de seleção de servidores com deficiência; acessibilidade instrumental, metodológica e pedagógica; confecção e disponibilização de dispositivos de tecnologia assistiva; plano de desenvolvimento acadêmico individualizado a partir do diálogo com colegas e acessibilidade digital e das comunicações e serviço de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

A concepção e implantação dos atuais projetos arquitetônicos e urbanísticos da instituição atendem aos princípios do desenho universal e às normas técnicas de acessibilidade da ABNT. No entanto, boa parte dos prédios da UFMG foram construídos em momento anterior a estes regulamentos e necessitam de adequações. Nestes casos, a reforma ou ampliação desses espaços são executadas de modo que se tornem acessíveis à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. O transporte coletivo da instituição é acessível. Aguarda-se doação de veículo adaptado que auxiliará no deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida nos seus espaços. Áreas de estacionamento têm vagas reservadas para as pessoas com deficiência, sinalizadas. O NAI disponibilizou carteiras adaptadas para as unidades da UFMG. Foi desenvolvido um dispositivo facilitador de alcance para acionamento de botão do elevador nas dependências do prédio da FAFICH e o sistema de rádio com Rfidchip que tem a finalidade de localização dos pontos de ônibus da UFMG, em fase de teste, desenvolvidos por alunos do PARAMEC em parceria com alunos da disciplina de Tecnologia Assistiva e NAI. O **Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV)-NAI** conta com cabines acústicas, softwares específicos, aparelhos e recursos tecnológicos

adequados à necessidade desta população. Atua na produção de material didático adaptado para os diversos cursos por meio da digitalização, da transcrição para o braile, de gravações em áudio, da impressão de textos ampliados. Oferece suporte acadêmico para alunos cegos e com visão subnormal, com assessoria ao docente. Novo site que contempla a acessibilidade foi desenvolvido e está em fase de teste. A rádio e TV UFMG tem pautado sua atuação na comunicação acessível, oferecendo tradução para a LIBRAS, áudio descrição. As bibliotecas receberão equipamentos de informática com os recursos de acessibilidade necessários às pessoas com deficiência visual.

Apresentamos dois vídeos que ilustram o empenho da UFMG em relação às questões de acessibilidade.

<http://www.fafich.ufmg.br/bib/video/cadv.mp4>

https://www.youtube.com/watch?v=-kK_stVnNvw

2.8. * Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

A UFMG vem experimentando um contínuo alargamento do acesso de novos estudantes aos seus cursos. Muitos deles antes raramente incluídos na educação superior em nosso país. Cada vez mais, a UFMG torna-se lugar de sociabilidade de pessoas de uma diversa e muita rica experiência cultural, com valores e horizontes de expectativas também plurais. Nesse contexto, foi criada, em 2014, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) com a responsabilidade de elaborar a política de assistência estudantil, bem como acompanhar a sua execução e avaliação. Realizar uma política para garantir o direito social de estudantes à Universidade é uma resposta necessária e socialmente comprometida com as novas circunstâncias que envolvem a UFMG. Enfim, direito à Educação Superior que temos responsabilidade de realizar. A política de Ações Afirmativas assume particular importância propondo o desenvolvimento de um conjunto articulado de práticas acadêmicas de acolhimento, atenção e apoio aos estudantes em suas necessidades para aproveitar e enriquecer sua permanência na UFMG, fruindo e usufruindo de uma rica vida universitária. Um dos objetivos do Programa é o fortalecimento do vínculo de nossos estudantes com a UFMG, contribuindo para expandir seu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Outro, é o de ampliar sua potencialidade para realizar as exigências postas pelos cursos, do início à conclusão de sua formação universitária. Se garantir as necessidades básicas de ‘sobrevivência’ de nossos estudantes é dever da Universidade, cuidar também das necessidades de sua formação acadêmica é outro de seus desafios. A UFMG não pode lhes faltar: expandir e aprimorar os cuidados com a vida acadêmica de seus estudantes é essencial, tão ou mais que a assistência material. Não se trata apenas de preocupar-se com a sua desenvoltura acadêmica, ainda que esta seja uma ação por demais necessária. Trata-se de ir além, realizando um esforço para envolver o/a estudante em um enriquecimento permanente de sua formação cultural. Ainda, cuidar do acompanhamento e do apoio ao estudante em sua singularidade de aprendizagem, do planejamento de sua vida universitária, de aconselhamento para sua carreira e expansão de suas potências pessoais e profissionais.

Realizações da PRAE

Política de Assistência Estudantil

Restaurantes universitários

São cinco restaurantes universitários. Os estudantes em situação socioeconômica menos favorecida podem ter refeições gratuitas ou parcialmente subsidiadas.

Moradias universitárias

A UFMG oferece moradia universitária em Belo Horizonte e Montes Claros. Em Belo Horizonte são 582 vagas e em Montes Claros são 108.

São oferecidas bolsas Auxílio-moradia aos estudantes que aguardam o processo de seleção para vagas nas moradias universitárias.

Está em construção um novo bloco de moradias em Belo Horizonte.

Atenção à saúde

Atendimentos médico, odontológico e psicológico gratuitos são disponibilizados para os estudantes assistidos pela UFMG

Bolsas

O Programa de Bolsas, que visa a complementação financeira de estudantes assistidos, oferece: auxílio-transporte, auxílio à educação pré-escolar (para filhos de estudantes) e auxílio para aquisição de material acadêmico. Em 2015, foram assistidos 7547 estudantes (25% do total de estudantes).

Projeto Redigir: Oficina de leitura e produção de Textos

Tem como objetivo aperfeiçoar a formação acadêmico-científica de estudantes da UFMG, habilitando-os (as) como leitores (as) e produtores (as) de textos dos principais gêneros acadêmicos.

Projeto Giz: Percursos Formativos Discentes

Tem como objetivo apoiar ao estudante em sua formação, auxiliando-o a ser protagonista da sua trajetória na UFMG e apresentando-lhe ferramentas que poderão potencializar seu desenvolvimento.

Oferece Oficina de Leitura e Escrita Acadêmica e Oficina de Gestão do Tempo e Organização Pessoal.

Programa UFMG Seu Lugar

Oferece Bolsa Estudantes Mães/Pais àqueles assistidos pela UFMG e em risco de evasão ou de abandono da Universidade.

Programa de Apoio a Ações Afirmativas

Chamada Pública para seleção de propostas de ações afirmativas apresentadas por estudantes e executadas no âmbito da UFMG. Em 2016, foi lançada a Chamada PRAE 01/2016.

Eixo Estruturante: política de apoio a projetos acadêmicos de estudantes

A Chamada Pública 02/2016 foi lançada pela PRAE para financiamento de propostas de projetos acadêmicos elaboradas, apresentadas e executadas por estudantes. Foram mais de 30 propostas aprovadas para realização em 2016.

Articulação da PRAE com outros órgãos da UFMG

Articulação com a Pró-reitoria de Graduação: resultou em proposição de Resoluções aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG para criar melhores condições para a travessia da vida acadêmica. São exemplos a resolução que criou o Programa de Inclusão Acadêmica e a que propôs novas normas acadêmicas para estudantes em situação especial (sofrimento psíquico, doenças graves etc) e para estudantes mães/pais.

Articulação com a Pró-reitoria de Extensão: inserção da PRAE nas duas redes coordenadas pela PROEX: a Rede Juventude e a Rede UFMG de Saúde Mental, com a realização da Semana de Saúde Mental da UFMG e do Projeto Domingo no Campus.

Articulação com a Ouvidoria da UFMG: parceria para aprimorar e ampliar o exercício dos direitos dos cidadãos, e o combate às opressões no âmbito da UFMG.

Articulação com a Coordenaria de Assuntos Comunitários (CAC): parceria para atendimento à comunidade universitária, com intervenção social e apoio técnico e logístico para suas demandas de atividades acadêmicas, culturais, políticas e sociais.

Articulação com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI): parceria para contribuir no refinamento das relações acadêmicas com estudantes internacionais da UFMG

Articulação com Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI): parceria para ações que assegurem as condições de acessibilidade necessárias ao ingresso, permanência, participação e autonomia de pessoas com deficiência no âmbito da instituição.

Outras ações institucionais merecem ser mencionadas: duas Resoluções do Conselho Universitário uma que proíbe o trote e outra que aprova o uso do nome social.

A Formação Transversal em Direitos Humanos, aberta a estudantes de todos os cursos de graduação, oferece três disciplinas, iniciada no primeiro semestre de 2017. A iniciativa possibilita que o estudante tenha acesso ao histórico da constituição dos direitos humanos, incluindo as lutas e movimentos sociais, além de contribuir para o fortalecimento de uma cultura para os direitos humanos. As disciplinas são Direitos humanos e políticas públicas: infância, adolescência e juventude, Direitos humanos e lutas sociais e Direitos humanos e os instrumentos de proteção. Elas integram a modalidade Formação Livre, por meio do Sistema Acadêmico da Graduação (Siga). A formação transversal em Direitos Humanos é uma demanda antiga da comunidade acadêmica. Ao longo do percurso, o estudante tem oportunidade de elaborar projetos práticos de intervenção vinculados à sua área de formação, experimentando o fazer. A proposta partiu da Rede Direitos Humanos da UFMG, da Pró-reitoria de Extensão que reúne núcleos,

grupos e laboratórios que desenvolvem atividades de extensão, ensino e pesquisa de forma indissociável.

2.9. * Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).

A internacionalização representa uma diretriz central dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da UFMG. A recente criação da Secretaria de Apoio à Internacionalização na PRPG, com alocação de três servidores bilíngues, atesta o comprometimento da UFMG com o tema. A partir desse investimento em recursos humanos qualificados, espera-se conferir apoio aos PPGs para ampliar sua inserção internacional, inclusive pela prospecção de oportunidades de parcerias, sempre em conjunto com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da UFMG. Atualmente, mais de 40% dos cursos de pós-graduação ofertados pela instituição apresentam qualificação internacional (notas 6 ou 7 junto à CAPES). Cabe ressaltar que a universidade mantém programas de cooperação, já consolidados ou recentes, com instituições de todos os continentes. Em 2015, foi realizado o *I International Colloquium on Academic Literacies. Writing and Reading in Educational Contexts*, cujo objetivo foi promover o diálogo entre pesquisadores – tanto discentes quanto docentes – latino-americanos e do Reino Unido e Estados Unidos sobre escrita acadêmica e discussões sobre teorias e métodos com vistas ao aumento de publicações em periódicos internacionais. Delegações estrangeiras de diversas instituições de todos os continentes têm buscado a UFMG como provável parceira, estando em andamento, por exemplo, tratativas com a África do Sul, Austrália, Canadá, Holanda, Portugal, Rússia, Suécia e com vários países da América Latina. Por proposta da *Hague University* (Holanda) e envolvendo a UFMG e a *Beijing University*, está sendo elaborada nossa primeira proposta de curso de pós-graduação internacional, um mestrado profissional na área de direito internacional. A UFMG conta com mais de 400 acordos de cooperação internacional para mobilidade discente e docente. O Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), mantido pela CAPES, tem constituído importante via interinstitucional de mobilidade. Desde 2011, 598 alunos foram contemplados com bolsas desse programa.

A UFMG tem participado de atividades de cooperação educacional com países em desenvolvimento por meio, principalmente, do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), da CAPES e do CNPq (TWAS). Por meio do PEC-PG, a UFMG já contribuiu para a qualificação de profissionais e pesquisadores originários, sobretudo, da África e da América Latina, aprimorando os processos de cooperação e as relações entre países em desenvolvimento. Atualmente, a UFMG possui 21 bolsistas PEC-PG ativos.

A UFMG tem participação também no Programa PAEC OEA-GCUB, e recebe bolsistas originários das Américas, contribuindo para o fortalecimento regional. Em 2014, a UFMG ofereceu 18 bolsas de mestrado e 13 de doutorado no âmbito do PAEC OEA-GCUB. Em 2015, foram ofertadas 15 bolsas de mestrado e 20 de doutorado. Em 2016, em virtude do contingenciamento de verbas do governo federal, houve uma diminuição significativa no número de novas bolsas ofertadas, sendo 05 de mestrado e 03 de doutorado. Dentro do estímulo à matrícula de discentes oriundos de outros países, duas iniciativas devem ser destacadas: Doutorado Latino-Americano em Educação e Doutorado Interinstitucional (DINTER) Internacional em Comunicação Social com a Escola Superior de Jornalismo de Moçambique. A PRPG tem incentivado os PPGs a flexibilizar os processos seletivos e permitir a participação a distância (Skype, videoconferências, provas em instituições estrangeiras parceiras ou em embaixadas brasileiras), provendo alternativas no sentido de avaliar o perfil dos candidatos sem a necessidade da presença na UFMG.

A internacionalização não se restringe à Pós-graduação, em relato avaliativo do PDI, a DRI analisou as principais ações propostas e realizadas sobre o tema Internacionalização da UFMG, apresentadas a seguir.

Centros de Estudos: Em 2013, foram criados os cinco centros Centro de Estudos Africanos (CEA), Centro de Estudos da Ásia Oriental - CEAO, Centro de Estudos Europeus (CEE), Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) e Centro de Estudos Indianos (CEI), respaldados pela Resolução 005/2016 que regulamenta seu funcionamento. Além disso, todas as ações desenvolvidas pelos Centros tiveram resultados positivos no que tange à divulgação dos mesmos na UFMG, em especial os Centros de Estudos Indianos e Africanos, que tiveram uma estrutura bem delineada de eventos ao longo dos anos..

Participação e Divulgação: diversificação e aprimoramento do material de divulgação da UFMG junto a universidades de outros países, por meio de vídeos institucionais e apresentações da UFMG foram elaborados em português, inglês e espanhol, em outubro de 2015, com a colaboração do CEDECOM.

Professores visitantes e programa de intercâmbio docente: além dos programas já existentes de mobilidade para professores, a UFMG ampliou a presença de docentes visitantes por meio de novos programas como o de Cátedras Francesas na UFMG, o *Russian-Brazilian Internship Programme*; e houve a submissão de novas propostas de Projetos Erasmus que englobam esse tipo de intercâmbio. Atualmente, a Universidade conta com 144 (cento e quarenta e quatro) professores estrangeiros, e mais de 60 cursos foram ministrados em língua estrangeira em 2015.

Convênios e cooperação: ao longo dos últimos anos, o número de convênios internacionais foi ampliado, incluindo convênios com novos países como Rússia, China, Coreia do Sul, Equador, Irlanda e Uruguai. Conseqüentemente, houve também uma expansão das opções de mobilidade para as novas parcerias amparadas sob o instrumento Convênio de Intercâmbio. Além disso, a participação em novas Redes (CINDA, EMPRENDIA, UDUAL) e programas de intercâmbio (BRACOL, PONCHO, Be-a-DOC, PAEC) também colaboraram para ampliar as possibilidades de mobilidade e diversificar as áreas geográficas. Cabe ainda mencionar a criação de Núcleos de Internacionalização em algumas Unidades Acadêmicas (ICB, Escola de Medicina, Escola de Engenharia e ICEX). Institucionalizar as ações dos Convênios de Cotutela, transpondo o nível individual da pesquisa do aluno de Doutorado, além de envolver alunos de Graduação (Iniciação Científica) nas ações desse tipo de convênio e, sobretudo, direcionar os fluxos de mobilidade amparados por convênios em função das áreas de destaque das instituições parceiras.

Proficiência: a cada ano, ampliam-se na UFMG as ofertas de disciplinas gratuitas (Inglês, Francês, Espanhol e Alemão para Fins Acadêmicos), assim como as ofertas do curso Inglês sem Fronteiras. A UFMG participa do Programa Idiomas sem Fronteiras desde que foi lançado pelo MEC e CAPES em 14 de novembro de 2014. A Universidade também realiza testes gratuitos para diagnosticar proficiência, juntamente com o MEC/IsF. Como proposições para essa área estão a criação da disciplina “Italiano para Fins Acadêmicos” e a articulação conjuntamente à PROGRAD e à PRPG para estender a oferta de disciplinas em espanhol e inglês, na modalidade de escolha livre.

Português como língua adicional: oferta de disciplinas de português para estrangeiros em volume suficiente para atender a todos os estrangeiros com vínculo, permanente ou temporário, com a UFMG.

Acolhimento ao intercambista: adequação da dimensão do Serviço de Apoio e Recepção aos Estudantes e Pesquisadores Estrangeiros, setor administrativo da DRI, às reais necessidades da UFMG. Em 2015, foi criado o setor de Acolhimento da DRI com o objetivo de aprimorar a recepção dos intercambistas na UFMG. Em novembro de 2012, foi assinado o Convênio Moradia Intercambistas UFMG nº 088/12-00, SICONV nº 775391/2012, disponibilizando 50 vagas para a DRI em quitinetes da Moradia Universitária – FUMP.

Recursos e mobilidade: dotar a DRI de recursos financeiros destinados a apoiar a participação em programas de mobilidade internacional de estudantes que, embora demonstrando mérito acadêmico e interesse no intercâmbio, não disponham de meios financeiros suficientes para custeá-lo. A totalidade dos recursos financeiros destinados ao Programa de intercâmbio *Minas Mundi* foi distribuída aos alunos FUMP em 2015. No que tange a essa área, é preciso aumentar os subsídios da DRI destinados a apoiar a mobilidade de alunos socialmente vulneráveis e planejar ações conjuntas de sensibilização da comunidade universitária sobre internacionalização inclusiva.

Capacitação de servidores: Entre 2013 e 2015, a equipe da DRI recebeu aulas particulares para aprimorar o inglês, e em 2014, todos os servidores participaram do programa de capacitação InterTEC UFMG, visitando instâncias responsáveis pela internacionalização de universidades de outras cidades do Brasil para trocar experiências e conhecer as boas práticas. Em 2014 e 2015, os servidores participaram de capacitação em universidades no exterior como: Universidade do Porto, Escala para técnicos, Erasmus IBRASIL e *Russian-Brazilian Internship Programme*.

EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1. * Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

As diretrizes e os princípios pedagógicos que orientam a concepção dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFMG são baseadas crescentemente na flexibilização e em princípios de aprendizagem ativa e interdisciplinar, buscando, por meio destas orientações, fomentar a independência intelectual, o espírito crítico e a formação profissional e acadêmica consistente e holística do aluno, de modo a torná-lo apto não apenas para atender as exigências do mercado de trabalho, mas também para capacitá-lo a intervir e transformar o ambiente social no qual está inserido.

O perfil profissional do egresso compreende uma sólida formação técnica científica e profissional geral em seu campo do saber, que o capacitam a absorver, aplicar e desenvolver novas metodologias de trabalho e novas descobertas de seu campo, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando-se os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais. Caracterizam o perfil dos egressos: sólida formação básica; conhecimentos gerais dos princípios metodológicos pertinentes para a sua atuação profissional; formação sólida nas técnicas constitutivas do campo de atuação; preparação para a interlocução multidisciplinar; capacitação para a avaliação crítica dos aspectos humanos, sociais, econômicos e culturais relacionados à sua atividade profissional; preparação para inserção nos setores de atividade econômica em que atua o profissional da área; formação orientada para o desenvolvimento e aplicação de inovações; preparação para a atuação profissional pautada pela ética e pelo respeito à diversidade, à liberdade de expressão, aos direitos humanos, além da permanente preocupação com o ambiente e a sustentabilidade, e com a necessidade da redução das desigualdades econômicas e da promoção do desenvolvimento voltado para o bem-estar social.

O elenco dos cursos de graduação ofertados pela UFMG foi constituído, ao longo das décadas, sempre tendo como referencial um conjunto de demandas sociais emergentes a cada momento. Por exemplo, os cursos da área de Saúde hoje contemplam toda a diversidade de profissionais que se fazem necessários para prover a atenção primária à saúde, com currículos revisados na direção de se articularem com o Sistema Único de Saúde. Os cursos de Engenharia foram criados, ou tiveram seus perfis profissionais modulados, como resposta à dinâmica do parque industrial e tecnológico de MG. Os egressos atendem a nichos específicos do mercado de trabalho, além de se direcionarem para mercados mais amplos e para setores econômicos emergentes. Outro exemplo de atendimento às demandas sociais é o conjunto de cursos de Licenciatura, através dos quais a UFMG hoje consegue formar todos os tipos de profissionais que se fazem necessários para a docência na educação básica.

No PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO, cada curso deve ancorar-se numa proposta conceitual que indique seu histórico, sua contextualização e o perfil profissional visado para o formando. Cada currículo deve conter uma dimensão mais universal ou básica e o componente mais profissionalizante. Entretanto, sem a criação de recursos e mecanismos que promovam atividades inter e multidisciplinares, tão demandadas pelas profissões típicas de sociedades complexas e desenvolvidas, os currículos sofreriam um rápido processo de defasagem. Assim eles devem ser compostos a partir de política curricular institucional, consubstanciada no princípio da flexibilização curricular. Serão formados melhores profissionais se, além dos conhecimentos inerentes à formação mais específica, acrescentarmos aqueles provenientes de áreas complementares, suscetíveis a permanente revisão. A essa preocupação com uma formação sempre mais qualificada do ponto de vista acadêmico, soma-se a criação das condições que permitam ao aluno uma crescente interação com os processos sociais de forma mais geral. Essa dupla orientação na formação deve se desdobrar na construção de conteúdos, habilidades, competências e atitudes, por meio de recursos pedagógicos que vão da aula teórica ao seminário, da aula prática, no laboratório ou no campo, ao estágio, da monografia à diversidade de situações geradoras de créditos, como a participação em projetos de PESQUISA, EXTENSÃO, e frequência a congressos e colóquios. O Projeto

Pedagógico deve extrapolar a perspectiva curricular, incorporando as dimensões acadêmicas, de política institucional e da sociedade no seu conjunto.

O curso de graduação é concebido como um sistema fundamentado em estruturas curriculares flexíveis, sendo organizado em três blocos de atividades: 1) o núcleo de formação específica, que constitui a essência dos saberes característicos de uma área, incluindo o domínio típico do curso e de campos próximos; 2) a formação complementar, que propicia a adequação a outro campo de saber, preservando uma conexão com a linha básica do curso; 3) a formação livre, que oferece ao aluno a possibilidade de ampliar sua formação em qualquer campo do conhecimento, com base em seu interesse individual.

As diretrizes adotadas pela UFMG, a partir da Resolução Complementar 01/98 do CEPE e das Diretrizes para a Flexibilização Curricular (2001) estabeleceram que o currículo, buscando a INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, deve ser concebido como um sistema articulado. Além da transmissão de conteúdos e da produção do conhecimento, deve incluir o desenvolvimento, por parte do aluno, de habilidades básicas, específicas e globais, de atitudes formativas, de análise crítica e de percepção mais global da sua atuação futura como profissional e como membro da sociedade. Como tal, ele é um conjunto de atividades acadêmicas que possibilitam a integralização de um curso. Entende-se por atividade acadêmica curricular toda aquela considerada relevante para que o estudante adquira o saber e as habilidades necessárias à sua formação. O APROVEITAMENTO DE UMA ATIVIDADE ACADÊMICA PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR deve estar condicionado à autorização prévia do colegiado de curso e a um processo de avaliação. A Resolução Complementar 01/1998 do CEPE estabelece as seguintes possibilidades de atividades geradoras de créditos: atividades de iniciação à docência, à pesquisa ou à extensão; atividades a distância; disciplinas; discussões temáticas; monografia; estágio curricular; eventos; seminários; vivência profissional e outras consideradas pelo Colegiado.

A UFMG prevê, para os próximos anos, a continuidade da aplicação de inovações pedagógicas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares (regulamentadas na UFMG em 1998, quando foram previstas a possibilidade de integralização de créditos em atividades diversificadas e foram flexibilizadas as regras para a estruturação de currículos), oportunidades diferenciadas de integralização do curso (regulamentadas na UFMG em 2001, quanto foi definida a possibilidade de que os estudantes integram seus currículos por meio de “formação complementar”), projetos integradores (previstos na regulamentação supramencionada de 1998), aprendizagem baseada em problemas (utilizada em diversos cursos da UFMG desde a década de 1990), metodologias ativas de ensino e aprendizagem (integrantes dos princípios pedagógicos da UFMG desde a década de 1970), aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios (previstos também na regulamentação supramencionada de 1998), desenvolvimento de tecnologias, dentre outras.

3.2. * Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (aplica-se também às Faculdades e Centros Universitários, quando previstos no PDI).

Durante o REUNI, os PPGs foram estimulados à expansão do número de vagas, aspecto que está diretamente relacionado com a dimensão do corpo docente. Como muitos docentes foram contratados para sustentar novos cursos de graduação de áreas estratégicas, propostos no REUNI, a pós-graduação também cresceu pela absorção de tais profissionais nos corpos docentes de Programas existentes e na proposição de novos cursos. Até 2012, o sistema de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG estava constituído por 72 Programas, envolvendo 62 cursos de doutorado, 72 de mestrado acadêmico e 2 mestrados profissionais, totalizando pouco mais de 8.000 alunos. Em maio/2016, a UFMG já somava 79 Programas próprios, envolvendo 67 cursos de doutorado, 74 de mestrado acadêmico e 5 mestrados profissionais, além da participação em cursos multicêntricos e em rede ou associação de instituições (3 doutorados, 4 mestrados acadêmicos e 3 mestrados profissionais de formação de professores). No final de 2015, computávamos 9.323 alunos, ano em que ocorreram 2.259 defesas (792 de doutorado e 1.467 de mestrado).

A pós-graduação stricto sensu continua se expandindo na UFMG. Atualmente, contamos com 7 novas propostas em avaliação na CAPES, de 6 diferentes áreas de avaliação, abrangendo 2 doutorados, 2 mestrados acadêmicos e 4 mestrados profissionais (uma proposta inclui mestrado acadêmico e doutorado). Chama a atenção a ampliação das iniciativas de mestrados profissionais, uma das quais constitui a primeira oportunidade em que a UFMG se coloca como sede nacional de ampla rede para a formação de professores (Biologia). Também merece destaque a proposição do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, iniciativa que deriva de demanda por aprimoramento de servidores da própria UFMG e que, espera-se, será estendida a outras instituições públicas de Minas Gerais e, posteriormente, do restante do país.

A PRPG tem incentivado os PPGs em cada unidade a otimizarem os recursos financeiros disponíveis pela implantação de laboratórios multiusuários, especialmente de caráter interdisciplinar. A experiência tem mostrado que trabalhos de dissertação e tese interdisciplinares geram produtos de melhor qualificação e bem acolhidos pela comunidade científica. Investimentos importantes têm sido feitos na UFMG pelos recentes Editais Pró-Equipamentos, publicados pela CAPES com vistas a atender a necessidade de equipamentos destinados à melhoria da estrutura de pesquisa científica e tecnológica dos Programas de Pós-Graduação, em todas as áreas do conhecimento, sempre com a exigência de alocação em ambientes multiusuários na instituição. Entre 2010-2014 (cinco edições do edital), a UFMG captou o total de R\$ 13.855.953,75, recursos que foram completamente executados e que significaram importantes acréscimos na infraestrutura laboratorial e serviços dos PPGs da UFMG e de outras instituições que manifestem interesse na utilização dos equipamentos.

O maior respaldo de acervo de bibliotecas relevantes para a pós-graduação stricto sensu é oferecido pela CAPES, com a manutenção do Portal de Periódicos ao qual temos pleno acesso. Some-se a isso as recentes oportunidades de aquisição de livros técnico-científicos, visando à atualização e ampliação do acervo de bibliotecas utilizadas por cursos de pós-graduação stricto sensu, providas pelos editais para expansão de acervos bibliográficos publicados pela FAPEMIG. Em 2013 e 2014, captamos e executamos o total de R\$ 395.433,22 na aquisição de livros solicitados pelos PPGs (respectivamente, R\$ 215.203,21 e R\$ 180.230,01). Esses recursos atualizaram nossos acervos, especialmente por atenderem demandas originadas diretamente nos Programas.

A UFMG mantém contínuo suporte aos PPGs, garantindo a realização de suas atividades essenciais mesmo nos períodos em que não há recursos financeiros oriundos dos programas que a CAPES mantém em apoio ao custeio dos Programas (PROAP/PROEX). Nos dois últimos anos, houve amplo contingenciamento, de modo que PROAP e PROEX só tiveram 25% dos seus recursos habituais. A UFMG, por intermédio da PRPG e no limite de suas possibilidades orçamentárias, garantiu, entre outras atividades, que as defesas de doutorado contassem com dois membros externos à Instituição, para preservar o tão salutar olhar externo sobre os trabalhos de conclusão de curso. Para a adequação de infraestrutura para os PPGs, a UFMG tem incluído as demandas da pós-graduação como prioritárias nos projetos submetidos aos editais da FINEP, tanto os que envolvem obras quanto para aquisição de equipamentos, nesse caso sempre privilegiando espaços multiusuários. A política de expansão do número de bolsas concedidas aos pós-graduandos passa, em primeira instância, pela busca de aumento das notas obtidas pelos PPGs nas avaliações da CAPES; notas maiores geram acréscimo de recursos de custeio e bolsas, o que ocorreu com 15 PPGs da UFMG que obtiveram nota 6 na avaliação trienal de 2013.

Além dos diversos convênios celebrados com universidades brasileiras e estrangeiras, a UFMG está continuamente engajada na participação em novos projetos, a fim de expandir sua presença no âmbito acadêmico internacional. Recentemente, três Programas de Pós-Graduação da UFMG passaram a integrar a Universidade em Rede do Bloco BRICS (BRICS Network University), qualificando-nos como a universidade brasileira com maior número de propostas aprovadas no edital que foi publicado pela CAPES. As primeiras reuniões para implementação dos projetos já foram realizadas em Brasília e a Rússia, de modo que a BRICS NU já é uma realidade.

Outra forma de interação interinstitucional que tem sido bem acolhida pela comunidade da UFMG são as cotutelas. Até o momento, efetivamos o total de 147 processos, abrangendo os seguintes países: Alemanha (2), Austrália (7), Bélgica (4), Canadá (5), Colômbia (2), Dinamarca (3), Espanha (13), EUA (2), Finlândia (1), França (85), Holanda (4), Hungria (1), Itália (7) e Portugal (11). Cooperação nacionais

relevantes têm sido propostas nos mestrados profissionais em rede, especialmente aqueles induzidos pela CAPES visando à qualificação de professores que atuam na educação básica. A UFMG já atua nos Mestrados Profissionais para Formação de Professores de Letras e Artes. Encontra-se em tramitação na UFMG e já aprovado pela CAPES o Mestrado Profissional em Educação Física e somos a sede proposta para o Mestrado Profissional de Ensino de Biologia, sob avaliação da CAPES atualmente. Também apresentamos cartas de intenção de participar nos Mestrados Profissionais de História e Filosofia, cujas propostas ainda se encontram em construção. Dada a experiência de sucesso acumulada pelos PPG em Fisiologia e Farmacologia e em Bioquímica e Imunologia, participamos com a instituição nucleadora em Minas Gerais nos Programas Multicêntricos em Ciências Fisiológicas e em Bioquímica e Biologia Molecular.

A UFMG tem tradição de avaliação interna dos PPGs, visando ao diagnóstico das condições de funcionamento, em especial à detecção de fragilidades que precisam ser sanadas para manter-se o crescimento, tanto qualitativo quanto quantitativo da pós-graduação na instituição. O acompanhamento institucional é rigoroso desde as propostas de criação de novos cursos, envolvendo detalhada análise da Assessoria Acadêmica da PRPG sobre o detalhamento da proposta, sobre a composição do corpo docente e os critérios previstos para credenciamento docente, o número de vagas a serem oferecidas e sua distribuição, o regulamento interno do Programa. Após as diligências necessárias, a Câmara de Pós-Graduação, apoiada em pareceres de avaliadores externos e do próprio colegiado, delibera sobre a criação. É realizado o acompanhamento sistemático de todos os PPGs, realizando-se visitas a Colegiados ou grupos de Programas das unidades universitárias, bem como reuniões coletivas para discussão de temas de interesse geral. Anualmente, é efetivado o acompanhamento dos relatórios, inseridos na Plataforma Sucupira.

3.3. * Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* (aplica-se quando previsto no PDI).

A oferta dos cursos de especialização tem sido rigorosamente acompanhada na instituição e obedece a legislação específica; no âmbito da UFMG, está regulamentada pela Portaria do Reitor nº 088/2011, que estabelece, dentre outros critérios, que um curso de especialização não pode ter ofertas reiteradas. Toda oferta de cursos de especialização é submetida à aprovação da Câmara de Pós-Graduação, após criteriosa análise da Assessoria Acadêmica, que registra a autoavaliação realizada pelo curso, verificando o potencial para gerar impacto social e os indicadores de qualidade das edições anteriores. Em 2012, 76 cursos de especialização, nas várias áreas do conhecimento, foram ofertados pela UFMG. Em 2013, 2014 e 2015, a instituição ofertou, respectivamente, 68, 66 e 67 cursos de especialização, também abrangendo as diversas áreas do conhecimento. Há grande oscilação no número de vagas ofertadas anualmente, mas contamos com média de 6.255 alunos entre 2013 e 2015, acumulando 4.628 defesas de trabalhos finais nesse período.

3.4. * Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

As atividades de pesquisa na UFMG constituem um dos eixos estruturantes das ações acadêmicas da instituição, sendo intrinsecamente integradas com o ensino e articuladas com a extensão. A UFMG tem investido continuamente na infraestrutura para pesquisa e inovação, reforçando sua excelência e capacidade competitiva na produção de conhecimento e de novas tecnologias. O planejamento e desenvolvimento institucional de pesquisa e inovação tecnológica são realizados e geridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq). Para tanto, a PRPq conta com a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), uma incubadora de empresas (INOVA), duas diretorias, sendo uma de Fomento à Pesquisa e outra de Produção Científica, e dois comitês de Ética, um para pesquisa em seres humanos (COEP) e outro para experimentação animal (CEUA). A PRPq também é responsável pela gestão do Biotério Central da UFMG. A PRPq, em plena consonância com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMG, têm implantado e expandido várias ações de apoio e estímulo à pesquisa e à produção científica e

tecnológica: vários programas institucionais de bolsas; apoio a publicações científicas tanto para tradução quanto para revisão de textos na língua inglesa; apoio para participação de docentes em eventos científicos; apoio a doutores recém contratados e docentes em doutoramento; manutenção de equipamentos; gerenciamento estratégico de informações da área de pesquisa através da Plataforma SOMOS, produzida pela UFMG; apoio integral às ações de proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo; estímulo às parcerias com o setor empresarial para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de inovação tecnológica. Os programas institucionais de bolsas são dirigidos principalmente à iniciação científica, com financiamento predominante das agências de fomento. No período de 2011 a 2014, a UFMG recebeu cota crescente de bolsas de iniciação científica em suas várias modalidades (Iniciação Científica, Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Iniciação Científica nas Ações Afirmativas, Jovens Talentos/CAPES), com aumento médio de 15% no número total de bolsas ao ano. A PRPq gerencia cotas de bolsas para alunos do ensino médio, financiadas pelo CNPq e pela FAPEMIG, importante instrumento para a interação da Universidade com as escolas públicas do estado MG, possibilitando aos estudantes de ensino médio a iniciação à pesquisa e participação na produção do conhecimento. Os programas institucionais de bolsas incluem ainda bolsas de IC concedidas com recursos próprios, para atendimento a demandas especiais, tais com a Rede de Museus, Espaços de Ciência, apoio a professores recém contratados, e bolsas de apoio científico, para apoio participação nas atividades de laboratórios de caráter multiusuário e setores específicos da PRPq. O número de bolsas IC administradas pela PRPq vem aumentando progressivamente de 1.131 em 2011 para 2.069 em 2014. A partir de 2015, grande parte dos programas executados com recursos próprios foram suspensos devido à redução orçamentária. Entre os programas contínuos de apoio à pesquisa executados com recursos próprios podemos citar o Auxílio à Pesquisa para Doutores Recém-Contratados (orçamento anual, incluindo bolsas e auxílio financeiro, da ordem de 1,5 milhões de reais), o Programa de Manutenção de Equipamentos de Pequeno ou Médio Porte, com orçamento médio de R\$50.000,00 anuais (2011-2013), o Programa de Melhoria Qualitativa da Produção Científica (orçamento médio de R\$200.000,00 anuais) e o Programa de Apoio para Apresentação Trabalho em Eventos Científicos, com orçamento anual médio de R\$100.000,00. Outras iniciativas da PRPq para fomento à pesquisa com recursos próprios são implementadas sempre que possível: auxílio para Participação na Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável; bolsas para Agentes de Inovação/CTIT; Apoio à Elaboração de Plano de Negócios para Projeto de Pesquisa de Base Tecnológica da UFMG; Apoio à Aquisição de Equipamentos Institucionais; Iniciação ao Empreendedorismo e Inovação/CTIT/SEBRAE.

Em relação à infraestrutura para pesquisa, os editais PROINFRA e Pró-equipamentos constituem instrumento fundamental, estruturante e indispensável da política de desenvolvimento institucional em pesquisa e pós-graduação. A formulação de propostas para a FINEP é atualmente precedida por uma reunião onde as idéias de projetos são apresentadas pelos grupos de pesquisa e discutidas, de forma a buscar uma composição integrada e multidisciplinar que inclua a cooperação entre os vários grupos, garantindo o caráter institucional da proposta, que é elaborada em consonância com as diretrizes do PDI, e permite a implantação de instalações e equipamentos impactantes para a instituição, otimização dos recursos públicos e atendimento à diversidade das áreas do conhecimento, na busca da excelência no ensino e pesquisa. Verifica-se que os recursos concedidos à UFMG nos projetos PROINFRA tiveram impacto significativo, permitindo que a universidade melhorasse sua produção intelectual e, por consequência, a qualidade dos seus cursos de pós-graduação. Essa melhoria reflete também no ensino de graduação, com a ampliação significativa de alunos em programas de iniciação científica. No período 2009-2014 a UFMG captou R\$ 35,5 milhões para aquisição de equipamentos de médio e grande porte, e R\$ 12,9 milhões para obras, nas chamadas públicas MCTI/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA e nos editais Pró-equipamentos. O valor total captado apresenta forte tendência de crescimento (aumento de 58% comparando os anos de 2009 e 2013), mas não constante devido à descontinuidade do programa CT Infra (sem editais nos anos de 2012 e 2014, e com uma chamada para recursos complementares para obras em 2014). Está em curso na PRPq proposta para implementação de uma plataforma dos Laboratórios Multiusuários para garantir maior acessibilidade ao público interno e externo. Nos últimos 15 anos, a UFMG ocupa o 5º. lugar na captação de recursos junto ao CNPq, com participação de aproximadamente 3,5% no total do fomento. De 2010 a 2014, a UFMG captou R\$ 323 milhões; em 2014 houve o repasse de,

aproximadamente, R\$ 78 milhões. Na FAPEMIG, a UFMG capta cerca de 20% do total de recursos liberados. Além disso, tem ocorrido de forma crescente o reinvestimento de recursos obtidos pela universidade com licenciamentos de tecnologias e de royalties em ações de pesquisa e inovação. A UFMG conta com 777 pedidos de depósitos de patentes nacionais junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e 296 depósitos internacionais submetidos ao Patent Cooperation Treaty - PCT e a Fases Nacionais. A UFMG já celebrou 91 acordos de parceria para desenvolvimento de tecnologia e 83 contratos de licenciamento de ativos de PI, entre patentes, Know-How, desenho industrial e marcas, que resultaram em produtos inovadores lançados no mercado. Exemplos de sucesso: vacina contra a leishmaniose canina, em 2008, sendo a primeira vacina recombinante desenvolvida na América Latina para doença negligenciada; o licenciamento à empresa Vértica de uma tecnologia para erradicação de larvas do mosquito *Aedes Aegypti*; a transferência à FUNDEP do software “Somos”, desenvolvido para facilitar o mapeamento das competências da UFMG e agora das instituições licenciadas, incluindo projetos, grupos de pesquisa e ativos de PI; o licenciamento da “Metodologia e Software para Gestão do Conhecimento Tácito”; e ainda o licenciamento na área de Tecnologia da Informação do “Observatório Web” para aplicação no setor de investimentos. A incubadora INOVA visa fornecer apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica. Desde 1996, já foram apoiadas 57 empresas nas diversas áreas do conhecimento, sendo responsável por 22% das empresas de base tecnológica graduadas no Estado, sendo que 93% delas encontram-se ativas no mercado. A Diretoria de Ações Culturais que realiza a política de cultura.

3.5. * Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.

Na UFMG, as atividades de extensão são realizadas sob as formas de programas, projetos, cursos, assessoramentos, prestação de serviços e/ou consultorias, com indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão, interação dialógica com a sociedade, interdisciplinaridade, impacto na formação do estudante, impacto e transformação social. As ações de extensão são sistematizadas de acordo com as seguintes áreas temáticas: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura.

No ano de 2014, foram identificadas, no Sistema de Registro da Extensão SIEX/UFMG, 2.763 ações de extensão. Destas, 1.208 (43,7%) eram projetos de extensão, 507 eram eventos (18,3%), 449 eram cursos (16,3%), 402 caracterizavam prestação de serviços (14,5%) e 197 eram programas de extensão (7,1%). Em relação aos cursos de extensão ofertados pela UFMG, observa-se a grande diversidade, com destaque para os cursos de Atualização (162- 36,1%), seguidos dos cursos de Treinamento e qualificação profissional (130 - 29,0%) e Iniciação (115 – 25,6%). Em avaliação realizada em 2015, a possibilidade de integralização de créditos foi identificada em 90% dos cursos. Em relação aos mecanismos de fomento às ações de extensão na UFMG, destaca-se o Programa de Fomento de Bolsas para programas e projetos de Extensão (PBEXT), que distribui anualmente, por meio de edital, cerca de 900 bolsas para estudantes de graduação envolvidos nas ações de extensão contempladas. Parte dessas bolsas são destinadas a estudantes com perfil para o programa “ações afirmativas”, ou seja, que recebem assistência estudantil ou que ingressaram na universidade pelos sistemas de bônus ou cotas. Em 2014 e 2015, não houve aumento no número total de bolsas concedidas por meio dos editais PBEXT, mas houve aumento do número de bolsas destinadas a estudantes com esse perfil. Em 2016, as Pró-reitorias de Extensão e Graduação lançaram edital integrado e pioneiro para fomento aos projetos e programas de extensão que cumprissem as diretrizes da resolução do CEPE que regulamentou a “Formação em Extensão Universitária”. A Pró-reitoria de Extensão promove, anualmente, a Jornada de Extensão, evento que tem como objetivos receber os novos bolsistas de extensão, incentivar os debates e trocas de experiências. Desde 2014, representantes das comunidades parceiras das ações de extensão participam dessas jornadas. Nos últimos anos, cerca de 700 estudantes estiveram presentes em cada edição do evento. Os bolsistas de extensão também têm como atribuição apresentar, no Encontro de Extensão, que ocorre durante a Semana do Conhecimento. São apresentados, em média, 500 a 600 trabalhos que são avaliados por membros da Câmara de Extensão e dos comitês assessores dessa Câmara.

A Pró-reitoria de Extensão coordena o Programa Integrado de Apoio a Eventos (PAIE), que tem

participação das Pró-reitorias de Graduação, Pesquisa e Pós-graduação. Em 2014 e 2015, foram contemplados com apoio financeiro, concedido por meio de edital, respectivamente, 86 e 51 eventos. O principal edital externo de fomento à Extensão é o Edital PROEXT MEC/SESu. Em 2015, foram realizadas seis oficinas de capacitação para submissão de propostas a este edital com participação de 85 docentes e 29 propostas foram aprovadas, com captação de aproximadamente R\$3.000.000,00. Para 2016, houve uma redução significativa de aporte financeiro para o Edital e a UFMG teve nove propostas aprovadas, um programa e oito projetos, com captação de aproximadamente R\$900.000,00.

Em relação às ações para avaliação e monitoramento da extensão, a UFMG tem procurado desenvolvê-las em consonância com as diretrizes da Comissão Própria de Avaliação da UFMG e do Fórum de Pró-reitores de Extensão. A Diretoria de Avaliação da Pró-reitoria é uma das participantes do Projeto IBEU (Indicadores Brasileiros para Extensão Universitária), do Fórum de Pró-reitores de Extensão, que tem trabalhado na construção de indicadores para avaliação da extensão universitária que permitam, inclusive, comparação entre instituições e sejam utilizados nacionalmente. Nessa avaliação, baseada nos dados registrados no Sistema de informação da Extensão (SIEEX), foi possível identificar que ações de extensão são desenvolvidas em todas as unidades acadêmicas da UFMG, englobando as oito áreas temáticas da extensão, com envolvimento de cerca de 1500 docentes e com relato de mais de 3.000 produtos, sendo a maioria trabalhos apresentados em eventos acadêmicos-científicos e produtos audiovisuais. Também foi possível verificar que mais 66% das ações registradas relatavam vínculo com o ensino e a pesquisa. Em 2011, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão aprovou a inclusão de um indicador que avalia as ações de extensão desenvolvidas pelos departamentos na matriz para alocação de vagas do magistério superior, o qual foi aplicado pela primeira vez em 2014. Esse indicador adquiriu grande importância para valorização da extensão nos planos de trabalho individuais e dos departamentos.

O trabalho em rede tem proporcionado a integração e troca de experiência entre os projetos e programas de extensão, potencializando e dando maior visibilidade a suas ações. As redes em funcionamento são: Rede Juventude; Rede Saúde Mental; Rede Cidades (temática da terra e justiça ambiental); Observatório da Migração Internacional de Minas Gerais (parceria da Secretária de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais com diversas universidades, entre elas a UFMG), Programa Participa UFMG Mariana – Rio Doce (Observatório da Tragédia Mariana-Rio Doce com participação de programas e projetos de extensão da UFMG, UFOP e UFES).

Também devem ser destacadas as ações desenvolvidas com a finalidade de fortalecimento da interação da Universidade com a educação básica. Em 2016, a UFMG assinou um termo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais com vistas ao desenvolvimento de ações de interesse comum, com objetivo de formulação, implementação e avaliação de políticas de Educação. Reconhecendo a necessidade de traçar estratégias de internacionalização que envolvam projetos e ações de extensão universitária, a Diretoria de Relações Internacionais da UFMG e a Pró-reitoria de Extensão promoveram, em abril de 2016, o evento “Seminários de internacionalização na UFMG: extensão em pauta”. O evento contou com 189 inscritos, com representantes de 20 instituições, além da UFMG, estando presentes representante de seis universidades internacionais. A UFMG, desde 2015, integra do Comitê Permanente de Extensão Universitária da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu e recebeu, também, em 2016, a primeira reunião anual desse comitê que teve como ponto central a inclusão de pautas relacionadas às temáticas dos direitos humanos, acessibilidade e inclusão.

3.6. * Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

As ações institucionais para a difusão da produção acadêmica abrangem diferentes áreas do conhecimento e níveis de formação e almejam, também, o aprimoramento da própria produção intelectual e da formação de recursos humanos qualificados.

A Diretoria de Divulgação Científica, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, elaborou o curso de Formação Transversal em Divulgação Científica, para alunos de qualquer um dos cursos de graduação da UFMG. Alunos de pós-graduação também podem se inscrever nessa Formação, como atividade eletiva ou isolada. A Formação Transversal em Divulgação Científica visa atender à demanda de temáticas

transdisciplinares na graduação e pós-graduação. O curso busca produzir conhecimentos básicos sobre pesquisa científica e suas diferentes formas de produção nas várias áreas do conhecimento, e também a preparar os alunos de forma que se sintam capacitados para explorar e discutir possíveis relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

A produção acadêmica da UFMG está disponível à comunidade através do portal SOMOS (www.somos.ufmg.br) onde, através de um sistema de busca por palavras chave, tem-se acesso a todo o conhecimento acumulado na universidade de forma estruturada. A UFMG conta também com o Portal Periódicos (<https://www.ufmg.br/periodicos/>), onde encontram-se as informações acerca da produção científica da UFMG relacionadas aos periódicos elaborados na universidade. A UFMG apresenta, ainda, diversas ações estruturadas anualmente em prol da estruturação e divulgação do conhecimento, como a Semana do Conhecimento, os editais de incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento tecnológico e inovação, ao desenvolvimento científico nas artes, dentre outros. A UFMG participa ainda da organização de incontáveis eventos regionais, nacionais e mundiais, com foco no desenvolvimento do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento. Presta, também, serviços de auxílio à estruturação da inovação, incluindo propriedade intelectual e transferência de tecnologia (<http://www.ctit.ufmg.br/>).

O Portal de Periódicos da UFMG, idealizado pela Diretoria de Produção Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa e produzido pelo Núcleo Web do Centro de Comunicação (Cedecom) e contou com a participação de editores dos periódicos e representantes de diversas áreas administrativas e acadêmicas da UFMG. Instituída com o intuito de aumentar a visibilidade dos periódicos produzidos no âmbito da Universidade, a Política de Periódicos da UFMG está ancorada em dois princípios – inclusão e excelência. O primeiro pauta o respeito à diversidade de áreas, temáticas, objetivos e formas de organização das publicações, enquanto o princípio da excelência orienta a política para garantir espaços de qualidade já existentes na Universidade, bem como fomentar e respaldar ações de melhoria dos periódicos, com base em critérios nacional e internacionalmente constituídos. A implementação da Política de Periódicos da UFMG abrange um conjunto de nove ações independentes e complementares, entre as quais está a elaboração de diretório que abre ao conhecimento público informações diversas, como a forma de acesso aos periódicos, foco de publicação, vínculo institucional, equipes responsáveis e classificação no Qualis Capes.

A Política também inclui a criação deste Portal de Periódicos, destinado a lhe dar visibilidade interna e externa; um processo de avaliação sistemática dos periódicos, que servirá para identificação de desafios a serem superados; e ações diversas, como constantes momentos de qualificação de editores, que poderão conhecer mais sobre aspectos como indexação, diagramação, etc. Em consonância com as práticas atuais de transparência das universidades brasileiras, o trabalho de elaboração do diretório e dos outros itens que compõem a Política de Periódicos da UFMG foi realizado e implementado sob a coordenação da Diretoria de Produção Científica (DPC) da Pró Reitoria de Pesquisa (PRPQ).

Em 2015 foi lançado oficialmente o Portal de Periódicos da UFMG (<https://www.ufmg.br/periodicos/>), que congrega hoje 62 dos periódicos da UFMG, permitindo o livre acesso a todos os interessados. Dos periódicos científicos sediados na UFMG, 61 estão classificados no Qualis (A1: 9; A2: 6; B1: 7; B2: 10; B3: 13; B4: 7; B5: 6; C: 3).

Outra ação de destaque é a atuação do Cedecom/UFMG na constituição e coordenação da Rede Mineira de Comunicação Científica (RMMCC), em parceria com instituições de pesquisa e fomento em Minas Gerais. Essa rede trabalhou na cobertura jornalística integrada da Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em julho de 2016, em Porto Seguro (BA).

As ações relativas à produção científica da UFMG têm como objetivo aumentar a visibilidade internacional e reduzir a heterogeneidade entre as várias áreas de conhecimento. A Pro-Reitoria de Pesquisa (PRPq) conta com programas permanentes e específicos para estimular a produção científica e divulgação científica, tais como o Programa de Melhoria Qualitativa da Produção Científica, o Programa de Apoio para apresentação de trabalho em Eventos Científicos e o estabelecimento de sua política de periódicos. Em fase de implementação, temos um programa de apoio à produção científica com assessoria de pesquisadores internacionais, com tempo de permanência no país entre 10 e 30 dias, para discussão com grupos de pesquisa e avaliação e discussão de manuscritos a serem submetidos para publicação em periódicos de elevado fator de impacto. Um programa piloto foi conduzido em 2015, na área de letramento

acadêmico, e essa experiência levou à proposição de edital específico para esse programa.

A UFMG tem atualmente 790 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e cerca de 700 bolsistas de produtividade do CNPq. O conjunto de ações empreendido pela UFMG, especialmente no processo de alocação de vagas e seleção de novos docentes, deu um impulso importante aos índices de produção científica. Dados das bases Scopus e Web of Science mostram a evolução significativa do número de artigos registrados no período 2009-2014, quando comparado ao período anterior, 2005-2009. A relação anual de artigos/docente que era 0,46 em 2009, passou a 0,79 em 2014, um incremento de 58%. Considerando-se a relação anual de artigos publicados/doutores, observa-se que passou de 0,57 em 2009 para 0,93 em 2014, incremento de 61%. Usando os indicadores previstos no PDI, verifica-se que dos 95 departamentos acadêmicos da UFMG, 43% (41 departamentos) atingiram em todos os anos do período de 2011 a 2014 índices superiores a 30% de artigos veiculados nos estratos Qualis A1, A2 ou B1. Em 2014, a produção média na UFMG foi de 2,03 artigos por docente, com 0,81 artigos por docente publicados nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis. Há uma tendência de estabilização do número de artigos publicados, e agora os esforços agora têm sido dirigidos para a melhoria da qualidade da produção.

Em relação a produção didático-pedagógica, destacamos a Revista “DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA” que tem como missão, constituir-se em mais um espaço e fórum de debates relacionados à docência no ensino superior no contexto das inovações em metodologias e tecnologias de ensino. A Revista Docência do Ensino Superior é uma publicação do GIZ e destina-se à publicação de artigos originais, resultados de pesquisas, relatos de experiências relativos à docência no ensino superior e entrevistas. Em 2014 o Giz lançou o número especial “Inovação no fazer docente” no formato impresso e reestruturou todas as edições anteriores, que tinham sido lançadas on-line. Classificação Qualis CAPES - B1 – Ensino. A produção na Extensão é apoiada pelo periódico “Intefaces”. Na área cultural e artística, temos a revista Diversa, da Editora UFMG.

3.7. * Comunicação da IES com a comunidade externa.

O Centro de Comunicação (Cedecom) é resultado da fusão, não oficializada pelo Conselho Universitário, da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) e do Centro Audiovisual (CAV), com objetivo de favorecer a integração de dois setores - comunicação institucional e produção gráfica -, integrando o processo de comunicação da UFMG a partir de conjunto de diretrizes comuns. Suas atribuições estão estrategicamente relacionadas aos processos de gestão, atendendo, também, às unidades acadêmicas e administrativas da UFMG, por meio da elaboração de planejamentos estratégicos de comunicação integrada e do desenvolvimento de ações destinadas a proporcionar visibilidade aos projetos e programas da UFMG por meio das mídias gerenciadas pela Universidade e da interação com a imprensa. Responsável pela formulação e execução de ações de comunicação institucional, o Cedecom engloba ampla gama de produtos e serviços, entre os quais a gestão do Portal UFMG, a edição do Boletim UFMG, publicação jornalística da Universidade que circula há mais de 40 anos, Revista Diversa, TV UFMG, Rádio UFMG Educativa, redes sociais (Facebook, Twitter, Tumbler, Instagram, LinkedIn), assessoria de imprensa, marketing, planejamento e criação gráfica.

Os processos comunicacionais desenvolvidos na Universidade estão inscritos no âmbito da comunicação pública e não se restringem às práticas instrumentais de difusão de informações - publicações de jornais, elaboração de pôsteres e peças gráficas e formulação de campanhas de conscientização, só para citar alguns exemplos relacionados a esse aspecto fundamental que muitos enxergam na comunicação. Muito além de produto, comunicação é processo e, no caso específico da UFMG, seus processos comunicacionais envolvem a construção de espaços e dinâmicas discursivas para a expressão de múltiplos interesses. Nesse sentido, a comunicação pública que aqui se propõe deve zelar pela prevalência do interesse coletivo e promover a transparência e a qualidade dos serviços oferecidos, além de privilegiar práticas que favoreçam a troca e o compartilhamento de informações. Também cabe destacar o Cedecom como espaço para a formação complementar e experimentação dos estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade, sobretudo da área da Comunicação Social. O Centro de Comunicação tem como um de seus pilares a oferta de oportunidades para que os discentes experimentem os “fazeres” inerentes aos processos comunicacionais, seja na perspectiva do jornalismo ou das outras áreas da comunicação institucional. Outra diretriz que orienta

a própria existência institucional do Cedecom é a necessidade de experimentação de novos formatos para a comunicação de massa, o que implica diálogo permanente das rotinas profissionais estabelecidas com outras oportunidades e caminhos a serem explorados. Isso acaba por fomentar um conflito propositivo e positivo, que favorece o diálogo e a aproximação entre os campos do conhecimento, sobretudo, a partir da atuação das mídias. Baseado nessas ideias-força, a equipe do Cedecom estruturou um plano de metas e ações estratégicas para o quadriênio 2015-2018 em consonância com o programa “UFMG Contemporânea”, cujos princípios refletem a visão de universidade e a proposta de trabalho da atual gestão para a UFMG. As metas propostas estão agrupadas em quatro áreas. A primeira, denominada Comunicação Web 3.0, busca estabelecer novos marcos para a presença da UFMG nas formas contemporâneas e coletivas de comunicação, colaboração e interação abrigadas na Web. O cumprimento dessa meta envolve várias frentes: desenvolvimento do novo Portal da UFMG, com entrada no ar prevista para o segundo semestre deste ano; desenvolvimento de aplicativos oficiais da UFMG para tablets e smartphones nos sistemas operacionais iOS e Android; expansão da experiência de comunicação da instituição em redes sociais, com o desenvolvimento do Observatório Web da UFMG, e proposição de comissão de governança eletrônica.

A comunicação tem papel fundamental na construção da reputação de uma instituição. Nessa linha, o objetivo é intensificar e qualificar o espaço editorial ocupado pela UFMG no noticiário especializado e de interesse geral do país e do exterior, contribuindo para ampliar o seu processo de internacionalização. Essa frente de trabalho envolve, por exemplo, a estruturação de agenda positiva da UFMG junto à mídia a fim de ampliar a inserção da Universidade nos cenários local, nacional e internacional; a definição de diretrizes para o relacionamento com a imprensa e a revisão e ampliação de parcerias para aumento da participação das mídias gerenciadas pelo Cedecom nas redes nacionais e internacionais; a diversificação do conteúdo e experimentação de novas linguagens com base na aproximação com mídias alternativas, educativas e universitárias por meio de suas redes e associações.

Outra frente de trabalho é a institucionalização de uma política comunicação para a Universidade. Essa institucionalização passa pela oficialização do Cedecom como órgão junto ao Conselho Universitário, mas o esforço não se encerra nessa ação. É necessário que se inicie um processo, que deve envolver a Administração Central e unidades acadêmicas e administrativas que mantêm interação direta com o Universidade. Ou seja, é preciso que o “fazer” do Centro de Comunicação, ainda que em sintonia com a gestão da instituição, que se renova a cada quatro anos, esteja integrado ao sentido de existência da própria Universidade.

A UFMG entende que um primeiro passo para a prática do controle social em uma Instituição pública consiste em possibilitar à sociedade conhecer as atividades que realiza, seu nível de abrangência e de relevância e os resultados obtidos. O pressuposto considerado pela Instituição é o de que tudo aquilo que se passa intramuros é de interesse da sociedade e, por isso, deve ser compartilhado socialmente, para dar sentido à missão e aos valores por ela defendidos. Exemplos de ações visando o aprimoramento da comunicação com a sociedade: Portal UFMG, pela *Internet*, que recebe mais de um milhão de visitas/mês; revista *UFMG Diversa*, programação efetiva e de qualidade na TV UFMG, núcleo de produção que veicula seus programas pelo Canal Universitário de Belo Horizonte – TV a cabo NET/canal 12 e WAY/canal 14; rádio UFMG Educativa, 104.5 FM, 24 horas no ar; projeto Quem Sabe, Catálogo de Especialistas e Especialidades da UFMG, que contém informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelo corpo docente da Instituição.

Ainda no que concerne ao controle social, a UFMG conta com a Auditoria, a Ouvidoria e o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC). A Ouvidoria foi implantada em 2009, com a finalidade de ser um canal de interlocução entre a administração da Universidade, a comunidade universitária e a sociedade, visando a prevenção e a solução de problemas, por meio do entendimento. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-UFMG) é mais recente, tendo sido implantado em 2012 atendendo à Lei nº 12.527, 2011), que estabelece que a informação sob guarda do Estado é sempre pública: www.ufmg.br/acesoainformacao disponibiliza dados sobre auditorias, convênios, despesas, prestação de contas, licitações e contratos, servidores, informações sobre a própria lei e uma parte dedicada a solicitação de informações.

O fortalecimento da comunicação institucional é também uma prioridade do Centro de Comunicação (Cedecom). O objetivo é dotar a UFMG de mecanismos que favoreçam a atuação sinérgica e sistêmica da comunicação, mediante inserção qualificada do Cedecom na comunidade, e o fortalecimento de suas dimensões extensionista e transdisciplinar. Entre as ações que dão suporte a esse eixo de trabalho estão a substituição gradual de servidores terceirizados por concursados e a avaliação e readequação permanentes do processo de convergência entre núcleos afins no Cedecom. Como núcleo responsável pela formação complementar de seus estagiários, o Cedecom também investirá no aprimoramento dos instrumentos de avaliação dos bolsistas e intensificará a interlocução com os colegiados de diversos cursos da UFMG, como Comunicação Social, Biblioteconomia, Belas-Artes e Sistemas de Informação. O caráter estratégico da comunicação também será reforçado nos próximos anos de modo a contribuir para que a UFMG defina parâmetros de interação com grupos, coletivos e segmentos, internos e externos, com os quais se relaciona. Assim, o Cedecom estuda a proposição e desenvolvimento de pesquisa sobre serviços de comunicação e informação junto à comunidade interna e externa e a criação de fórum para realizar um diagnóstico da comunicação da UFMG. O fórum e o diagnóstico dele decorrente subsidiarão a formulação de políticas e diretrizes e, como desdobramento, a avaliação e readequação de ações de comunicação.

No cenário contemporâneo da comunicação, coexistem lógicas transmissivas e colaborativas. Portanto, para a implantação de um sistema digital, alterações se fizeram necessárias para a reconfiguração do processo comunicacional. Foi preciso, por exemplo, reorganizar as dinâmicas e lógicas de produção das mídias (Rádio UFMG Educativa, TV UFMG, Boletim UFMG), anteriormente concebidas isoladamente.

A ideia é reorientar a produção de conteúdo, ressignificar o papel dos atores comunicacionais e contemplar narrativas que dialoguem com múltiplos dispositivos para promover a inter-relação no campo comunicacional. Tais mudanças estão em curso, demandando, inclusive, nova organização física do espaço de trabalho e das equipes do Centro de Comunicação, bem como das dinâmicas e arranjos produtivos.

Ao mesmo tempo, também é necessário empreender alterações nos próprios dispositivos de comunicação. A fase inicial dessa etapa é o lançamento do novo Portal UFMG, concebido e desenvolvido a partir de lógica interativa.

Testes foram realizados para indicar a infraestrutura lógica necessária a ser fornecida pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da Universidade. Esses testes foram realizados, os resultados, analisados, e o lançamento aguarda o término da greve dos servidores técnico-administrativos e dos docentes e do movimento de ocupações dos estudantes. A expectativa é de que ocorra no primeiro semestre de 2017.

O Observatório Web da UFMG é uma plataforma desenvolvida pelo INCT Web (InWeb), do Departamento de Ciência da Computação, e entregue customizada ao Cedecom, em 2014, com o objetivo da parceria de estreitar a relação entre o DCC e o Centro de Comunicação, abrindo espaço para bolsistas e para análise e provimento de recursos tecnológicos destinados ao monitoramento e à avaliação da percepção pública da UFMG em portais e redes sociais. O monitoramento foi realizado com dados extraídos de portais de notícias do país, do Facebook, do Twitter e do Instagram. Menções feitas em ‘geotags’ também eram acompanhadas por meio dessa ferramenta. Em 2016, o Facebook e o Instagram bloquearam a Interface de Programação de Aplicativos (API) que viabilizava a busca e o compartilhamento de dados nessas redes sociais, restringindo o trabalho da equipe. No momento, a UFMG trabalha para identificar novos recursos tecnológicos que lhe permita descobrir o que se fala dela na rede e extrair outros conhecimentos sobre a imagem que o público tem da instituição.

Implantar a TV Digital UFMG, bem como um laboratório multiusuário a ela vinculado, envolvendo recursos de acessibilidade para pessoas surdas, por meio de Libras. Para além da substituição e aquisição de equipamentos, etapa necessária para assegurar as condições instrumentais de produção, a implantação da TV UFMG digital passa por reordenação do trabalho. Se antes era possível conceber e destinar a produção audiovisual para os chamados canais de televisão (abertos ou por cabo), hoje não é mais possível, pois até o conceito de canal (“físico”) está em discussão. Parte dos equipamentos e da migração de sistemas foi realizada, mas ainda há um conjunto de atividades a serem concretizadas, bem como a aquisição de novos instrumentos de produção.

Em relação à implantação de laboratório multiusuário vinculado à TV UFMG, houve uma reordenação da meta. Se antes a mesma estava associada à criação de condições espaciais e de infraestrutura

computacional para assegurar o acesso à comunidade universitária – meta que foi severamente afetada em razão do contingenciamento e corte de recursos –, o que se busca hoje é a criação de condições compartilhadas de produção e distribuição do conteúdo audiovisual desenvolvido no âmbito da Universidade. Mais do que um “lugar”, o fundamental é reorientar o conceito de que a TV UFMG deve ser um espaço que assegure condições de visibilidade aos produtos audiovisuais da Universidade.

Em relação ao uso de recursos de acessibilidade para pessoas surdas, por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), houve a reorientação do trabalho do Cedecom. Até 2014 havia um núcleo de acessibilidade e de inclusão integrado ao Centro de Comunicação, a partir 2015 o grupo de servidores e as estratégias de trabalho e atuação foram incorporados pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

O crescimento da inserção da UFMG nas redes sociais também contribuiu para o aumento da visibilidade da instituição. Atualmente, o Cedecom administra 13 redes sociais. Com 122 mil ‘fãs’, por exemplo, a página da UFMG no Facebook é uma das mais acessadas entre as das instituições de ensino superior brasileiras.

Em parceria com a Pró-reitoria de Graduação, foram desenvolvidos aplicativos e serviços virtuais para atendimento de estudantes, como o Viver UFMG, a UFMG Jovem e a Mostra Virtual das Profissões.

3.9. *

Programas de atendimento aos estudantes.

Na UFMG existem várias estruturas de apoio ao estudante, sendo a PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a instância superior de referência para os estudantes. Entre as missões da PRAE está manter articulação acadêmica com a FUMP, as demais Pró-Reitorias e quaisquer setores da UFMG e da comunidade externa para estabelecer convênios, acordos e parcerias visando à implementação e à articulação da política de assuntos estudantis. As atividades e objetivos da PRAE são essenciais para garantir o direito social de estudantes à Universidade, resposta necessária e socialmente comprometida com as novas circunstâncias que envolvem a UFMG, e estão descritas nos itens 2.7 e 2.8 deste instrumento. A PRAE assumiu a responsabilidade de elaborar a política de assistência estudantil, e acompanhar também sua execução e avaliação. A PRAE tem três eixos estruturantes para a ação: execução de política de ações afirmativas, apoio ao desenvolvimento de projetos acadêmicos propostos por estudantes e expansão do programa de assistência a estudantes em vulnerabilidade. Com esta abrangência, a PRAE assumiu a responsabilidade de elaborar, coordenar e avaliar políticas que contribuam para a permanência e o percurso acadêmico de estudantes, segundo os princípios de igualdade de oportunidades e de equidade de direitos. A concepção de assistência estudantil da UFMG é compreendida como uma política social focalizada que opera na redução das desigualdades educacionais. Cabe à PRAE elaborar políticas orientadas para o provimento das condições materiais e imateriais necessárias à permanência de estudantes, participando também do enfrentamento a todas as formas de discriminação que afetam os estudantes. Mantida com recursos da própria Universidade e PNAES, essa política é integrada por um conjunto de ações que incluem: restaurantes universitários, moradias estudantis, transporte, aquisição de material escolar, atenção à saúde, enriquecimento cultural, expansão da formação acadêmica. A política de Ações Afirmativas assume particular importância propondo o desenvolvimento de um conjunto articulado de práticas acadêmicas de acolhimento, atenção e apoio aos estudantes em suas necessidades para aproveitar e enriquecer sua permanência na UFMG (formação cultural, acompanhamento em sua singularidade de aprendizagem, planejamento de sua vida universitária, aconselhamento para sua carreira).

Dada a dimensão da UFMG, o apoio pedagógico aos estudantes não poderia ser realizado por um único órgão centralizado. Em cada curso, existe um coordenador de colegiado que é responsável por orientar os estudantes em relação às atividades acadêmicas e acolher dúvidas e dificuldades. Parte do apoio pedagógico é desenvolvido pela Diretoria de Metodologias e Inovação no Ensino, a qual oferece o chamado Percurso Formativo Discente, para estudantes dos anos iniciais, sendo constituída de uma série de atividades que visam incentivar a reflexão do estudante sobre sua trajetória, seu planejamento pessoal, suas metas acadêmicas. São combinadas estratégias de encontros presenciais de grandes grupos, reuniões individuais com os estudantes e atividades a distância. O produto final da atividade é a elaboração do portfólio e plano de estudos. O Percurso Discente Universitário iniciou-se em 2012 com o objetivo de

oferecer uma formação, dentro da filosofia de trabalho do Giz (Diretoria de Inovação e Metodologia da Prograd), aos alunos de graduação da UFMG. Diversas ações visam apoiar estudantes, de todas as unidades da Universidade, no desenvolvimento de autonomia em sua vida acadêmica. O curso é semipresencial e possui uma carga horária de 45 horas. Ele oferece oito oficinas (Moodle, Blogs, Apresentações de trabalho, Leitura e escrita acadêmica, Vídeos, Mapas Conceituais, Gestão do tempo e Portfólio) para alunos de graduação de todas as áreas do conhecimento. As oficinas visam identificar, promover e aprimorar habilidades necessárias para o discente no contexto de seu curso na Universidade. Embora voltado para alunos dos períodos iniciais, recebeu um perfil bem eclético, que incluiu alunos formandos e calouros, assim como alunos dos períodos diurno e noturno, além de oriundos de diferentes cursos e estudantes intercambistas. A avaliação da participação é realizada de forma quantitativa e qualitativamente pelos tutores das respectivas oficinas e pelos coordenadores que acompanham os participantes nas atividades comuns realizadas presencialmente e no ambiente da meta turma. Recebem os certificados de conclusão todos que atingiram no mínimo 60 pontos.

Há também atividades de apoio pedagógico mais específico, formatadas no contexto de cada curso. Por exemplo, na área de Ciências Exatas e Engenharias os estudantes ingressantes têm a opção de cursar um curso de Pré-Cálculo, introdutório às disciplinas de Matemática. Na Faculdade de Medicina, existe a Assessoria de Escuta Acadêmica e o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao estudante, iniciativa que tem sido incentivada em outras unidades. Encontra-se em fase final de tramitação no CEPE, os chamados Programas de Imersão Acadêmica de Estudantes, arcabouço normativo para acolhimento e tutoria de estudantes com dificuldades de acompanhamento das atividades acadêmicas. Este programa vai além do conceito que consideramos inapropriado de “nivelamento”, para trabalhar questões mais amplas como diversidade, inclusão e solidariedade.

Outra ação que merece ser citada como exemplo é o PRONOTURNO, que se destina a estudantes dos cursos noturnos que demonstrem potencial para ter destacado desempenho acadêmico se puderem se dedicar prioritariamente aos estudos. Cada colegiado de curso noturno pode apresentar um projeto para implantar um grupo do PRONOTURNO. Os estudantes admitidos no programa, caso cumpram os requisitos de desempenho acadêmico, podem permanecer até completar a graduação. É previsto um conjunto de atividades acadêmicas envolvendo ensino pesquisa e extensão sob a orientação de um Professor Tutor designado pelo colegiado. Os colegiados de cursos noturnos encaminham à Câmara de Graduação suas propostas de implantação. Se a proposta é aprovada, o grupo é criado e o número de bolsas começa em 4 e vai crescendo de 4 a cada ano até atingir o limite de 12 bolsas para cursos com prazo para integralização curricular inferior a 5 anos ou 16 bolsas se o prazo for de 5 anos ou mais. As bolsas PRONOTURNO são pagas aos alunos atendidos pela FUMP com verba repassada por essa Fundação. Os alunos que não são atendidos pela FUMP são pagos com recursos da PROGRAD. 27 cursos noturnos da UFMG já participam do PRONOTURNO. A última proposta de implantação foi recebida e aprovada pela Câmara de Graduação em 2013 e quase todos os grupos instalados já atingiram seu número máximo de bolsistas.

3.10. * Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.

A política de apoio a projetos acadêmicos de estudantes, capitaneada pela PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, é expressão de que a UFMG acredita e investe no potencial criativo de seus estudantes. Para tornar realidade este investimento foi lançada pela PRAE a Chamada Pública 02/2016 para financiamento de propostas de projetos acadêmicos elaboradas, apresentadas e executadas por estudantes nas diferentes unidades da UFMG. Foram mais de 30 propostas aprovadas para realização em 2016.

A UFMG lança anualmente o edital PAIE (Programa de Apoio Integrado a Eventos) para apoio à realização de eventos coordenados por docentes da instituição, sejam eles internos (realizados em espaços da UFMG), sejam externos (realizados em espaços não pertencentes à instituição). O apoio oferecido se refere a verbas de custeio (passagens, diárias, material de consumo, serviços).

Com quatro entradas anuais, são apoiados anualmente mais de 50 eventos, em todas as áreas do

conhecimento. Deve-se mencionar que o apoio da UFMG à realização de eventos não se limita a tal edital. Outros tipos de apoio normalmente concedidos se referem à cessão de espaços na instituição (auditórios, salas de seminários) e cessão de infraestrutura de transporte. O apoio mais importante, no entanto, diz respeito ao incentivo para que os docentes da instituição sejam organizadores de eventos de caráter local, nacional e internacional (com a consequente alocação do tempo de trabalho desses docentes às tarefas de organização dos eventos). Por todas essas vias, a UFMG acaba sediando anualmente algumas centenas de eventos acadêmicos de pequeno, médio e grande porte, o que significa que em praticamente qualquer semana no ano haverá alguns eventos em andamento nas instalações da instituição.

Deve-se mencionar ainda alguns grupos de eventos que abrangem amplos espectros de áreas do conhecimento e que têm especial relevância acadêmica:

1) Semana do Conhecimento: evento anual, que incorpora atividades organizadas por todas as pró-reitorias e por todas as unidades acadêmicas, constituído por grande diversidade de atividades tais como: conferências; palestras; debates; mesas-redondas; mini-cursos; apresentações de trabalhos de iniciação científica, extensão e graduação; premiação de teses de doutorado; atividades culturais. Esse evento normalmente ocorre no mês de Outubro. O público da Semana do Conhecimento é predominantemente interno à UFMG, sendo constituído principalmente pelos estudantes de graduação e de pós-graduação.

2) Festivais de Verão e de Inverno: eventos constituídos predominantemente de mini-cursos, workshops e oficinas. O Festival de Verão abrange todas as áreas do conhecimento, sendo voltado principalmente para a divulgação científica. O Festival de Inverno, por sua vez, abrange principalmente as áreas relacionadas às culturas e às artes. O público de ambos os festivais é tanto interno quanto externo à UFMG, havendo grande participação da população em geral da cidade.

3) Atividades Acadêmicas Complementares: o calendário escolar da UFMG prevê que, a cada ano, oito datas sejam reservadas para a realização de eventos cujo público-alvo sejam os estudantes de graduação. Essas datas são inseridas no calendário em adição aos 200 dias letivos previstos na LDB. Nelas, todas as unidades acadêmicas organizam palestras, debates, conferências, ou outros eventos, todos eles abertos à participação de estudantes de todos os cursos de graduação da UFMG, sendo emitido certificado de participação aos estudantes presentes – assim viabilizando a atribuição de créditos por tal participação. Estimula-se que os estudantes trafeguem por eventos em diferentes unidades, de forma a se cultivar a interdisciplinaridade de sua formação.

4) Encontros Transdisciplinares: o IEAT-UFMG (Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares) organiza mensalmente pelo menos um “encontro transdisciplinar”, normalmente constituído por uma conferência proferida por pesquisador estrangeiro sobre tema situado nas fronteiras do conhecimento, direcionado para uma plateia normalmente constituída por docentes e estudantes de pós-graduação. Em adição a essa programação de atividades de âmbito geral, normalmente ainda há toda a programação de atividades desenvolvida pelos departamentos e pelos programas de pós-graduação. Essa programação é divulgada para toda a comunidade universitária pela página internet da UFMG, o que possibilita que a comunidade tenha acesso a toda a diversidade de atividades disponíveis.

3.11. * Política e ações de acompanhamento dos egressos.

O acompanhamento de egressos na UFMG ocorre por meio do programa “Sempre UFMG” (www.ufmg.br/copi/sempre-index.php). O Programa Sempre UFMG foi instituído pela Reitoria em 2000, por iniciativa da Diretoria de Cooperação Institucional (COPI), objetiva criar e manter uma ligação entre a UFMG e seus Ex-Alunos, bem como promover e incentivar a cultura do retorno à Universidade. Ao concluírem seu curso, todos os graduados passam, automaticamente, a fazer parte da Comunidade Sempre UFMG. A intenção é a de que os Ex-Alunos não se afastem da Universidade, continuando a participar de cursos de atualização, palestras, eventos culturais nela oferecidos e a frequentar suas dependências,

inclusive bibliotecas e espaços de lazer. Além de ações que requerem contatos pontuais e específicos a egressos, o Programa atua, de forma contínua e permanente, com estes três projetos:

1 - Medalha de Honra UFMG. Criada com o objetivo de reconhecer Ex-Alunos da UFMG que se destacam em atividades extramuros da Universidade, essa Medalha é atribuída por indicação das Unidades Acadêmicas e do Reitor da UFMG, que pode, ainda, promover homenagens póstumas.

2 - Perfil – Rede de Oportunidades. Visando a oferecer aos egressos da UFMG oportunidades de inserção no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a disponibilizar a esse mercado profissionais bem formados por uma Universidade de reconhecida excelência e renome internacional. Na prática, esse projeto consiste em uma ferramenta bastante útil, de fácil preenchimento e autoexplicativa, que, por permitir cruzamentos de informações diversos, proporciona aos Ex-Alunos UFMG contato direto com organizações que estão disponibilizando ofertas de trabalho.

O sistema propicia a inserção de informações sobre a formação acadêmica e profissional dos alunos e ex-alunos UFMG candidatos às oportunidades de estágio, bolsa ou trabalho (emprego, prestação de serviços, trainee para graduados e trabalho voluntário) que, por sua vez, serão oferecidas pelas organizações participantes.

3 - UFMG Portas Abertas. Esse projeto consiste no envio de dois tipos de mensagens eletrônicas: o primeiro convida os Ex-Alunos UFMG a participar de atividades acadêmicas, sociais e culturais em geral e abertas ao público; o segundo, voltado à formação acadêmica específica a cada um deles, informa sobre palestras, encontros, cursos de curta duração e outros oferecidos pela UFMG.

Um grande estudo sobre egressos da UFMG foi realizado entre 2005 e 2010, com alunos de todos os cursos da UFMG que já tinham turmas formadas a partir de 1980. A primeira etapa envolveu seis cursos de Engenharia. A segunda etapa se caracterizou como um projeto piloto, com vistas a, posteriormente, estender a pesquisa para todos os demais cursos da UFMG com graduados desde 1980. Realizada entre 2007 e 2008, envolveu um grupo de cinco cursos, sendo dois de cursos mais tradicionais (Medicina e Direito) e os demais correspondentes a cursos que oferecem licenciatura e bacharelado. A terceira etapa, finalmente, realizou-se entre 2008 e 2010 e envolveu os restantes 23 cursos de graduação que tinham concluídos a partir de 1980. Os resultados do estudo contêm informações sobre a avaliação dos cursos e sua relação com o mercado de trabalho. Os questionários foram aplicados por telefone, utilizando uma amostra dos graduados de cada uma das turmas formadas nos anos de 1980, 1985, 1990, 1995 e 2000. O resultado foi publicado pelos professores Maria do Carmo Peixoto e Mauro Mendes Braga no livro: Graduação e exercício profissional, formação e trabalho de engenheiros graduados na UFMG, pela Editora UFMG. Entre os graduados dos cursos de Engenharia Civil, a intensificação do ingresso em cursos de pós-graduação se deu a partir de 1997, sendo que 40% dos entrevistados já haviam realizado algum curso de especialização e 19% havia feito cursos de mestrado. A realização do doutorado ocorreu em proporções mais reduzidas. Cerca de 70% dos egressos trabalhavam na área de sua graduação, estando predominantemente empregados no setor privado, tendo havido uma inversão de sentido nessa situação ao longo do tempo, dado que aqueles que graduaram antes de 1985 estavam em atividade principalmente no setor público. A renda média daqueles que exerciam ocupações fora de Minas Gerais era 20% superior, em relação aos que permaneceram no estado. Os entrevistados fizeram boa avaliação do corpo docente, ressaltando principalmente a competência, dedicação e bom relacionamento com os alunos. Os seis cursos de engenharia analisados foram considerados como tendo possibilitado aos alunos o desenvolvimento de competências e habilidades, em especial a disciplina, o comportamento ético e o trabalho em equipe. A grande maioria dos egressos considerou positivo o fato de ter se graduado na UFMG para a inserção no mercado de trabalho. Mais de 90% dos entrevistados estava satisfeito com a atividade profissional desenvolvida à época da entrevista. Para a análise dos resultados das etapas seguintes, os cursos foram agrupados por área do conhecimento. A realização de cursos de especialização foi apontada como prática mais frequente entre os egressos das áreas de Ciências da Vida e da Saúde e das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A realização de cursos de mestrado está em maior proporção entre os das Ciências da Vida e da Saúde e das Ciências Exatas e da Terra. Na Ciências da Vida, a maioria atuava no serviço público. A maior proporção dos que se consideraram preparados para ingressar no mercado de trabalho está entre os das Ciências Exatas e da Terra e a menor, entre os da área de Linguística, Letras e Artes. Para mais de 70% dos entrevistados, estudar na UFMG foi um item importante a facilitar o ingresso no

mercado de trabalho. O corpo docente dos cursos obteve avaliação positiva superior a 80% nos itens de relacionamento com os alunos e domínio do conteúdo trabalhado. Os egressos dos cursos de Ciências Sociais, Biblioteconomia, Educação Física, Ciências Biológicas, Terapia Ocupacional e Geologia, sentiram que suas profissões aumentaram de prestígio desde que se formaram. Os egressos dos cursos de Medicina e Odontologia, ao contrário, estão em maior proporção entre os que avaliaram ter havido perda de prestígio de suas profissões.

Após este estudo maior, a UFMG vem desenvolvendo vários outros estudos sobre egressos em seus programas de Pós-graduação, citam-se como exemplos as teses e dissertações:

A formação e a atuação do profissional fisioterapeuta: um estudo com egressos da UFMG - 1982-2005. Ana Maria Chagas Sette Camara Ribeiro (UFMG, 12 de Dezembro, 2006).

Atuação profissional e participação no desenvolvimento do campo científico em Ciência da Informação: estudo dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, 1992-2005. Joefisson Saldanha dos Santos (UFMG, 8 de Maio, 2006)

Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. Michely de Lima Ferreira (UFMG, 23 de Abril, 2008)

Avaliação do currículo do curso de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais tendo em vista a percepção de egressos. Joao Henrique Lara do Amaral (UFMG, 28 de Maio, 2008)

Possíveis repercussões na prática pedagógica que os professores egressos atribuem à especialização em educação matemática - Laseb. Sandra de Lacerda Cardoso (UFMG, 14 de Agosto, 2013)

O bom filho a casa sempre torna: análise do relacionamento entre a Universidade Federal de Minas Gerais e seus egressos por meio da informação. Tatiana Pereira Queiroz (UFMG, 12 de Agosto, 2014)

Rendimentos materiais e simbólicos do diploma de licenciatura em língua inglesa: estudo sobre egressos do curso de Letras da UFMG. Débora Fernandes de Miranda (UFMG, 2 de Junho, 2015)

Empregabilidade dos egressos dos cursos superiores de tecnologia em diferentes regiões do estado de Minas Gerais: o caso do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Giuliano Viana de Alkmin (UFMG, 31 de Julho, 2015)

Formação e inserção profissional do pedagogo: o panorama histórico desta carreira e os egressos do curso de Pedagogia presencial da Faculdade de Educação da UFMG. Michely de Lima Ferreira Vargas (UFMG, 29 de Fevereiro, 2016)

3.12. * Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

A Diretoria de Cooperação Institucional (COPI), vinculada à Administração Central, tem como missão propiciar um canal de diálogo permanente entre a Instituição e a sociedade, buscando alternativas e parcerias estratégicas para o desenvolvimento de projetos inovadores. Atualmente tem sua estrutura configurada em dois vetores básicos: Interlocução com a sociedade em geral, através do poder público nos três níveis (federal, estadual e municipal) com as entidades privadas e o 3º setor. Interlocução com os egressos da Universidade, através do Programa Sempre UFMG. Por intermédio das ações da COPI tem sido possível atuar na identificação de oportunidades externas, que se associam a projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na Universidade. A COPI promove, assim a mediação, articulação e a negociação necessárias e, ao mesmo tempo, estimula a captação de recursos, os quais permitem o desenvolvimento dos projetos pactuados nas parcerias firmadas entre a UFMG e os diferentes organismos da sociedade. Tais projetos contribuem significativamente para o fortalecimento das atividades acadêmicas da Universidade. <https://www.ufmg.br/copi/sempre-index.php>

A UFMG, por intermédio do Programa Sempre UFMG, promove o evento "Medalha de Honra UFMG" para homenagear os seus egressos que tenham se destacado por realizações em prol da sociedade em geral. Não se trata, portanto, de uma homenagem de cunho acadêmico. O evento, que ocorre uma vez a cada Reitorado, tem a participação das Congregações das Unidades Acadêmicas e do Reitor na indicação dos homenageados. Confira ao lado, a lista dos homenageados nas edições passadas do evento "Medalha de Honra UFMG".

Em 2016, os homenageados exemplificam a relevância da atuação dos egressos no ambiente socioeconômico do país:

Antonio Marcos Lerbach
Profissional de Educação Física
Indicação: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Augusto Celso Franco Drummond
Engenheiro eletricitista
Indicação: Escola de Engenharia

Cármen Lúcia Antunes Rocha
Presidente do Supremo Tribunal Federal
Indicação: Faculdade de Direito

Cláudia Andrade de Barros
Bibliotecária e educadora
Indicação: Escola de Ciência da Informação

Fábio Augusto de Castro Guerra
Médico
Indicação: Faculdade de Medicina

Ingrid Hallak Panzera
Profissional de Estatística
Indicação: Instituto de Ciências Exatas

Marcelo Bahia Labruna
Professor e pesquisador da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP
Indicação: Escola de Veterinária

Marcelo Zuculin Júnior
Vice-Presidente Corporativo da NovoNordisk
Indicação: Faculdade de Farmácia

Martinho Campolina Rebello Horta
Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Indicação: Faculdade de Odontologia

Paulo Sérgio da Silva (Paulo Nazareth)
Artista performático (filho da Ana e fazedor de coisas)
Indicação: Escola de Belas Artes

Rita de Cássia Guimarães Mesquita
Professora e pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Indicação: Instituto de Ciências Biológicas

Rogério Bianchi Brasil
Diretor da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Indicação: Escola de Música

Homenageados do Reitor
Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais

Josué Christiano Gomes da Silva
Empresário
Graduação: Engenharia Civil

Ziraldo Alves Pinto
Chargista, caricaturista e escritor

3.13. * Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).

A UFMG conta com 777 pedidos de depósitos de patentes nacionais junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e 296 depósitos internacionais submetidos ao Patent Cooperation Treaty - PCT e a Fases Nacionais. No período 2011-2015 a UFMG depositou 359 pedidos de patentes. Das

patentes protegidas, 47% abrangem a área de biotecnologia (fármacos, testes de diagnóstico, vacinas, etc). Na sequência vêm as áreas de química (materiais, nanomateriais, compósitos e tecnologias ambientais), de engenharia mecânica, com ênfase em biomédica, e de engenharia elétrica, com ênfase na geração de energia e em dispositivos eletroeletrônicos. Além disso, a CTIT apresenta indicadores crescentes de depósitos de marcas, desenhos industriais e software.

A UFMG já celebrou 91 acordos de parceria para desenvolvimento de tecnologia e 83 contratos de licenciamento de ativos de PI, entre patentes, Know-How, desenho industrial e marcas, que resultaram em produtos inovadores lançados no mercado. Como exemplos de sucesso podem-se citar a transferência para a Hertape-Calier da vacina contra a leishmaniose canina, introduzida no mercado nacional em 2008, sendo a primeira vacina recombinante desenvolvida na América Latina para doença negligenciada; o licenciamento à empresa Vértica de uma tecnologia para erradicação de larvas do mosquito *Aedes Aegypti*; a transferência à FUNDEP do software “Somos”, desenvolvido para facilitar o mapeamento das competências da UFMG e agora das instituições licenciadas, incluindo projetos, grupos de pesquisa e ativos de PI; o licenciamento da “Metodologia e Software para Gestão do Conhecimento Tácito”; e ainda o licenciamento na área de Tecnologia da Informação do “Observatório Web” para aplicação no setor de investimentos.

A transferência de tecnologias da UFMG para empresas privadas constitui-se em um mecanismo de interface público/privado que tem permitido a obtenção de recursos para o investimento em pesquisa e inovação na Universidade, realimentando e ampliando o alcance do processo inovativo, na medida em que possibilita financiar mais pesquisas, as quais resultarão em novas tecnologias de interesse do mercado, que, por sua vez, investirá em mais licenciamentos.

Em uma ação proativa na busca de novos licenciamentos e parcerias de P&D, a CTIT tem aproveitado todas as oportunidades de feiras e workshops, nacionais e internacionais, para ofertar seu portfólio de tecnologias e grupos de pesquisa. Em 2015, participou de duas feiras nacionais, o FIPEN - Fórum Industrial de Produtividade, Energia e Negócios, direcionado a empresas e instituições dos setores de petróleo e gás, biocombustíveis e energia, e o INOVA MINAS, uma mostra de projetos financiados pela Fapemig, além da rodada de negócios no âmbito do V Fórum Empresarial do Mercosul. A CTIT participou também de duas feiras internacionais, a Bio Latin America, evento que visa explorar as inovações e oportunidades de parcerias da crescente indústria latinoamericana de biotecnologia e de outras áreas, e a Biolatan, maior feira de biotecnologia da Iberoamérica organizada pela Associação de Empresas de Biotecnologia (Asembio) em conjunto a Associação Espanhola de Bioempresas (ASEBIO).

Destaca-se que o triênio 2013-2015 foi o período com maior quantidade de contratos de licenciamento firmados pela UFMG, quando a Universidade celebrou mais contratos de licenciamento de tecnologias do que em todo o restante de sua história. Até o ano de 2011 a UFMG havia firmado 39 contratos, ao passo que somente nos últimos três anos foram celebrados 44, o que demonstra uma consolidação da missão da CTIT.

O amadurecimento da Universidade nessa atividade pode ser ilustrado pelo modelo adotado a partir de 2011, inédito no País, e que vem sendo utilizado pelas universidades de ponta na América do Norte para transferências na área de tecnologia da informação: a UFMG é remunerada por meio do usufruto de ações da empresa licenciada. Como exemplo da aplicação desse modelo pode-se citar a transferência do Know-How “Sistema de Recomendação” para a empresa Zunnit, sendo também adotado para empresas incubadas pela CTIT, através da incubadora INOVA-UFMG.

A incubadora INOVA visa fornecer apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica. Desde 1996, já foram apoiadas 57 empresas nas diversas áreas do conhecimento. Segundo dados da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, a Incubadora da UFMG é responsável por 22% das empresas de base tecnológica graduadas no Estado, sendo que 93% delas encontram-se ativas no mercado, nas áreas de Tecnologia da Informação (AXOON, ComunIP, DHLink, Geotech, MAGISTEC, OMNILOGIC, Paradigma, S10i, TCBH), Biotecnologia (BIOAPTUS, CEELBIO, In Vitro C, ISOFITOS, NÉOS, NUCASE, P2S2, UNICLON), Engenharia (HPE, iVision, JOTA SMART GRID, PWP Lab) e Consultoria e Educação (DM&P, METHANUM).

A INOVA coordena o Programa de Incentivo à Inovação – PII, na UFMG, por meio da parceria UFMG/SECTES/SEBRAE/FUNDEP, tendo obtido a captação de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)

com a finalidade de dar suporte técnico-gerencial ao desenvolvimento de tecnologias nos laboratórios de pesquisa acadêmicos. O resultado consta da segunda edição do “Livro do PII na UFMG”, que será lançado ainda no primeiro semestre de 2016. Na publicação estão elencados alguns dos projetos contemplados pelo Programa.

A UFMG desenvolve ainda ações de empreendedorismo por meio de setor da CTIT voltado a esse propósito, o qual atua no fomento à cultura empreendedora na Universidade. Dentro do seu escopo de atuação busca, portanto, criar formas de proporcionar o contato da comunidade acadêmica com o empreendedorismo e a inovação e estender essa cultura para além dos limites da Universidade. O Setor desenvolve suas atividades em duas frentes principais: a) elaboração e execução de projetos e eventos. Desde 2013, já realizou eventos que impactaram mais de 800 pessoas, além de competições que envolveram mais de 90 participantes.

Em 2015 promoveu o Circuito de Empreendedorismo e Inovação no campus da UFMG em Montes Claros e abrigou uma edição da competição internacional de bioeconomia Biobased Battle, que objetiva o desenvolvimento de conceitos inovadores e de soluções para demandas reais da indústria. Essa competição dá-se no âmbito do consórcio Living Lab Biobased Brasil constituído em 2014 por universidades, empresas e governos do Brasil e da Holanda, com o objetivo de promover a internacionalização do ensino superior em ambos os países, com foco maior no estado de Minas Gerais.

O Setor de Empreendedorismo procura sempre promover a participação de equipes da UFMG e de startups incubadas na INOVA em eventos externos, geralmente competições. Para tanto, recebe da CTIT toda a assessoria necessária. Como exemplo pode-se citar a trajetória vitoriosa da UFMG na competição internacional Idea do Product Latin America®. Em 2015, tecnologias inovadoras e com potencial de mercado da UFMG ganharam os três primeiros lugares da competição, vitória que conferiu o título de pentacampeã à UFMG.

Em 2013, como resultado de spin-off acadêmico, foi lançado o Programa Nexu, ancorado na Tripla Hélice de Inovação que conecta Universidade, Empresas e Governo. Em 2015 verificou-se a necessidade de reformulação da proposta, a qual passou a ser trabalhada juntamente com a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, para melhor dialogar com a estrutura da Universidade. A nova proposta é fazer com que os alunos de graduação possam trabalhar com as tecnologias desenvolvidas na UFMG, estimulando os passos necessários para fazer com que essas sejam transferidas ao mercado e à sociedade, seja como novos processos, produtos ou serviços. O programa começou a ser ofertado no primeiro semestre de 2016 em parceria com a PROEX/UFMG.

Outras iniciativas a serem destacadas: inserção global Inova, Programa Global Innovation Cam desenvolvido pela University of California Berkeley, RedEmprendia - Rede Universitária Ibero-Americana; Incubação de Empresas. A excelência da UFMG na gestão do conhecimento foi reconhecida pelo Prê FINEP de Inovação Tecnológica em 2011, sendo classificada em 2º lugar na categoria Instituição de Ciências e Tecnologia.

A expectativa é de que se aprimore e se consolide ainda mais a gestão da inovação na UFMG em face do marco legal, aprovado pelo Governo Federal em janeiro de 2016, o qual oferece maior flexibilidade para relações entre os setores privado e público. Para a adequada aplicação da lei, a UFMG deverá estruturar a política de inovação, dispondo sobre a organização e gestão da transferência de tecnologia, aprimorando a conversão da ciência de boa qualidade produzida na Universidade em inovação, o que resultará em produtos e processos que tragam impactos positivos sobre a sociedade.

EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1. * Política de formação e capacitação docente.

A UFMG como universidade em que a pesquisa e a extensão são indissociáveis das atividades de ensino promove a qualificação continuada do corpo docente, em permanente movimento de produção e aplicação do conhecimento.

A Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino, denominado GIZ, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, tem como finalidade o aprimoramento das metodologias de ensino superior utilizando novas tecnologias e possibilitando a reflexão contínua da prática docente. Esse trabalho considera as diferentes áreas do conhecimento, as especificidades dos contextos educativos para a formulação de propostas inovadoras e garante uma postura investigativa que identifica as mediações a serem incorporadas. As ações da Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino priorizam a articulação institucional com outros setores da UFMG de modo a promover a conexão de saberes já existentes e a constituição de uma rede colaborativa de práticas de ensino superior.

Atividades:

- Oferece a Assessoria Pedagógica e Tecnológica com a finalidade de garantir uma organização do trabalho pedagógico com a potencialização das experiências docentes e fortalecimento do uso da tecnologia disponível como mediadora no processo de ensino aprendizagem.
- Faz uso do Portfólio Digital que implica em favorecer, além do armazenamento e sistematização das informações referentes ao processo de ensino aprendizagem, a interação e o compartilhamento dos trabalhos acadêmicos realizados ao longo do curso.
- Realização da Bacia do Conhecimento, projeto integrador com o objetivo de reconhecimento e qualificação das atividades de ensino na Universidade.
- Desenvolvimento do Software – práticas de ensino superior que permite ao professor sistematizar as suas escolhas didáticas desenvolvidas ao longo do curso e explicitar a intencionalidade presente em cada escolha realizada.
- Desenvolvimento, em parceria com o LCC, do Repositório de Objetos e Situações de Aprendizagem com o objetivo de viabilizar a formação de uma rede colaborativa entre os professores da UFMG disponibilizando objetos e situações de ensino aprendizagem que favoreçam a melhoria das práticas de ensino superior.
- Realiza ações de Formação em Docência do Ensino Superior, para isso conta com uma equipe responsável pelo conjunto de ações formativas que engloba atendimentos coletivos em forma de eventos, cursos ou mediação de grupos abertos.
- Oferece o curso de Formação em Docência do Ensino Superior, iniciativa que atende alunos de pós-graduação (mestrandos e doutorandos), bolsistas do Reuni, professores novatos e efetivos da UFMG. Destinado aos professores e alunos de pós-graduação *stricto sensu* da UFMG, o Percurso Formativo em Docência do Ensino Superior é um projeto que tem o objetivo de aprimorar a prática docente a partir da problematização dos desafios vivenciados pelo corpo docente da Universidade e da abordagem de estratégias que ampliem e consolidem as habilidades didáticas necessárias no Ensino Superior. O Percurso é semipresencial e possui carga horária de 60 horas distribuídas de forma diferente para professores e alunos pós-graduandos. Com mudanças em seu desenho ao longo dos últimos anos, a formação vem apresentando temas inovadores por meio de atividades diversas, como as oficinas, que se dividem em dois tipos: Oficinas Gerais: possuem um caráter mais tecnológico e Oficinas Contextualizadas: são exemplos da concretização de uma experiência da rede de professores na Universidade. Os docentes compartilham, uns com os outros, suas experiências didáticas de forma a trocar conhecimentos e metodologias utilizadas, aprimorando o exercício da docência. O Percurso Formativo em Docência do Ensino Superior teve início em 2010 e acontece anualmente no primeiro semestre de cada ano. No total já foram atendidos mais de 850 professores e alunos da pós-graduação.

A Revista “Docência Universitária” tem como missão, constituir-se em mais um espaço e fórum de debates relacionados à docência no ensino superior no contexto das inovações em metodologias e

tecnologias de ensino. A Revista Docência do Ensino Superior é uma publicação do GIZ e destina-se à publicação de artigos originais, resultados de pesquisas, relatos de experiências relativos à docência no ensino superior e entrevistas. Em 2014 o Giz lançou o número especial “Inovação no fazer docente” no formato impresso e reestruturou todas as edições anteriores, que tinham sido lançadas on-line.

Classificação Qualis CAPES B1 - Ensino; ISSN: 2237-5864.

O Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior compõe uma das ações da “Semana da graduação” e será organizado pela Pro - Reitoria de Graduação e pelo Giz, com início em 2015 e segundo congresso em 2016. Essa ação tem como objetivo valorizar a docência do ensino superior, possibilitando reflexões e troca de experiências em comunidade, a fim de gerar inovações nas práticas de ensino das diferentes áreas do conhecimento. Tem como meta permitir o registro e divulgação da prática docente dos professores universitários. As ações e produtos a serem desenvolvidos pretendem atingir docentes, discentes e corpo técnico administrativo das 20 unidades acadêmicas da UFMG. O Congresso será dividido em três fases: Pré-congresso: compõem as ações de divulgação e sensibilização para o Congresso (março a setembro); Congresso: é composto por três dias de encontros presenciais em outubro; Pós-Congresso: oferta de atividades on-line do Congresso (novembro e dezembro).

O Programa de Inovação e Qualidade no Ensino de Graduação, iniciado em 2013, tem como princípio fundamental o fomento a uma grande variedade de ações inovadoras que possam induzir melhorias significativas no ensino de graduação na UFMG. Os projetos PIQEG são submetidos pelas câmaras departamentais, colegiados de cursos de graduação, colegiados especiais ou estruturas equivalentes (apenas um projeto por órgão acadêmico) atendendo ao edital aberto pela PROGRAD no início de cada ano.

Além das ações do GIZ/Prograd, a Pró-Reitoria de Recursos Humanos responde pelo acolhimento e desenvolvimento de atividade introdutória, de participação obrigatória, que está sendo sistematizado no formato de um Curso Introdutório. Além disso, são promovidas atividades científico-culturais regulares, em especial na Semana do Conhecimento e na Semana do Servidor.

Em relação à **Língua de Brasileira de Sinais**, o Núcleo de Acessibilidade conta com equipe de Tradutores e Intérpretes que oferecem suporte pedagógico aos docentes e discentes.

As regras da UFMG para avaliação dos relatórios anuais de atividades docentes incentivam fortemente a realização de esforços que sejam coerentes com o planejamento institucional, sendo valorizadas as atividades de qualificação docente.

Existem ainda diversas iniciativas de capacitação docente desenvolvidas no âmbito dos cursos, geralmente promovidas pelos Colegiados e NDEs, no formato de palestras, cursos e oficinas.

4.2. * Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.

A PRORH tem atuado de forma a possibilitar ao servidor um leque de opções de aperfeiçoamento, que, ao mesmo tempo, seja adequado à sua atuação profissional e ao que a Universidade dele espera, mas também responda aos seus anseios pessoais. Assim, em 2008, foi implantado o Programa de Formação Integrada e de Qualidade de Vida na Gestão de Pessoas (PROFIQ), constituído de três subprogramas, a saber: Capacitação, Qualificação e Qualidade de Vida no Trabalho. O PROFIQ contempla: i) a revisão dos processos de trabalho, buscando aumentar sua eficiência, atender melhor o público e fornecer melhores condições de serviço ao funcionário; ii) o melhor dimensionamento da força de trabalho de cada setor, evitando sobrecarga de atividades para alguns; e iii) a melhoria da comunicação entre o servidor e a PRORH, de forma a contribuir para a agilidade das rotinas de trabalho, bem como para a adequada compreensão das ações da Pró-Reitoria. Deve-se observar que, em decorrência do PROFIQ foram concedidas, entre 2007 e 2011, mais de 1.100 bolsas para apoiar os servidores técnico-administrativos em educação, em atividades envolvendo ou a preparação para o vestibular, ou a realização de cursos de graduação. Os servidores também se beneficiaram de diversos programas de treinamento, formulados no âmbito da própria PRORH, e conduzidos por seu Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

O programa de atividades da PRORH para os próximos cinco anos centra-se nas ações de aperfeiçoamento e de atualização profissional. Tendo como referência o contexto da Universidade, suas necessidades

institucionais e as particularidades de seus processos de trabalho, atenção especial será destinada ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação das atividades de capacitação e qualificação dos servidores. Considerando-se, ainda, a perspectiva de constante renovação e rejuvenescimento dos quadros funcionais, decorrentes da plena operação do banco de funcionários equivalentes, buscar-se-ão as estratégias adequadas de qualificação que atendam às novas demandas tecnológicas da UFMG. Ao mesmo tempo, serão envidados esforços, para se dotar a carreira técnico-administrativa das universidades federais de características que incentivem a permanência nela dos servidores de bom desempenho, evitando a indesejável, e constante, renovação de quadros originadas pela insatisfação profissional. Os objetivos compreendem: integrar o servidor à Instituição, mediante atividades que lhe permitam conhecer melhor os processos acadêmicos e administrativos da UFMG; os direitos e deveres dos servidores e os direitos e deveres do público em sua interação com a UFMG; promover a capacitação, a qualificação e o treinamento do servidor e promover a saúde do servidor e sua segurança no trabalho. Os acompanhamentos funcionais surgem como demanda para adequação do servidor às necessidades institucionais e como forma de auxílio às questões pessoais que impactam na vida funcional dos trabalhadores, entre outras. Em 2015, a Divisão de Acompanhamento Funcional do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH) atuou em 525 acompanhamentos, englobando atendimentos (presenciais ou via telefone), reuniões com os servidores e chefias, visitas às unidades, etc. A implantação do Programa de Avaliação de Desempenho dos Técnico-Administrativos em Educação da UFMG, com seus pressupostos, diretrizes, objetivos e estrutura básica estabelecidos na Resolução Complementar nº 05, aprovado pelo Conselho Universitário da UFMG em 11 de dezembro de 2012, também é uma ferramenta de acompanhamento e avaliação importante. Visa otimizar a produtividade e orientar o desempenho para os objetivos da Universidade, assim como diagnosticar pontos de melhoria e proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional, permitindo maior adaptabilidade às mudanças e o comprometimento com os valores organizacionais. Desde 2014 está informatizado e possibilita a elaboração e acompanhamento de Plano de Trabalho de Equipe. Em consonância com uma diretriz de construção coletiva, está em andamento a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos TAE, com Comissão especificamente constituída para este fim. Nesta Comissão, encontra-se em processo de finalização uma proposta de resolução sobre estágio probatório. Também serão elaboradas resoluções sobre: remoção, redistribuição e capacitação. Faz parte da PRORH o Departamento de Saúde do Trabalhador, que também desenvolve papel essencial no processo de seleção e no acompanhamento do servidor, além das atividades técnicas específicas de perícia médica e laudos relacionados a benefícios como insalubridade e periculosidade.

Como parte das ações que visam promover a educação formal dos servidores técnico administrativos da UFMG, a PRORH concedeu 09 afastamentos no país e 15 afastamentos do país, além de 52 licenças para fins de capacitação. Também foram concedidas 61 novas bolsas de graduação e renovadas 359 bolsas de graduação (169 no 1º semestre e 190 no 2º semestre) e 117 bolsas de pós-graduação (57 no 1º semestre e 60 no 2º semestre). Por meio de análise de processos, concedeu 568 Incentivos à Qualificação (ICQ) entre doutorados, mestrados, especializações, graduações e ensino médio/técnico; e 905 Progressões por Capacitação Profissional (PCP) para cursos de curta e média duração.

Também visando ao aprimoramento e crescimento profissional dos servidores, a Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DDP/DRH) promoveu, em 2014, 65 turmas de treinamento que atenderam a um total de 902 servidores, despendendo um investimento de R\$ 85.139,43.

Destaca-se a oferta da segunda turma do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gestão de Instituições Federais de Educação Superior (GIFES). O curso, oferecido na modalidade à distância, é resultado de uma ação conjunta da PRORH, da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e da Faculdade de Educação (FAE), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino (SINDIFES). Sua criação foi aprovada pela Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG), em 16 de dezembro de 2011. No segundo semestre de 2014, ingressaram no GIFES 129 servidores técnico-administrativos, sendo que até o momento foram registradas 23 desistências e 02 trancamentos.

Cumprir destacar a oferta da Especialização em Gestão de IFES, já em andamento, e a oferta de um Mestrado Profissional em Gestão de IFES, ora em tramitação na CAPES, programada para iniciar em 2017, que visam promover a capacitação, a qualificação e o treinamento do servidor.

Segundo os dados do último Censo da Educação Superior (2015), a UFMG possui 4.442 servidores técnicos administrativos, sendo 75 com Doutorado, 325 com Mestrado e 1241 com especialização. Estes números revelam uma tendência de maior qualificação dos servidores ao longo dos anos, refletindo a política adotada pela UFMG.

4.3. * Gestão institucional.

A gestão responsável de uma instituição de ensino superior pública como a UFMG deve, primeiramente, preservar os patamares de solidez e de qualidade atingidos ao longo de décadas de investimentos de toda ordem, dado seu caráter estratégico no conjunto do patrimônio acadêmico, científico e cultural brasileiro. Essa Universidade tem atuado, sempre, no sentido de defender esse patrimônio de maneira lúcida e transparente, sem corporativismo, em nome do interesse público e do futuro do país. Para tanto, continuamente, deve orientar-se pelos seguintes princípios:

- a) Defesa de um Sistema de Educação Superior sólido, diversificado, dotado de padrões crescentes de qualidade, atendidos os requisitos de infraestrutura e recursos humanos adequados a esse propósito.
- b) Estabelecimento de políticas de ensino, pesquisa e extensão que assegurem níveis crescentes de legitimidade institucional.
- c) Gratuidade do ensino, entendida como a inexistência de anuidade ou mensalidade, nos cursos regulares de Educação Básica e Profissional, de Graduação, de Mestrado e de Doutorado.
- d) Afirmação do caráter público e da identidade acadêmica da Instituição.
- e) Defesa permanente da autonomia universitária.
- f) Interação continuada com a sociedade.
- g) Integração, articulação e compromisso com os demais níveis e graus de ensino.
- h) Consolidação crescente de programas voltados à inserção nacional e internacional.
- i) Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à busca de sociedades não discriminatórias, mais igualitárias e mais justas.
- j) Gestão racional, transparente e democrática do orçamento e do cotidiano da Instituição.
- k) Aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, que priorize a estrutura colegiada e o permanente diálogo com todas as instâncias constitutivas da comunidade universitária.
- l) Respeito à diversidade das forças que constituem a Instituição, fonte de sua maior riqueza, em que se incluem tanto os segmentos docente, discente e de funcionários técnico-administrativos, quanto os diferentes perfis de atuação individual e de campos disciplinares.

A Administração do ensino, da pesquisa e da extensão na UFMG é regulamentada por normas estatutárias e regimentais, bem como por resoluções baixadas pelos órgãos competentes.

A Reitoria, órgão de Administração Geral, supervisiona e controla a execução das atividades administrativas da Universidade e, para esse fim, compete-lhe estabelecer as medidas regulamentares cabíveis. Nos termos do Estatuto da UFMG, o Reitor e o Vice-Reitor, com mandato de quatro anos, são nomeados pelo Presidente da República, que os escolhe em lista tríplice de docentes, organizada em reunião conjunta do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho Curador. O processo de consulta à comunidade universitária para escolha do Reitor e do Vice-Reitor, que precede a elaboração dessa lista tríplice, é estatutário e regulamentado pelo Conselho Universitário. Podem concorrer à lista tríplice os docentes da UFMG, desde que membros da carreira de magistério superior e em efetivo exercício, respeitadas a legislação vigente. Os Pró-Reitores, o Procurador-Geral e os Assessores são de livre escolha do Reitor.

Ao Conselho Universitário incumbe formular a política geral da Instituição nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. É integrado pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Diretores das Unidades Acadêmicas, pelos Diretores-Gerais das Unidades Especiais não vinculadas a Unidades Acadêmicas, por representantes docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, nos termos do Estatuto da UFMG.

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão técnico de supervisão e deliberação em matéria de ensino, pesquisa e extensão, compete exercer, entre outras, as seguintes funções: estabelecer as diretrizes do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade; submeter ao Conselho Universitário proposta de

criação de Câmaras Acadêmicas; manifestar-se sobre criação, desmembramento, fusão e extinção, pelo Conselho Universitário, de Unidades Acadêmicas, Unidades Especiais, Departamentos ou estruturas equivalentes; estabelecer as condições para criação e atribuição de atividades acadêmicas curriculares; fixar número de vagas; aprovar o currículo, o projeto de funcionamento e o regulamento de cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado, bem como de cursos sequenciais que conduzam a diploma e outros; e determinar a localização dos Colegiados de Curso, por proposta das respectivas Câmaras, observado o disposto no Estatuto da UFMG. Esse Conselho é integrado pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores que presidem as Câmaras Acadêmicas – de Graduação, de Pós- Graduação, de Pesquisa e de Extensão – e por representantes docentes e discentes nos termos do Estatuto da UFMG.

O Conselho de Diretores é órgão de assessoria executiva da Administração Superior da UFMG, competindo-lhe traçar normas operacionais para matérias aprovadas pelo Conselho Universitário, decidir daquelas que lhe forem delegadas por esse órgão e assessorar nas de competência do Reitor. Integram esse Conselho o Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os Diretores das Unidades Acadêmicas, os Diretores-Gerais das Unidades Especiais e representantes do corpo discente, e do corpo técnico-administrativo.

A composição desses conselhos, as resoluções aprovadas e atas de suas reuniões podem ser consultadas no *site* da Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SODS): <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Secretaria>

As Unidades Acadêmicas, estabelecimentos de ensino que possuem sede e estruturas administrativas próprias, realizam atividades de pesquisa e de extensão e oferecem cursos superiores que resultam na concessão de diplomas de Graduação e de Pós-Graduação. As Unidades Acadêmicas podem se organizar de forma a contemplar estruturas de nível hierárquico a elas inferior, sendo a estrutura departamental uma das suas formas possíveis de organização. Essas Unidades são administradas pela Congregação e pela Diretoria. A Congregação, cuja competência é supervisionar a política de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Unidade Acadêmica, é integrada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e por representantes dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo.

As Unidades Acadêmicas são sedes dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UFMG, que são coordenados pelos Colegiados de Curso. Aos Colegiados de Curso incumbe a coordenação didática de cada curso de Graduação e de Pós-Graduação. Compete-lhes, entre outras funções: orientar e coordenar as atividades do curso e propor ao Departamento, ou estrutura equivalente, a indicação ou substituição de docentes; elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que o compõem; referendar os programas das atividades acadêmicas curriculares que compõem o curso; decidir das questões referentes a matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida as normas pertinentes; coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso. A composição do Colegiado de Curso é estabelecida no respectivo regulamento, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

4.4. *

Sistema de registro acadêmico.

O Departamento de Registro e Controle Acadêmico – DRCA é um órgão auxiliar da Reitoria e está subordinado ao Vice-Reitor. Sua atividade primordial é cuidar para que os registros e os controles acadêmicos sejam realizados de maneira correta, de acordo com a legislação educacional e as normas internas da Instituição. Os registros e controles acadêmicos começam no ingresso do estudante na Instituição e terminam com a expedição do diploma. Entretanto, a manutenção dos registros é permanente e não poderão ser eliminados ou descartados. É extremamente importante que esses registros sejam realizados de modo a garantir, não só o cumprimento da legislação educacional, mas também gerando informações de qualidade e integridade para a instituição e para os estudantes. O arquivamento de documentos gerados ou os registros dos atos acadêmicos nos sistemas acadêmicos, devem ser de responsabilidade de equipe específica, especialmente treinada para esse fim e capaz de manter a integridade dos dados. A sistemática de controle das atividades administrativo-educacionais é feita através de processos e traz uma diversidade muito grande de procedimentos. Nosso Registro Acadêmico é descentralizado e possui configuração personalizada. Para adotar essa estrutura, a UFMG mantém os

sistemas acadêmicos “on-line” que são interligados através de rede de computadores em todas as unidades acadêmicas, nos órgãos auxiliares e na administração central.

O DRCA, além de gerenciar parte dos sistemas acadêmicos, é responsável pela guarda de documentação acadêmica e pelo controle e pelo lançamento dos registros nos sistemas acadêmicos. As Unidades Acadêmicas, através dos seus Departamentos Acadêmicos, Colegiados de Cursos e Seções de Ensino são outros setores responsáveis pela manutenção da qualidade e integridade desse banco de dados, fornecendo ao DRCA ou lançando nos sistemas UFMG, dados importantes como notas, conceito, frequência, trancamentos, dispensas por aproveitamento de estudos, matrículas, e outras ocorrências, nos prazos estabelecidos no calendário acadêmico semestralmente. As informações acadêmicas desse banco de dados, devidamente organizadas, são colocadas à disposição do corpo discente através da internet.

Em uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Synergia desenvolveu o Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA), que possibilita uma automatização da gestão acadêmica da Universidade, gerando melhorias significativas em seu processo. Este projeto foi dividido em três etapas: Concepção do Sistema, Especificação de Requisitos e Desenvolvimento do Produto. A primeira etapa deste projeto foi a Concepção do Sistema, que teve como principal finalidade conceber os requisitos de sistema das áreas de Gestão Acadêmica de graduação da UFMG, bem como algumas funcionalidades de apoio a estas áreas. Seu objetivo foi o de fornecer informações para que fosse possível estimar custo/esforço/prazo para a construção deste sistema de grande porte. A Especificação de Requisitos teve como principal finalidade especificar os requisitos priorizados pela Universidade para a primeira versão do sistema. Sendo assim, o objetivo prioritário desta etapa foi a especificação do módulo de Gestão Acadêmica e de outras funcionalidades necessárias ao seu funcionamento. A terceira e última etapa foi o Desenvolvimento do Produto. O objetivo era justamente desenvolver os requisitos especificados na etapa anterior, possibilitando que a UFMG iniciasse o quanto antes o processo de Configuração Curricular de seus cursos com o novo paradigma de flexibilização curricular.

O sistema teve como grande novidade a possibilidade de o aluno trabalhar o seu Plano de Estudos, com o objetivo de planejar com antecedência suas atividades acadêmicas, possibilitando uma melhor gestão de vagas para as demandas que, desta forma, partiriam dos próprios alunos. O sistema foi implantado em Janeiro de 2013 e tem passado por grandes melhorias e adaptações desde então, uma vez que mudanças nas normas da Universidade são frequentes, o que exige um acompanhamento intenso da equipe de analistas.

4.5. * Sustentabilidade financeira.

A UFMG, como as demais Instituições Federais de Ensino Superior, recebe recursos do Tesouro Nacional. Conta, também, com recursos arrecadados diretamente – incluindo receitas com bens imóveis, serviços hospitalares, serviços de estudos e pesquisas e transferências, restituições de convênios, entre outros –, além de recursos de outras fontes, incluindo o Sistema Único de Saúde, o Fundo Nacional de Saúde e outros órgãos da administração pública.

À Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da sua Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN), compete a elaboração da proposta orçamentária que dará origem à proposta de orçamento anual da UFMG. Essa proposta integrará, posteriormente, a Lei Orçamentária Anual (LOA), encaminhada pelo MEC ao MPOG, com base em limites pré estabelecidos e em conjunto de indicadores utilizados por todas as instituições componentes do Sistema Federal de Ensino Superior. A proposta de distribuição interna dos recursos de Outros Custeios e Capital (OCC) é, também, elaborada pela PROPLAN e encaminhada para aprovação do Conselho de Diretores. No exercício de 2014 essa proposta foi, pela primeira vez, também aprovada pelo Conselho Universitário.

A parcela do orçamento relativa à matriz ANDIFES bem como as receitas próprias da Administração Central são distribuídas com base em um critério interno elaborado pela PROPLAN e aprovado pelo Conselho de Diretores denominado MATRIZ ORÇAMENTÁRIA, onde se determina a parte do montante que será destinada a cada Unidade Acadêmica da Universidade, para fazer frente aos seus gastos com manutenção e melhorias.

A Universidade Federal de Minas Gerais centraliza a elaboração da sua proposta orçamentária na Pró-

reitoria de Planejamento – PROPLAN, através do seu Setor de Orçamento é montada a proposta orçamentária de toda a Universidade e encaminhada para aprovação do Conselho de Diretores e no exercício de 2014 foi pela primeira vez também aprovada no Conselho Universitário.

Parte do orçamento é distribuída através de um critério elaborado denominado Matriz Orçamentária onde se determina à parte do montante a ser concedido a cada unidade acadêmica para manter e melhorar suas instalações.

A matriz final é composta por 80% da Matriz Dimensão e 20 % da Matriz Dinâmica.

A Matriz Dimensão possui três variáveis: área construída – AC, Alunos de Graduação – AG e alunos de Pós-graduação – APG, que são atualizadas anualmente, consideradas em valores percentuais e a Dimensão é a média destas variáveis.

A Matriz Dinâmica é composta por cinco variáveis: eficiência na formação de alunos de graduação – EFA, relação aluno-professor – RAP, índice de titulação docente – ITD, índice de trabalhos publicados – ITP e conceitos capes – CC.

Na matriz Dinâmica as variáveis são normalizadas para tornar comparáveis seus dados. Para isto é feita a média de cada uma delas, atribuindo-se a cada uma um índice inteiro entre 1 e 7. Cada unidade acadêmica terá cinco índices medidos entre os inteiros de 1 e 7, sendo feito uma média destes cinco índices.

Destaca-se que no exercício de 2014 foi adotado um índice geral aplicado sobre o valor do OCC - Matriz do ano anterior para atualizar os valores de cada unidade acadêmica para 2014.

Outra parte do orçamento é centralizada na Administração Central também denominado extra-matriz onde se destacam os serviços de portaria, vigilância, conservação e limpeza, as despesas básicas (água, luz, telefone), contratação de jovens carentes em convênio com a Cruz Vermelha.

Destacamos ainda os recursos que são centralizados nas Pró-reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa.

Temos assim a elaboração centralizada e parte da execução do orçamento é descentralizada cabendo aos Gestores de cada Unidade e Pró-reitorias.

A execução sofre diversas influências de demais órgãos da Administração Federal, tendo em vista os contingenciamentos e limites estabelecidos para emissão de empenhos.

A UFMG, no exercício de 2014, apresenta em sua página os seguintes demonstrativos de sua execução:

- 1-Unidades Acadêmicas por plano interno
- 2-Unidades Administrativas por plano interno
- 3-Plano interno (PI) por unidade acadêmica
- 4-Total por Plano Interno (PI) das Unidades Acadêmicas
- 5-Orçamento total das Unidades Acadêmicas
- 6-Orçamento total das Unidades Administrativas
- 7-Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação (PNAES)
- 8-Assistência Estudantil-Colégio Técnico (COLTEC) e T Univer(TU)
- 9-Assistência estudantil Incluir e Promissaes
- 10-Total por Programa – PNAES
- 11-Apoio a Capac e Form inicial e Contin Ed Basic -SECADI e SEB
- 12-Total por Programa – SECADI E SEB
- 13-Progr Espec_ Centro de Trein Esportivo (CTE) e Investimentos

O orçamento EXECUTADO pela Universidade no exercício de 2014 foi de R\$ 1.591.909.303,09. Foram executados pelas Unidades acadêmicas o montante de R\$ 33.899.238,22, nas unidades administrativas foram executados R\$ 152.602.423,72, para assistência estudantil aos alunos de graduação foram executados R\$ 28.655.849,13, para assistência estudantil aos alunos de ensino médio (Coltec e TU) foram executados R\$ 427.400,00, para assistência estudantil – incluir e promissaes foram executados R\$ 734.561,00, para apoio a capacitação e formação inicial e continuada foram executados R\$ 4.027.490,22, para o centro de treinamento e investimento foram executados R\$ 21.096.668,77.

Fontes dos Recursos do Orçamento 2014

De forma geral todo orçamento vem da Lei Orçamentária anual, mas a UFMG em 2014 teve em seu orçamento valores incorporados provenientes:

1. por recursos diretamente arrecadados (alugueis, patentes, etc.) o montante de R\$ 9.516.907,00;

2. por recursos provenientes de arrecadação com órgãos não federais R\$ 20.442.639,2
3. Por recursos diretamente arrecadados - rendimentos de aplicações financeiras R\$ 951.541,43.

Aplicação dos Recursos

Destacamos abaixo a aplicação de seus créditos orçamentários em 2014:

Pessoal - R\$ 1.303.946.098,54;

Terceirizados - R\$ 71.218.116,96;

Implantação Campus Novos - Obras- R\$ 21.096.668,77;

Funcionamento das unidades – Matriz Orçamentária - R\$ 22.171.287,53;

Ampliação do Acervo bibliográfico - R\$ 1.000.000,00;

Assistência Estudantil - R\$ 29.083.249,13;

Precatórios e ações judiciais - R\$ 12.822.680,30.

Redução De Repasses De Recursos – 2014

Ressaltamos ainda um fato relevante na gestão administrativa e financeira da universidade foi a redução de repasses de recursos ocorridas nos meses de novembro e dezembro de 2014, que alcançou o valor de R\$ 30.550.462,75. A Universidade Federal de Minas Gerais vem envidando esforços junto ao MEC para otimizar a captação de recursos destinados ao custeio e investimentos da Instituição.

4.6. * Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.

Os recursos para financiamento do ensino superior público federal provêm, majoritariamente, da arrecadação tributária, sendo recursos transferidos pelo Tesouro. Além deles, as IFES contam com recursos próprios, aplicações financeiras e recursos de convênios com organismos públicos e privados. Apesar do contingenciamento de recursos orçamentários realizado em 2014 e 2015, as IFES puderam contar com um crescimento significativo dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ensino superior nos anos seguintes a implantação do REUNI.

Além disso, a UFMG tem uma considerável experiência de planejamento, seja no que diz respeito ao planejamento físico e territorial, seja no campo administrativo, financeiro e acadêmico. Essa experiência de planejamento está ancorada num sólido arranjo institucional baseado em órgãos colegiados e estruturas administrativas regulamentadas e transparentes, que permitem que o processo de tomada de decisões seja baseado em amplo acesso à informação e debates (ver o item 4.3 acima).

Com a implantação do REUNI, a UFMG deu início àquela que poderia ser chamada de terceira fase de seu processo de planejamento.¹ Nesta etapa, o planejamento financeiro da Universidade – isto é, a elaboração da proposta de distribuição interna dos recursos orçamentários e a gestão de sua execução – têm procurado destinar recursos levando em conta os objetivos que vem orientando o desenvolvimento da Universidade. Assim, a título de exemplo, foram alocados recursos para atender as demandas decorrentes da ampliação de vagas discentes e democratização do acesso à UFMG, através da manutenção e/ou ampliação da oferta de bolsas acadêmicas concedidas pelas Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão (Prograd e Proex), bem como priorizou-se o emprego de recursos disponíveis para investimentos na conclusão das obras do Centro de Atividades Didáticas III e da Moradia Universitária III. Para a expansão e aperfeiçoamento da política de assistência estudantil, contribuíram, de um lado, a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), com a missão de coordenar e avaliar ações que integram a política da UFMG para atender aos direitos de estudantes, e de outro lado, a disponibilização de volumes crescentes e significativos de recursos orçamentários – entre os quais os do PNAES – para a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), responsável por executar as políticas de assistência estudantil definidas pela PRAE. Para assegurar a continuidade das políticas e atividades de mobilidade internacional de discentes e docentes e de internacionalização, um volume significativo de recursos da UFMG tem sido aportado anualmente nas ações e programas de sua Diretoria de Relações Internacionais (DRI), além daqueles disponibilizados através dos programas do Governo Federal. No que diz respeito à expansão do ensino de pós-graduação e das atividades de pesquisa científica e tecnológica, buscou-se direcionar recursos orçamentários da Universidade para constituição de fundo emergencial que atendessem o custeio dos

¹ A primeira fase estendeu-se da criação da Universidade, em 1927, até 1968/69. A segunda fase vai de 1968/69 até a implantação do REUNI, em meados dos anos 2000. Veja-se o PDI 2013-2017, p. 149-150.

Programas de Pós-Graduação afetados pelos cortes e atrasos no envio de recursos da Capes em 2015. Em 2016, além dos recursos ordinariamente destinados às Pró-Reitorias de Pesquisa e de Pós-graduação, foram previstos recursos da ordem de R\$2,6 milhões para um novo projeto de desenvolvimento institucional coordenado pela PRPq.

Além dos exemplos arrolados acima, é importante frisar que, para fazer frente às restrições de recursos decorrentes dos contingenciamentos da LOA em 2014 e 2015, bem como as dificuldades nos repasses financeiros, a Universidade reduziu o seu quadro de pessoal terceirizado e conteve outras despesas de custeio, evitando assim que os gastos com áreas fins (acadêmicas) fossem afetados.

4.7. * Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

O **Plano de Carreira** dos Professores de Magistério Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está estabelecido nas Leis no 12.863, de 24 de setembro de 2013, e no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e das Portarias no 554, de 20 de junho de 2013, e no 982, de 3 de outubro de 2013, do Ministro da Educação. Internamente, o plano de carreira foi normatizado pela Resolução Complementar nº 4 de 09 de setembro de 2014. Art. 1º A Carreira de Magistério Superior é composta por 5 (cinco) Classes: I Classe A, II Classe B, III Classe C, com a denominação de Professor Adjunto; IV Classe D, com a denominação de Professor Associado; V Classe E, com a denominação de Professor Titular. As Classes A e B compreendem dois níveis. As Classes C e D compreendem quatro níveis. A Classe E conta com apenas um nível. O desenvolvimento dos docentes nas Carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se dará por progressão funcional e por promoção. Progressão funcional é a passagem do docente para o nível imediatamente superior dentro de uma mesma classe. Promoção é a passagem do docente de uma classe para a subsequente. A progressão funcional tem como requisitos: o cumprimento do interstício de 24 meses e a aprovação em avaliação de desempenho. A promoção na Carreira de Magistério Superior tem como requisito o cumprimento do interstício de 24 meses no último nível da Classe e processo de avaliação de desempenho. Para a Classe D, com denominação de Professor Associado, o docente deverá também possuir o título de doutor; para a Classe E, com denominação de Professor Titular, o docente deverá também ser aprovado na defesa de memorial ou de tese acadêmica inédita. Em cada unidade, são regulamentados e detalhados os parâmetros e critérios de avaliação para progressão e promoção.

O acompanhamento e avaliação do planejamento e da execução do trabalho docente na UFMG, são feitos por meio da elaboração de um Relatório anual de atividades dos docentes e dos departamentos. Devem constar as atividades a serem desenvolvidas, com seus objetivos e justificativas, metodologia, etapas de realização, resultados esperados e cronograma. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aprovou, em 2011, proposta da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) visando elaboração, pelos departamentos, da proposta para solicitação de vaga docente. Para tanto, eles devem fazer uma avaliação global das atividades desenvolvidas no ano de referência, indispensável para pleitear novo dimensionamento. Nesse documento deve constar como diretrizes dos departamentos: abranger horizontes de longa duração, com estabelecimento de

metas gerais de qualificação, produção acadêmico-científica e de desempenho em indicadores específicos de pós-graduação, extensão e pesquisa. Devem, ainda, identificar deficiências a serem tratadas e pontos fortes a serem mais explorados. As demandas de expansão devem considerar programas de transformação, manutenção de atividades especiais ou o ajuste de qualificação docente do departamento.

Cada docente apresenta, anualmente, ao órgão máximo do seu departamento de lotação (Câmara Departamental) relatório detalhado com descrição das atividades realizadas no ano anterior e plano de trabalho para o ano subsequente. Os dois documentos são avaliados à luz das diretrizes da UFMG, da unidade e do departamento de lotação do docente. Os relatórios são utilizados como indicadores nos processos de progressão e promoções na carreira.

Os docentes recém-contratados se submetem a regulamentação específica, relativa ao estágio probatório, sendo avaliados conforme Resolução Nº. 30-A de 16 de dezembro de 1999 do Conselho Universitário, segundo o que determina a Seção IV do Regime Jurídico Único.

4.8. * Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

O processo de seleção de servidores técnico-administrativos em educação (TAE) está estabelecido na Lei nº 11091, de 2005. São selecionados por meio de concurso público de provas e o ingresso, nos cargos do Plano de Carreira, faz-se no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação, observadas a escolaridade e experiência estabelecidas em lei. O edital definirá as características de cada fase do concurso público, os requisitos de escolaridade, a formação especializada e a experiência profissional, os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas. No Edital são estabelecidas as vagas de ampla concorrência e as vagas para deficientes e para negros, de acordo com as legislações específicas. Os concursos são realizados pelo Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da PRÓRH, em parceria com a Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE). A UFMG tem um quadro de referência, fixo, com 4.403 cargos TAE. Os cargos existentes na UFMG e a situação, se vagos ou ocupados, está acessível no site da PRORH, link DADOS. As classes A e B dos TAE foram extintas e, até a vacância, os cargos ocupados são considerados quadro em extinção. A classe C também possui cargos nessa condição; contudo, a maioria dos cargos da Classe C pode ser preenchida por meio de concurso público. Os cargos da classe C exigem dos ocupantes a escolaridade mínima de ensino fundamental; para os cargos da classe D a exigência é de ensino médio, ensino médio profissionalizante ou curso técnico; para os cargos da classe E a exigência é de nível superior. A contratação é feita por meio de um processo administrativo e realizada após a homologação do concurso. Os acompanhamentos funcionais surgem como demanda para adequação do servidor às necessidades institucionais e como forma de auxílio às questões pessoais que impactam na vida funcional dos trabalhadores, entre outras.

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1. * **Instalações administrativas.**

O adensamento das construções do Campus Pampulha, a Cidade Universitária, se deu em períodos distintos, ocorrendo com grande intensidade nos anos 1970, na primeira metade da década de 1990 e na primeira década do século XXI. De tal sorte que, das dezenove unidades acadêmicas sediadas em Belo Horizonte, quinze tem suas instalações integralmente situadas no Campus Pampulha. Na área central da cidade de Belo Horizonte, encontram-se o Campus Saúde, constituído pela Faculdade de Medicina, pela Escola de Enfermagem e pelo complexo do Hospital das Clínicas, bem como a Faculdade de Direito e a Escola de Arquitetura, estas duas, localizadas em prédios isolados e com perspectivas de, em breve, terem também suas instalações transferidas para o Campus Pampulha. Além das unidades acadêmicas, encontram-se também no Campus Pampulha a Escola de Educação Básica e Profissional (EBAP), integrada pela Escola de Primeiro Grau, o Colégio Técnico e o Teatro Universitário, que oferece curso de nível médio de formação de atores.

A UFMG possui um terceiro Campus Universitário, situado em Montes Claros, município do norte de Minas Gerais. O Campus Regional de Montes Claros oferece cursos de graduação e pós-graduação, vinculados ao Instituto de Ciências Agrárias, a vigésima unidade acadêmica da Universidade. Em Diamantina, estão instalados o Instituto Casa da Glória (antigo Centro de Geologia Eschwege) e a Casa Silvério Lessa, ambos vinculados ao Instituto de Geociências. Em Tiradentes, situa-se o complexo histórico-cultural dirigido pela Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, que compreende o Museu Casa do Inconfidente Padre Toledo e os prédios da Câmara Municipal, da Cadeia Pública e do Centro de Estudos, Galeria e Biblioteca Miguel Lins. Pretende-se que esses espaços estejam articulados no Campus Cultural da UFMG em Tiradentes.

Com destacada participação no projeto acadêmico da UFMG devem ser ainda mencionados: o Hospital Veterinário e as fazendas de Igarapé e Pedro Leopoldo; a Biblioteca Universitária; o Centro Cultural; o Centro de Microscopia; o Conservatório; a Editora; o Museu de História Natural e Jardim Botânico. E, como espaço primordialmente voltado ao lazer da Comunidade Universitária, o Centro Esportivo Universitário.

Nos últimos anos a área construída da UFMG tem-se expandido, seja pela transferência de várias escolas da região central da cidade para o Campus da Pampulha, seja pelo aumento da oferta de cursos e vagas por iniciativa própria e para o atendimento ao Programa REUNI. O processo de expansão das atividades-fim – ensino, pesquisa e extensão – como também das atividades-meio vem repercutindo na necessidade de ampliação dos prédios existentes assim como na construção de novas unidades e instalações de salas de aula, laboratórios, etc.

Os novos edifícios projetados possuem instalações prediais complexas, contemplam grandes vãos estruturais, tratamento acústico, condicionamento ambiental e laboratórios de ensino bastante avançados tecnologicamente. Essas características demandam atuação constante das equipes de arquitetura e engenharia, tanto no processo de produção de projetos e das obras, quanto em sua conservação. Destaca-se, também, que o aumento da área construída da Universidade contribuiu para o aumento expressivo dos serviços de manutenção e conservação, exigindo a ampliação da força e reorganização do trabalho das atividades-meio para o melhor atendimento das demandas da comunidade e preservação do patrimônio público. A execução de reformas e, ou, ampliações prediais também tem sido frequentes nos edifícios da UFMG, principalmente os mais antigos, onde se faz necessário promover a requalificação arquitetônica e alterações na infraestrutura predial, nas instalações elétricas e hidráulicas, de lógica (dados e voz) e de climatização. As intervenções físicas necessárias podem ser de pequena, média ou grande complexidade, resultando na demanda técnica de mão de obra especializada na solução dos projetos e na execução dos serviços.

Existe, ainda, a necessidade contínua de adaptação das edificações às normas de acessibilidade e adequações diversas visando ao atendimento do acréscimo da demanda, à redução de consumo de água e energia e, ou, à implantação de novas tecnologias que requerem reforma da edificação ou de sua infraestrutura. No Campus Pampulha paulatinamente as subestações das edificações mais antigas estão sendo reformuladas.

5.2. * **Salas de aula.**

Os três Campi da UFMG contam com infraestrutura para atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa e de atendimento à comunidade interna e externa que abrange, aproximadamente, 400 salas de aula, 100 auditórios e mini-auditórios, 250 instalações sanitárias, e centenas de gabinetes para professores. No Campus Pampulha da UFMG, há dois Centros de Atividades Didáticas (CAD1 e CAD2, em funcionamento) e um terceiro, em fase final de construção, destinados exclusivamente para aulas, seminários, simpósios e outros eventos acadêmicos e/ou científicos.

5.3. *	<p>Auditório(s).</p> <p>Os três Campi da UFMG contam com infraestrutura para atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa e de atendimento à comunidade interna e externa que abrange, aproximadamente, 400 salas de aula, 100 auditórios e mini-auditórios, 250 instalações sanitárias, e centenas de gabinetes para professores. No Campus Pampulha da UFMG, há dois Centros de Atividades Didáticas (CAD1 e CAD2, em funcionamento) e um terceiro, em fase final de construção, destinados exclusivamente para aulas, seminários, simpósios e outros eventos acadêmicos e/ou científicos.</p>
5.4. *	<p>Sala(s) de professores.</p> <p>A organização dos espaços de trabalho dos professores é feita em cada uma das 20 unidades, de acordo com as demandas de cada um dos 90 departamentos que considera o perfil de atuação e necessidades dos mais de 3.000 docentes: gabinetes individuais, salas compartilhadas, laboratórios, com disponibilidade de equipamentos de informática e mobiliários para atender às necessidades dos professores. Alguns docentes estão alocados em seus laboratórios de pesquisa. Sempre há espaços para reuniões de professores.</p>
5.5. *	<p>Espaços para atendimento aos alunos.</p> <p>Cada uma das Unidades Acadêmicas possui espaços próprios para atendimento acadêmico a alunos de graduação e de pós-graduação, relativos a seções de ensino, secretarias de colegiados de graduação e de pós-graduação. Em algumas Unidades Acadêmicas também há espaço para acompanhamento e apoio psicológico. Em todas as Unidades existe pelo menos um laboratório de informática para alunos de graduação e de pós-graduação.</p>
5.6. *	<p>Infraestrutura para CPA.</p> <p>A CPA tem o apoio administrativo da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), contando com secretária disponível para registrar as atas das reuniões, realizar os contatos com os membros por email e telefone, agendar os locais de reunião e outros eventos, assim como para auxiliar na divulgação das atividades e relatórios. Para essas últimas tarefas, o apoio do Centro de Comunicação da UFMG é essencial. A DAI disponibiliza também recursos para realização de eventos com convidados externos e divulgação externa dos trabalhos publicados pela CPA.</p>
5.7. *	<p>Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral – TI.</p> <p>A organização dos espaços de trabalho dos professores é feita em cada uma das 20 unidades, de acordo com as demandas de cada um dos 90 departamentos que considera o perfil de atuação e necessidades dos mais de 3.000 docentes: centenas de gabinetes individuais, salas compartilhadas, laboratórios, com disponibilidade de equipamentos de informática e mobiliários para atender às necessidades dos professores. Alguns docentes estão alocados em seus laboratórios de pesquisa.</p>
5.8. *	<p>Instalações sanitárias.</p> <p>Em todas as unidades existem instalações sanitárias em número e condições adequadas às necessidades da comunidade interna e externa. São cerca de 250 instalações sanitárias.</p>
5.9. *	<p>Biblioteca: infraestrutura física.</p> <p>A BU (Biblioteca Universitária) é Órgão Suplementar vinculado à Reitoria, responsável tecnicamente pelo provimento de informações necessárias às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, como também pela coordenação técnica, administração e divulgação dos recursos informacionais das 25 bibliotecas do Sistema. Essas bibliotecas estão subordinadas administrativamente às Unidades Acadêmicas, Escolas de Educação Básica e Profissional e órgãos suplementares.</p> <p>Atualmente, a Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da UFMG (BU/SB) é integrada pelo Conselho Diretor, Diretoria da Biblioteca Universitária - Sistema de Bibliotecas e suas Divisões Técnicas e Seções Administrativas, Bibliotecas da UFMG e Comissões Temporárias.</p> <p>O quadro de pessoal do Sistema de Bibliotecas é composto por bibliotecários e funcionários de apoio incluindo administrativos, estagiários da UFMG, da Cruz Vermelha e de outros convênios. O acervo patrimonial é de aproximadamente um milhão de exemplares, nas diversas áreas do conhecimento. Desse acervo fazem parte, ainda,</p>

coleções especiais, com destaque para: a Coleção de Escritores Mineiros; a Coleção de Obras Raras, que reúne documentos, livros, periódicos, mapas, correspondências e fotografias do séc. XVI ao séc. XX; a patrologia Migné, que abrange textos de filosofia patrística editados em latim e grego, perfazendo um total de 392 volumes divididos em patrologia latina e patrologia grega.

O Sistema de Bibliotecas atende tanto os usuários da comunidade interna (alunos do ensino fundamental, médio, técnico, graduação, pós-graduação, professores, e funcionários), como os usuários da comunidade externa – de outras instituições, pesquisadores, alunos de intercâmbio e demais visitantes. A média anual de empréstimo domiciliar é de aproximadamente 770 mil exemplares, para mais de 152 mil usuários.

O acesso ao acervo da UFMG é integrado por meio de um sistema informatizado, chamado Catálogo Online. O link para acessá-lo é “catalogobiblioteca.ufmg.br”. O acervo geral continua em permanente e robusta expansão, tendo em vista que somam se a ele periódicos e novos títulos adquiridos pelos departamentos, que executam de forma autônoma uma política de aquisição. Além disso, o acervo incorpora toda a produção acadêmica anual do corpo docente, que conta com cerca de 2800 membros ativos. Incorpora também os milhares de trabalhos acadêmicos anuais dos cerca de quarenta e seis mil discentes que cursam graduação e pós-graduação na instituição.

Com a evolução constante da tecnologia da informação é necessário que o profissional da área da Ciência da Informação se atualize frequentemente, com o objetivo de oferecer atendimento de qualidade aos seus usuários. Nesse contexto, a Biblioteca Universitária oferece programas de capacitação aos servidores do Sistema de Bibliotecas da UFMG, com o objetivo de capacitar bibliotecários e pessoal de apoio para utilizarem as tecnologias da informação e, conseqüentemente, prestarem serviços de excelência à comunidade interna e externa da UFMG. Também oferece sistematicamente programas de capacitação aos usuários com o objetivo de capacitá-los na utilização das fontes de informação, no formato eletrônico, disponibilizadas para a comunidade acadêmica da UFMG. A expectativa das bibliotecas é de que o usuário utilize esses recursos de forma autônoma, sistematizada e que tenha o bibliotecário como referencial para otimizar suas pesquisas. Esses programas de capacitação são imprescindíveis para a comunidade acadêmica, uma vez que, a partir deles é que o usuário terá conhecimento de todo o recurso informacional que a Universidade disponibiliza, o qual dá suporte às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Sua atuação se estende aos alunos dos pólos de educação a distância vinculadas à Universidade Aberta do Brasil. Também fazem parte desse universo a biblioteca do Centro de Geologia Eschwege, vinculada ao Instituto de Geociências da UFMG, situada em Diamantina/MG e a biblioteca do Centro Cultural situada em Tiradentes/MG.

Houve incremento do acervo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, o que, segundo a direção do SB/UFMG, alçou a UFMG à quarta posição no ranking do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

O SB/UFMG ocupa uma área de aproximadamente 31.000 m², sendo 9.000 m² destinados às áreas de leitura e estudo. Quanto à questões qualitativas, as instalações contemplam itens relativos à segurança do acervo e do indivíduo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaços para videoconferência e de treinamento. Há acessibilidade arquitetônica, tecnológica, mobiliária, instrumental, e de conteúdo para usuários portadores de necessidades especiais em algumas unidades.

Serviços oferecidos

Serviço de Comutação Bibliográfica - COMUT

Orientação à pesquisa no Portal CAPES

Serviço de orientação para normalização bibliográfica (mediante agendamento)

Visita técnica (mediante agendamento)

Oficina de Preservação do Acervo

Horário: 7h30 às 22 h (segunda a sexta-feira)

Site: www.bibliotecacentral.ufmg.br

5 10. * **Biblioteca: serviços e informatização.**

A informatização de todo o acervo possibilita a realização de serviços online de forma ininterrupta, como consultas, empréstimos, reservas e renovações, expandindo o horário de atendimento físico para os usuários dos cursos diurnos e noturnos. Em algumas unidades há até serviço de auto-empréstimo e possibilidade de acesso às instalações físicas, na modalidade biblioteca “24 horas”.

5.11. **Biblioteca: plano de atualização do acervo.**

Houve ampliação do acervo patrimonial, de 923.821 exemplares em 2011 para 1.032.460 exemplares em 2015. O valor escriturado passou de R\$27.797.759,07 para R\$36.120.425,11. O acervo de periódicos impressos agora é informado, e gira em torno de 15.000 títulos. Por meio de parceria com o Portal de Periódicos da Capes, outros 36 mil periódicos com texto completo estão acessíveis aos usuários.

O desenvolvimento do acervo no último quinquênio correspondeu a um crescimento médio anual de 3%, contemplando atualmente um público de aproximadamente 185 mil usuários. A política de expansão e atualização do acervo prevê a ampliação da aquisição de e-books e incremento do acervo destinado aos usuários portadores de necessidades especiais.

5.12. * **Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.**

Em todas as unidades existem salas de apoio a informática que atendem adequadamente às necessidades de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos.

5.13. * **Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.**

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI é o órgão da UFMG responsável por traçar as políticas estratégicas na área de tecnologia da Informação, além de coordenar e acompanhar a implementação pelos seus órgãos executivos. Tem como missão apoiar a UFMG em suas atividades acadêmicas e administrativas, orientando e fornecendo soluções corporativas, inovadoras, seguras e de excelência, por meio da aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação. O catálogo de serviços da DTI é disponibilizado no endereço eletrônico: <https://www.ufmg.br/dti/pagina-inicial/portfolio/servicos/>

A DTI participa de projetos de Educação a Distância (UFMG Virtual), estimula o uso de tecnologias da informação para as áreas de ensino, administrativa e de pesquisa e promove cursos de supercomputação para pesquisadores. Além disso, possibilitou a renovação dos equipamentos que formam o Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho (Cenapad), o chamado supercomputador. No setor administrativo, realiza cursos de treinamento e capacitação para servidores, em conjunto com a Pró-RH, além do desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação e a informatização para a Universidade.

A DTI participou também da criação da ferramenta Grude, que disponibiliza facilidades de correio eletrônico, agenda corporativa e páginas web, e de onde deriva o portal minhaUFMG, aglutinando os principais sistemas de TI usados pela comunidade universitária. Isto tem viabilizado, via internet, o acesso rápido e localizado a sistemas, documentos, cursos e aulas à distância (ferramenta Moodle), etc., de uma forma segura e unificada.

A DTI também tem procurado estimular o uso de softwares livres e de uso público, além de melhorar as linhas de dados e de voz da Universidade.

A DTI é composta por sua Diretoria Executiva, em conjunto como a Diretoria do CECOM, configurado como um Órgão Auxiliar da Reitoria, e a Diretoria do LCC, como Órgão Suplementar da Reitoria. Quando a UFMG foi escolhida para sediar um dos laboratórios do Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho, aquele destinado a Minas Gerais e ao Centro Oeste, este laboratório, o CENAPAD-MG/CO, foi vinculado ao LCC. Coerentemente com o raio de ação dessas duas estruturas na década de 1980, elas se instalaram em locais diversos: o CECOM, no prédio da Reitoria, o LCC em instalações do Instituto de Ciências Exatas (ICEx).

A Governança de TI é parte da Governança Corporativa (Gestão da Gestão). Compreende o desenvolvimento de um conjunto estruturado de competências e habilidades estratégicas para o planejamento, implantação, controle e monitoramento de programas e projetos de governança. A UFMG e a DTI têm procurado se alinhar aos propósitos da governança, seja pelo aspectos operacionais, seja pelas implicações legais, através de um conjunto de estratégias e plano de gestão, visando também otimizar a aplicação de recursos, reduzir os custos e alinhar o setor de TI às estratégias de negócio. O índice de governança de TI, iGovTI, é o resultado da aplicação bianual de questionários pelo TCU a vários órgãos, autarquias, bancos, estatais, etc., vinculados ao Governo Federal (cerca de 370 em 2014) que, juntamente com um relatório de diagnóstico, pretende fazer uma avaliação crítica de vários aspectos da TI, “com o propósito de orientar as organizações públicas no esforço da melhoria do índice de governança e da gestão de TI”. Além disso, “o índice permite ao TCU avaliar, de um modo geral, a efetividade das ações adotadas para induzir a melhoria da situação de governança de TI na Administração Pública Federal”. Em dezembro de 2014 saiu o resultado da avaliação de Governança de Tecnologia da Informação, referente ao ciclo 2013/2014, promovida pelo Tribunal de Contas da União. Dentro de um processo de melhoria contínua iniciado em 2010, esta avaliação foi considerada bastante positiva, pois a UFMG saiu da nota 0,38 obtida em 2012 (numa escala de 0,00 a 1,00) para, em 2014, atingir a nota de 0,59 em governança de TI. A nota média obtida pelas organizações que fazem parte do SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática do Governo Federal), tais como a UFMG, foi de 0,42. A UFMG vem melhorando de forma sólida e de maneira gradativa. O uso de tecnologias de informação e comunicação nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como nas atividades de extensão e pesquisa tem sido continuamente aprimorado. Visando contribuir com a implementação do currículo dos cursos de graduação, na perspectiva do entendimento do curso como um percurso, a UFMG criou e disponibilizou, aos docentes e aos discentes, instrumentos facilitadores da relação pedagógica. Assim, destacam-se recursos tecnológicos diversos, tais como, a utilização da plataforma Moodle e a implantação do Diário Eletrônico, nos sistema acadêmico SIGA, para

uso dos docentes, além das metodologias ativas propostas pelo Programa de Formação Docente de responsabilidade da PROGRAD.

A Plataforma Moodle proporciona um ambiente colaborativo de aprendizagem, que oferece diversos recursos, tais como fóruns de discussão, chats, questionários e glossários, que são disponibilizados no ambiente virtual a critério do professor e de acordo com as necessidades das disciplinas.

O GIZ – Rede de Desenvolvimento de Práticas de Ensino Superior, vinculado a Pró-Reitoria de Graduação, tem oferecido continuamente cursos de formação docente, os PerCursos Formativos de Docentes do Ensino Superior, destinado a professores da UFMG. O curso foi idealizado em função das novas demandas do ensino universitário na UFMG diante da expansão de vagas, da reestruturação curricular e da apropriação e desenvolvimento de metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem. Destaca-se, ainda, a ferramenta Plano de Estudo, módulo implantado com o Novo Sistema Acadêmico da UFMG no segundo semestre de 2013, que leva o conceito de flexibilização curricular a um novo patamar, já que oferece ao estudante mais liberdade para planejar seu trajeto durante o curso.

Em 1996 foi criado o Centro de Tecnologia Educacional em Saúde da Faculdade de Medicina da UFMG (CETES) com o objetivo de dar suporte ao ensino e desenvolver novas tecnologias utilizáveis na educação e na prática médica. Fazem parte de sua estrutura o Laboratório de Simulação, o Núcleo de Telessaúde e o Núcleo de Informática em Saúde. O CETES participa de projeto envolvendo ações de Telessaúde e de produção de conteúdos didáticos em formato digital que utiliza recursos de modelagem em 3D, vídeos e estereoscopia.

Merece ser citado também o Centro de Apoio a Educação a Distância (Caed/UFMG), criado em 2003, que desenvolve apoio e incentivo na elaboração de material didático para cursos a distância e semi-presenciais; divulgação da Educação a Distância (EaD) junto à comunidade acadêmica da UFMG; implantação de plataforma de educação a distância para auxiliar a oferta dos cursos; elaboração de projetos para financiar a oferta de cursos e a implantação de polos regionais de EaD; criação de material didático; fortalecimento do uso da webconferência nos cursos, por meio de treinamento das equipes dos cursos e de apoio técnico para sua realização; oferta de curso de capacitação de tutores; desenvolvimento de pesquisas sobre EaD na UFMG e incentivo e apoio na realização de eventos científicos que utilizem as ferramentas da EaD.

5.14. * **Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.**

A UFMG possui um total de 573 laboratórios de ensino e pesquisa distribuídos em suas 20 unidades, além do complexo do Hospital das Clínicas, da Fazenda de Igarapé, Hospital Veterinário, Clínica Odontológica, o Teatro Universitário, o Centro Pedagógico, o Colégio Técnico, o Jardim Ciências, Centro Esportivo, Conservatório, Observatório e a Rede de Museus.

5.15. * **Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.**

A UFMG possui um total de 573 laboratórios de ensino e pesquisa distribuídos em suas 20 unidades, além do complexo do Hospital das Clínicas, da Fazenda de Igarapé, Hospital Veterinário, Clínica Odontológica, o Teatro Universitário, o Centro Pedagógico, o Colégio Técnico, o Jardim Ciências, Centro Esportivo, Conservatório, Observatório e a Rede de Museus.

5.16. * **Espaços de convivência e de alimentação.**

A praça de serviços da UFMG ocupa uma área de 5.480 metros quadrados. A Praça de Serviços é um espaço localizado na principal via de acesso do Campus Pampulha – a avenida Mendes Pimentel – e reúne lojas que destinam-se ao comércio e à prestação de serviços à comunidade universitária, como bancos, correios, reprografia, papelaria, farmácia, livraria, plano de saúde, cooperativas, e escritórios de entidades representativas dos segmentos universitários. A utilização deste espaço segue normas, contidas no Regimento da Praça de Serviços, que prevê os direitos e deveres do concessionário.

Lojas da Praça

Na Praça de Serviço funcionam as seguintes lojas:

Banco do Brasil: Funciona no horário bancário e possui sala de auto-atendimento das 8h às 17h. Telefone: 3439-7997.

Banco Santander: Funciona no horário bancário e possui sala de auto-atendimento das 8h às 17h. Telefones: 3439-6650.

Caixa de Assistência à Saúde da Universidade (Casu): Presta assistência médico-hospitalar aos seus associados e dependentes. Funciona no horário de 8h às 17h de segunda a sexta. Telefone: 3499-7200.

Call Center: Funciona 24h de segunda a segunda-feira, inclusive feriados e fins de semana.

Caixa Econômica Federal: Funciona no horário bancário e possui sala de auto-atendimento das 7h às 17h. Telefone: 3490-1100.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Nossacoop): Funciona no segundo piso da Praça. Funciona de 10h às 16h. Telefone: 3492-8616.

Cooperativa Médica (Coopmed): Oferece serviços de papelaria, livraria, acessórios médicos e artigos para presente. Funciona de 8h às 18:30h. Telefone: 3491-8019 / 3409-6479.

Diretório Central dos Estudantes (DCE): Funciona no horário de 09h às 21h. Telefone: 3213-4758/3213-0920/3409-4559.

Drogaria Assufemg: Funciona no horário de 8h às 18h. Telefone: 3443-3760/3439-8110.

Heliotecminas: Fotocópias, impressão de documentos e encadernação. Funciona de 7h30 às 20h. Telefone: 3409-4508.

Livraria UFMG: Comercializa livros publicados pela Editora UFMG e por outras editoras universitárias do país. Funciona de 9h às 18h. Telefones: 3409-4642 / 3409-4561.

Loja da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep): Realiza inscrições para cursos e concursos oferecidos na UFMG com a interveniência da Fundep. Funciona de 8h às 18h. Telefone: (31) 3409-4220.

Organização dos Aposentados e Pensionistas (OAP): Funciona de 9h às 17h no segundo piso da Praça. Telefone: 3409-4505.

Restaurantes Praça de Serviços:

Térreo: Oferece refeições self-service, de segunda a sexta-feira. Funciona no horário de 11h00h às 14:30h. Telefone: 3495-9660.

Mezzanino: Oferece refeições self-service, de segunda a sexta-feira. Funciona no segundo piso da Praça, no horário de 11:30h às 14:30h. Telefone: 3495-9660.

Lanchonete: Comercializa salgados, sanduíches, e lanches rápidos, de segunda a sexta-feira. Funciona de 7:30h às 19h.

Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Médio (SINDIFES): Telefones: 3441-0868 / 3441-5701.

No campus Pampulha dispõe de 2 restaurantes universitários. Há mais um restaurante universitário no Campus Saúde. Diversas cantinas e restaurantes terceirizados estão espalhados pelas unidades acadêmicas proporcionando fácil acesso e conforto à comunidade acadêmica. Está em estudo a presença de "food trucks" no campus.

6. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

6.1. * **Alvará de funcionamento.**

O Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, no uso de suas atribuições, e com base na Lei Municipal 4.253, de 04 de Dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto 5.893, de 16 de Março de 1988, Lei Municipal 7.277, de 17 de Janeiro de 1997 e Deliberações Normativas nº 42/02 e nº 63/08 concedeu Licença de Operação, modalidade 'adequação' à Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, CNPJ 17.217.985/0001-04, com validade até 22 de dezembro de 2021, para o empreendimento Campus Pampulha, que compreende um complexo de unidades e edificações que ocupa área de cerca 2.800.000m² (dois milhões e oitocentos mil metros quadrados), localizado na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 6627, bairro Pampulha, Regional Pampulha, conforme Processo Administrativo nº 01-166.557/16-02 e deliberação em reunião ordinária do dia 21/12/2016. Esta licença está vinculada ao cumprimento integral das condicionantes e notas do Anexo I, foi expedida em 22 de dezembro de 2016 e assinada por Vasco de Oliveira Araujo, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

As condicionantes a que se referem o Anexo I são:

1. Elaborar e formalizar Termo de Compromisso que a UFMG celebra junto ao Município de Belo Horizonte, por meio da SMMA, determinando a elaboração do Plano Diretor Ambiental e do Protocolo de Sustentabilidade do Campus Pampulha, devendo o produto ser incorporado ao Plano Diretor do Campus Pampulha e ao PDI da UFMG para que oriente as diretrizes de planejamento e desenvolvimento da unidade (Ver nota 1). O prazo para esta condicionante é antes da aprovação da LI.
2. Atender aos diversos pareceres emitidos para a LOA, vinculado ao atendimento das respectivas condicionantes. O prazo para esta condicionante está nos referidos pareceres.
3. Criar uma comissão de gestão do licenciamento da UFMG, composta por docentes de notório saber e especialistas nas principais áreas de conhecimento ambiental, visando a condução do processo de licenciamento ambiental, notadamente em relação ao cumprimento de condicionantes LOA e encaminhamento do processo de LI, bem como incluindo representantes da PBH (SMMA, SMARU, DIPC, BHTrans e outros). O prazo para esta condicionante é de 180 dias.
4. Emissões de ruídos e vibrações: Desenvolvimento de projeto de paisagismo, arborização e cortina arbórea, no qual deverão ser verificadas espécies capazes de promover barreira. Tais espécies deverão ser escolhidas de forma criteriosa e devem ser necessariamente nativas dos biomas onde o empreendimento está inserido, Cerrado e Mata Atlântica. O prazo para esta condicionante é de 360 dias.
5. Emissões de ruídos e vibrações: implantar o plano de monitoramento que indica avaliações anuais composta de medições em seis pontos. O prazo para esta condicionante é cumprido com a confecção de relatórios anuais.
6. Elaborar e implantar plano de substituição dos equipamentos de refrigeração, no fim de sua vida útil, por outros que utilizam fluidos refrigerantes alternativos disponíveis no mercado com menor poder impactante sobre a camada de ozônio. O prazo para esta condicionante é cumprido com a confecção de relatórios anuais.
7. Elaborar os estudos para redução da poluição por 5 temas (Cocção de alimentos em fogões a gás nas cantinas e restaurantes do Campus, operação de caldeiras à óleo combustível BPF no restaurante setorial II, Operação de geradores de energia elétrica emergenciais nas unidades acadêmicas e administrativas, operação de capelas químicas, coifas e outras fontes em laboratórios com manipulação de substâncias químicas e operação das máquinas de impressão offset da Imprensa Universitária) e em seguida implantar as ações. O prazo para esta condicionante é de 360 dias.
8. Em relação às emissões dos laboratórios, realizar avaliação complementar utilizando a Curva ABC, bem como avaliação da qualidade do ar do Campus, antes da implementação das melhorias, para posterior verificação da efetividade das medidas adotadas. O prazo para esta condicionante é de 360 dias.
9. Drenagem: participar as ações de planejamento, modelagem e projeto. Elaborar Plano de Contingência contra Alagamento e Inundações a ser aprovado junto ao COMDEC – Coordenadoria Municipal de Defesa

Civil. O prazo para esta condicionante é de 180 dias.

10. Apresentar os estudos e documentos solicitados no parecer técnico nº 151 da SUDECAP. O prazo para esta condicionante é de 365 dias.

11. Apresentar a proposta e o cronograma de implantação proposto para o Centro de Apoio à Fauna e Atendimento Veterinário. O prazo para esta condicionante é de 365 dias.

12. Elaborar inventário atualizado qualitativo e quantitativo do plantel de animais no campus da UFMG. O prazo para esta condicionante é de 365 dias.

Notas:

1. O empreendedor deverá reunir previamente com a SMMA para a definição conjunta do termo de referência que orientará o desenvolvimento do plano e do protocolo. O protocolo de sustentabilidade deverá incluir, no mínimo, diretrizes, orientações e compromissos relacionados com os seguintes eixos temáticos: Ocupação e Desenho Urbano; Qualidade e Conforto Ambiental;

Ecosistema, Biodiversidade e Mudanças Climáticas; Mobilidade e Acessibilidade; Gestão de Energia; Gestão da Água; Materiais e Recursos; Gestão de Resíduos; Informação, Comunicação e Tecnologia.

2. No prazo de 120 dias a equipe técnica da SMMA irá avaliar o presente quadro de condicionantes e, caso necessário proporá alterações a serem avaliadas pelo COMAM.

3. Para a renovação da Licença de Operação (LO) o empreendedor deverá protocolizar junto à Central de atendimento do BH Resolve, o Formulário de Caracterização do Empreendimento – FCEI, visando obter a Orientação para o Licenciamento Ambiental – OLEI.

Informamos que o licenciamento ambiental do Campus Pampulha da UFMG só foi concedido em dezembro de 2016 pela Prefeitura de Belo Horizonte, conforme informado acima. A solicitação do alvará do campus Pampulha só é possível depois de concedida esta licença. Por isso o processo de solicitação do alvará ainda encontra-se em andamento.

6.2. * **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).**

A UFMG está conduzindo um amplo projeto de Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico que compreende as seguintes etapas:

1. Levantamento;
2. Elaboração de Projeto Legal;
3. Elaboração de Projeto Executivo;
4. Manutenção;
5. Constituição de Brigadas de Incêndio; e
6. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Cada uma das 131 edificações encontra-se em fases diferentes das mencionadas acima. A Pró Reitoria de Administração estima que, para a regularização de toda esta situação, será necessário um investimento de R\$33.490.575,00. O prazo depende desta capacidade de investimentos em infraestrutura física e em recursos humanos.

6.3. * **Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme disposto na Portaria Nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.**

O Sistema de Arquivos da UFMG é o conjunto de órgãos arquivísticos que se relacionam entre si com vistas a promover a gestão continuada dos documentos de arquivo. Tem por objetivo assegurar a conservação, a proteção, e o acesso aos documentos para defesa de direitos ou como elementos de prova, informação ou fonte para a pesquisa científica, conforme determina a Lei Federal Nº 8.159/91 e a Portaria

MEC Nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.

A Universidade Federal de Minas Gerais dispõe de sistemas de informação que desempenham funções específicas de suporte à gestão acadêmica e administrativa. Este aspecto é de grande relevância para a gestão documental, pois estes sistemas produzem e devem conservar informações vitais que documentam a dinâmica institucional e, ao mesmo tempo, modificam os processos tradicionais de produção, uso, arranjo e acesso à informação. Um Sistema Arquivos proposto para a UFMG deve buscar integrar, de modo adequado, esta dinâmica e garantir a preservação, a seleção/eliminação racional (com base em critérios arquivísticos) e o acesso à informação produzida por estes meios mediante uma gestão documental institucionalizada e integrada. O Sistema de Arquivos da UFMG deve ser composto por:

a) **Arquivo Central** - Vinculado a Reitoria deve ser o órgão central do Sistema, responsável pela operacionalização das políticas de arquivo, pela normalização dos procedimentos técnicos aplicados aos arquivos setoriais da instituição e pela custódia dos documentos em fase intermediária e permanente. O projeto arquitetônico do Arquivo Central da UFMG encontra-se na Administração Central, em fase de avaliação. A DIARQ aguarda a definição de uma sede física que possa abrigar o Arquivo Central, tendo em vista que a atual sede administrativa é provisória, em uma sala do prédio da Biblioteca Central.

b) **Arquivos Setoriais das Unidades Acadêmicas e Administrativas** - Vinculados ao Arquivo Central, são os responsáveis pela operacionalização das políticas de arquivo e por custodiar os arquivos correntes nas Unidades.

c) **Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD Central)** - Composta permanentemente por funcionários do Arquivo Central e alternadamente por gestores e corpo docente. A CPAD Central é responsável por acompanhar as atividades de avaliação de documentos e exercer outras atribuições definidas em Lei.

d) **Comissões Setoriais de Avaliação Documental (CPAD's Setoriais)** - Compostas por funcionários das unidades, deve ser responsáveis por acompanhar as atividades de avaliação de documentos das Unidades Acadêmicas e Administrativas.

<https://www.ufmg.br/diarq/modules/wfchannel/index.php?pagenum=9>

6.4. * **Condições de ACESSIBILIDADE FÍSICA para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.**

O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAI-UFMG) tem como responsabilidade a proposição, organização e coordenação de ações para assegurar a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica e profissional, eliminando ou reduzindo barreiras pedagógicas, arquitetônicas e barreiras à comunicação e ao acesso à informação, impulsionando o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. As atividades desenvolvidas desde então tiveram como base o relatório apresentado pela Comissão Especial e foram direcionadas para a implementação das ações e diretrizes nele definidas, bem como para a estruturação do NAI. As ações do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG tem caráter multidimensional, considerando sua missão institucional, a abrangência da sua atuação e o universo populacional com o qual está envolvido (discentes, docentes e técnicos com deficiência visual, auditiva, motora e outras). Nesta direção, buscou-se o estabelecimento de estrutura organizacional e método de trabalho que refletissem seu caráter multidimensional. Atualmente a equipe do NAI é composta por dois professores coordenadores (Terapia Ocupacional e Engenharia Mecânica), 5 Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, 3 técnicos administrativos em educação e 15 bolsistas de graduação de diferentes áreas do conhecimento. Essa equipe trabalha em parceria com diversos órgãos, setores e projetos da instituição, formando uma rede de colaboração para o desenvolvimento das ações sobre a temática. Entre eles podemos destacar o Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE -FAE), PARAMEC (Engenharia), Núcleo de Libras (FALE), Fundação Mendes Pimentel (FUMP), Pró-reitoria de Administração (PRA), Pró-reitoria de Recursos Humanos (PRO-RH), Pró-reitorias de Graduação, Pós Graduação e Extensão (PROGRAD, PRPG, PROEX), Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Todo o trabalho deste núcleo tem sido realizado com base nos seguintes princípios:

- Conhecimento da população de alunos de graduação e pós-graduação, técnicos e docentes com deficiência na Universidade;
- Acompanhamento *in loco* dessas pessoas para análise das condições de ensino e/ou trabalho nas diferentes unidades ou órgãos e contextos e definição das estratégias de intervenção pertinentes;
- Diálogo com outras instituições universitárias para o aprimoramento das ações e a difusão de boas práticas relativas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência;
- Parceria com todas as instâncias da universidade que trabalhem direta ou indiretamente com a temática da pessoa com deficiência, visando suprir lacunas que possam vir a existir na execução dos trabalhos, além de contribuir para uma ação interdisciplinar e transdisciplinar, oportunizando o crescimento da instituição com relação à temática da inclusão;
- Estímulo à formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;
- Envolvimento com as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Incentivo à construção do conhecimento sobre a temática.

É importante ressaltar que a deficiência faz parte da condição humana e resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária. Desta forma, o papel do NAI envolve, em sua essência, identificar barreiras e facilitadores; implementar ações que promovam o acesso, a permanência, a participação e pertencimento; mudar espaços, tempos, relações, procedimentos e processos no cotidiano da universidade. A concepção e implantação dos atuais projetos arquitetônicos e urbanísticos da instituição atendem aos princípios do desenho universal e às normas técnicas de acessibilidade da ABNT. A UFMG está completando 90 anos, assim boa parte dos prédios foram construídos em momento anterior a estes regulamentos e necessitam de adequações. Nestes casos, a reforma ou ampliação desses espaços são executadas de modo que se tornem acessíveis à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. O transporte coletivo da instituição é acessível. Aguarda-se doação de veículo adaptado que auxiliará no deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida nos seus espaços. Áreas de estacionamento têm vagas reservadas para as pessoas com deficiência, sinalizadas. O NAI disponibilizou carteiras adaptadas para as unidades da UFMG. Foi desenvolvido um dispositivo facilitador de alcance para acionamento de botão do elevador nas dependências do prédio da FAFICH e o sistema de rádio com Rfidchip que tem a finalidade de localização dos pontos de ônibus da UFMG, em fase de teste, desenvolvidos por alunos do PARAMEC em parceria com alunos da disciplina de Tecnologia Assistiva e NAI.

6.5. * **Condições de ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.**

A UFMG possui um plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, conforme Decreto n° 5.773/2006 e Decreto n° 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Essa é uma ação prioritária, objeto de preocupação constante dos gestores da UFMG, como pode ser verificado pelo texto elaborado pela coordenação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI/UFMG, instituído em 2014.

O Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV)-NAI apresenta os dispositivos, sistemas e meios de comunicação para o auxílio de deficientes visuais, em atendimento ao disposto no Decreto n° 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Conta com cabines acústicas, softwares específicos, aparelhos e recursos

tecnológicos adequados à necessidade desta população. Atua na produção de material didático adaptado para os diversos cursos por meio da digitalização, da transcrição para o braile, de gravações em áudio, da impressão de textos ampliados. Oferece suporte acadêmico para alunos cegos e com visão subnormal, com assessoria ao docente. Novo site que contempla a acessibilidade foi desenvolvido e está em fase de teste. A rádio e TV UFMG tem pautado sua atuação na comunicação acessível, oferecendo tradução para a LIBRAS, áudio descrição. As bibliotecas receberão equipamentos de informática com os recursos de acessibilidade necessários às pessoas com deficiência visual.

A inclusão na UFMG dá-se sob o manto de uma política institucional, que se processa sob a coordenação do NAI-UFMG, que tem como responsabilidade a proposição, organização e coordenação de ações para assegurar a inclusão, eliminando ou reduzindo barreiras pedagógicas, arquitetônicas, à comunicação e ao acesso à informação. Para não se restringir a respostas ocasionais a demandas específicas, a UFMG adota, durante a realização do registro acadêmico dos ingressantes na graduação, a aplicação de questionários aos estudantes, de modo que se possa alimentar o Censo anual da população deficiente. Nesse movimento é possível não só contabilizar parte do volume da demanda, como também identificar as necessidades manifestas, possibilitando então a coordenação de ações nesse campo. Mais especificamente em relação à acessibilidade pedagógica, a UFMG conta com o Giz, que constitui uma Rede de Desenvolvimento de Práticas de Ensino Superior, cuja missão é desenvolver, de forma inovadora, colaborativa e contextualizada, uma rede de práticas educativas, flexíveis e personalizadas de diferentes áreas do conhecimento, promovendo a formação de sujeitos autônomos. Para tanto, o GIZ promove oficinas, cursos e encontros temáticos sobre temas contemporâneos, ao mesmo tempo em que atende o corpo docente da Universidade, sob demanda, inclusive quando inspirada em situações de atendimento a necessidades especiais.

Em 2015, a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, NAI, incorporou o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV) e a equipe de Tradutores e Intérpretes da Língua de Brasileira de Sinais (TILSP). O NAI-UFMG tem como responsabilidade a proposição, organização e coordenação de ações para assegurar a inclusão, eliminando ou reduzindo barreiras pedagógicas, arquitetônicas, à comunicação e ao acesso à informação. Composto por dois professores coordenadores, 5 Tradutores e Intérpretes de LIBRAS, 3 técnicos em educação e 15 bolsistas de graduação. Trabalha em parceria com diversos setores e projetos da instituição, formando uma rede de colaboração - Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE -FAE), PARAMEC (Engenharia), Núcleo de Libras (FALE), Fundação Mendes Pimentel (FUMP), Pró-reitorias.

Ações do NAI: acessibilidade atitudinal e programática; atendimento prioritário; eventos institucionais acessíveis; desenvolvimento de projetos voltados para a acessibilidade e inclusão; aperfeiçoamento do processo de seleção de servidores com deficiência; acessibilidade instrumental, metodológica e pedagógica; confecção e disponibilização de dispositivos de tecnologia assistiva; plano de desenvolvimento acadêmico individualizado a partir do diálogo com colegiados e acessibilidade digital e das comunicações e serviço de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS.

O trabalho tem sido realizado com base nos princípios: conhecimento da população com deficiência; acompanhamento in loco dessas pessoas; diálogo com outras instituições; parceria com todas as instâncias da universidade contribuindo para uma ação interdisciplinar; estímulo à formação de profissionais para a educação inclusiva; incentivo à construção do conhecimento sobre a temática. Atualmente, a UFMG tem 444 alunos com deficiência, 371 (83,5%) de graduação e 73 (16,5%) de pós (19,14 % deficiência auditiva, 21,4% deficiência física, 18,24% intelectual, 4,05% deficiência múltipla e 37,16% deficiência visual). O NAI tem parceria com alunos das disciplinas de Tecnologia Assistiva e Processos criativos e empreendedorismo.

6.6. * **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.**

Desde 2015, a Universidade Federal de Minas Gerais conta com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), responsável pela proposição, coordenação e execução de ações que buscam assegurar a inclusão de

pessoas com deficiência à vida acadêmica e profissional. Para tanto, as ações desenvolvidas procuram eliminar eventuais barreiras que possam limitar ou impedir o acesso, permanência e participação da pessoa com deficiência no âmbito da instituição. Busca-se assim oferecer condição de alcance e utilização com segurança e autonomia de seus espaços, mobiliários, edificações, transportes, informação e comunicação, impulsionando o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

O NAI faz o acompanhamento sistemático do número de alunos com deficiência matriculados na UFMG. Esse dado é captado a partir de questionário (Censo) disponível para o aluno de graduação e pós-graduação no sistema de matrícula. No momento de seu registro acadêmico (calouro) ou da sua matrícula semestral (veterano), o aluno é convidado a preencher o questionário identificando se tem alguma deficiência, qual, se faz uso de algum dispositivo de auxílio, necessidades específicas, dentre outros dados. Essas informações possibilitam ao NAI contato direto com os respondentes para orientação sobre os serviços oferecidos pelo núcleo e, quando necessário, início de acompanhamento específico.

Em 2016, a UFMG chegou a contar com 409 (quatrocentos e nove) alunos de graduação que declararam possuir algum tipo de deficiência, o que corresponde a 1,25% do total de alunos matriculados nos cursos de graduação. Do total de alunos com deficiência, 39 (9,5%) concluíram o curso e 70 (17,1%) foram excluídos ou abandonaram seus cursos, permanecendo vinculados (matriculados, trancados ou em intercâmbio) ao final de 2016, 300 (trezentos) alunos. Com relação à Pós-Graduação stricto sensu, 89 (oitenta e nove) alunos declararam ter algum tipo de deficiência. Desse total, registra-se que 24,71% concluíram o curso, 5,6% foram excluídos e 69,7% continuam vinculados. Dentre os tipos de deficiência, a visual é a mais recorrente (41,9%), seguida da física (29%), auditiva (19,3%), intelectual (6,4%) e múltipla (3,4%).

Além do acompanhamento aos alunos de graduação e pós-graduação, o NAI também oferece suporte e orientação para o Centro Pedagógico (CP) no atendimento dos alunos do ensino básico e fundamental com alguma deficiência. Cabe registrar que, a partir de 2016, o CP oferece 5% de vagas reservadas para crianças com deficiência nos seus editais de seleção. Em 2016, ingressaram no Centro Pedagógico três (3) alunos com deficiência, sendo 2 (dois) com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e um com baixa visão. Estes alunos e suas respectivas famílias, foram recebidos pelo NAI no momento do registro acadêmico para acolhimento, conhecimento inicial das necessidades e capacidades do ingressante e definição de diretrizes gerais para suporte das atividades acadêmicas. Estas questões são discutidas com o NAIPE (Núcleo de Atendimento e Integração Pedagógica) do próprio CP que será responsável pelo acompanhamento mais direto destes alunos no decorrer do ano, de acordo com as diretrizes definidas anteriormente. Além dos alunos ingressantes em 2016, o NAI deu continuidade ao acompanhamento iniciado em 2015 de uma aluna surda.

Do total de alunos com deficiência matriculados na UFMG, no ano de 2016, o NAI fez o acompanhamento de 39 alunos, sendo 32 (82%) de graduação, quatro (10,2%) do ensino básico e fundamental e três (7,8%) de pós-graduação (dois na PG stricto sensu e 1 PG lato sensu). É importante esclarecer que cada aluno acompanhado pelo NAI apresenta demandas distintas em função da sua condição, curso, unidade acadêmica ou de trabalho, entre outros aspectos, exigindo uma ampla gama de intervenções e suportes (compra de equipamentos de tecnologia assistiva, obras físicas, mobiliário adaptado, plano de ensino diferenciado, métodos de avaliação distintos, orientações pedagógicas específicas, entre outros). Registra-se ainda que este acompanhamento pressupõe não só o contato recorrente com o colegiado dos cursos, professores, chefia, setores de trabalho, como a parceria efetiva para o sucesso do trabalho.

Em 2016 houve um aumento da procura do NAI pelos alunos com TEA, deficiência intelectual, dislexia, TDAH, condições de saúde diversas que implicaram em dificuldades de acompanhamento das demandas do curso. Para esse público na maioria das vezes, as barreiras para permanência e participação das atividades estão relacionadas à questão de organização de rotina, concentração e atenção, relacionamento interpessoal, desatenção, entre outros aspectos, comportamento, que exigem um tipo de suporte voltado para a adaptação/flexibilização dos aspectos pedagógicos/metodológicos. Assim, o NAI ofereceu suporte individualizado para alguns alunos com definição plano de ensino individualizado, oferta de monitoria especial, orientação quanto a rotina de estudo, entre outros suportes.

Essas ações demandam diálogo e parceria efetiva e constante com aluno, professor, colegiado para ajustes

constantes e em tempo real da proposta de suporte, de maneira a potencializar as capacidades de cada um favorecendo sua aprovação, evitando frustração, abandono e favorecendo sua permanência na instituição

6.7. * Plano de Cargos e Carreira Docente.

O Plano de Carreira dos Professores de Magistério Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está estabelecido nas Leis nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, e nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e das Portarias nº 554, de 20 de junho de 2013, e nº 982, de 3 de outubro de 2013, do Ministro da Educação. Internamente, o plano de carreira foi normatizado pela Resolução Complementar nº 4 de 09 de setembro de 2014. Art. 1º A Carreira de Magistério Superior é composta por 5 (cinco) Classes: I – Classe A, II – Classe B, III – Classe C, com a denominação de Professor Adjunto; IV – Classe D, com a denominação de Professor Associado; V – Classe E, com a denominação de Professor Titular. As Classes A e B compreendem dois níveis. As Classes C e D compreendem quatro níveis. A Classe E conta com apenas um nível. O desenvolvimento dos docentes nas Carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se dará por progressão funcional e por promoção. Progressão funcional é a passagem do docente para o nível imediatamente superior dentro de uma mesma classe. Promoção é a passagem do docente de uma classe para a subsequente. A progressão funcional tem como requisitos: o cumprimento do interstício de 24 meses e a aprovação em avaliação de desempenho. A promoção na Carreira de Magistério Superior tem como requisito o cumprimento do interstício de 24 meses no último nível da Classe e processo de avaliação de desempenho. Para a Classe D, com denominação de Professor Associado, o docente deverá também possuir o título de doutor; para a Classe E, com denominação de Professor Titular, o docente deverá também ser aprovado na defesa de memorial ou de tese acadêmica inédita.

6.8. * Plano de Cargos e Carreira dos técnicos administrativos.

O processo de seleção de servidores técnico-administrativos em educação (TAE) está estabelecido na Lei nº 11091, de 2005. São selecionados por meio de concurso público de provas e o ingresso, nos cargos do Plano de Carreira, faz-se no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação, observadas a escolaridade e experiência estabelecidas em lei. O edital definirá as características de cada fase do concurso público, os requisitos de escolaridade, a formação especializada e a experiência profissional, os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas. No Edital são estabelecidas as vagas de ampla concorrência e as vagas para deficientes e para negros, de acordo com as legislações específicas. Os concursos são realizados pelo Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da PRÓRH, em parceria com a Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE). A UFMG tem um quadro de referência, fixo, com 4.4003 cargos TAE. Os cargos existentes na UFMG e a situação, se vagos ou ocupados, está acessível no site da PRORH, link DADOS. As classes A e B dos TAE foram extintas e, até a vacância, os cargos ocupados são considerados quadro em extinção. A classe C também possui cargos nessa condição; contudo, a maioria dos cargos da Classe C pode ser preenchida por meio de concurso público. Os cargos da classe C exigem dos ocupantes a escolaridade mínima de ensino fundamental; para os cargos da classe D a exigência é de ensino médio, ensino médio profissionalizante ou curso técnico; para os cargos da classe E a exigência é de nível superior. A contratação é feita por meio de um processo administrativo e realizada após a homologação do concurso. Os acompanhamentos funcionais surgem como demanda para adequação do servidor às necessidades institucionais e como forma de auxílio às questões pessoais que impactam na vida funcional dos trabalhadores, entre outras.

6.9. * Titulação do Corpo Docente

Universidades e Centros Universitários:

Percentual mínimo (33%) de docentes com pós-graduação *stricto sensu*, conforme disposto no Art. 52 da

Lei N° 9.394/96 e nas Resoluções N° 1/2010 e N° 3/2010.

Faculdades:

No mínimo docentes com formação em pós-graduação *lato sensu*, conforme disposto na Lei N° 9.394/96.

Segundo registros SIAPE de 20 de maio de 2016, a UFMG conta com: Magistério superior (MS), total de 3.163 docentes: 2.723 docentes com título de doutor, o que corresponde a 86% do total; 214 docentes com título de mestre, o que corresponde a 7% do total. Ou seja, a UFMG conta com 93% dos docentes do MS com título de mestre ou doutor, cumprindo o disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e nas Resoluções N° 1/2010 e N° 3/2010.

A legislação observada pela UFMG para o ingresso/contratação de servidor docente é a Lei 12.772/2012 que, no capítulo II, seção I, trata do ingresso nas carreiras e cargos de Magistério Superior (MS), Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (MEBTT) e Professor Titular-Livre (PTL). Para o Magistério Superior, está estabelecido em seu Art. 8° que o ingresso: (...) ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. § 1o O concurso público de que trata o caput tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso. § 3° A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior. Conforme estabelecido na legislação, a UFMG prioriza o título de doutor, dispensando esta exigência quando se trata de provimento para área de conhecimento com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.

6.10. * **Regime de Trabalho do Corpo Docente**

Universidades:

Percentual mínimo (1/3) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e na Resolução n° 3/2010.

Centros Universitários:

Percentual mínimo (20%) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto na Resolução N° 1/2010.

No último Censo da Educação Superior (2015), com informações coletadas junto à Pro-Reitoria de recursos Humanos da UFMG, do total de 3114 docentes em exercício na UFMG, 2817 em regime de trabalho de tempo integral (90,4% em regime de 40 horas ou dedicação exclusiva) e 297 em regime de trabalho parcial (9,6% em regime de 20 horas), atendendo plenamente ao disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e na Resolução n° 3/2010.

6.11. * **Forma Legal de Contratação dos Professores.**

A legislação observada pela UFMG para o ingresso/contratação de servidor docente é a Lei 12.772/2012 que, no capítulo II, seção I, trata do ingresso nas carreiras e cargos de Magistério Superior (MS), Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (MEBTT) e Professor Titular-Livre (PTL). Para o Magistério Superior, está estabelecido em seu Art. 8° que o ingresso: (...) ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. § 1o O concurso público de que trata o caput tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso. § 3° A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior. Conforme estabelecido na legislação, a UFMG prioriza o título de doutor, dispensando esta exigência quando se trata de provimento para área de conhecimento com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) aplica uma *Matriz de Distribuição Docente* que leva em consideração alguns indicadores que constam no Relatório Anual dos Docentes, que por sua vez compõem o Relatório Anual de cada Departamento. São alguns dos indicadores: carga horária didática média semanal, produção científica, publicação, projetos de extensão, projetos de ensino, orientação de alunos de graduação e pós-graduação etc. Distribuídas as vagas pelos Departamentos Acadêmicos, a seleção segue a legislação sobre Concurso Público e a **Resolução Complementar nº 2**, de 2013, do Conselho Universitário da UFMG. São os seguintes os itens de julgamento, nos Concursos: a) prova de títulos; b) duas outras provas, escolhidas entre Prova Escrita, Prova Didática, Apresentação de Seminário, Arguição de Memorial ou Prova Prática, a critério da Câmara Departamental. A Câmara Departamental poderá incluir, entre os itens de julgamento, a análise e a avaliação de Portfólio apresentado pelo candidato no ato da inscrição. Por determinação judicial, a partir de novembro de 2015, o detalhamento dos quesitos e critérios de análise (Barema), assim como sua pontuação, são definidos pelas Câmaras Departamentais, para cada concursos, e constam dos editais. A Prova Escrita terá questões propostas pela Comissão Examinadora, com base no programa do Concurso, e será realizada simultaneamente por todos os candidatos. Na Resolução nº 2, de 2013, encontra-se a descrição de cada procedimento estabelecido para o processo de seleção. A contratação é feita por meio de um processo administrativo e realizada após a homologação do concurso.

6.12. * **Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no Art. 11 da Lei Nº 10.861/2004.**

A RESOLUÇÃO Nº 15/2014, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014 regulamenta o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei no 10861, de 14 de abril de 2004, e no § 2o do art. 7o da Portaria do Ministério da Educação no 2051, de 9 de julho de 2004, resolve:

Art. 1o Constituir a Comissão Própria de Avaliação da UFMG (CPA-UFMG).

Art. 2o A CPA-UFMG será constituída por 16 (dezesseis) membros titulares e 14 membros suplentes indicados pelo CEPE. A composição dos membros titulares será: 8 (oito) servidores docentes, 5 (cinco) servidores técnico-administrativos em educação, 2 (dois) discentes e 1 (um) membro não pertencente aos quadros da UFMG. A composição dos membros suplentes será: 6 (seis) servidores docentes, 5 (cinco) servidores técnico-administrativos em educação, 2 (dois) discentes e 1 (um) membro não pertencente aos quadros da UFMG.

Parágrafo único. Será de 3 (três) anos o mandato dos membros docentes, dos técnico-administrativos em educação e do membro não pertencente aos quadros da UFMG, e de 1 (um) ano, o do membro discente, sendo permitida a todos a recondução.

Art. 3o A Comissão terá as seguintes atribuições:

I – sistematizar as informações sobre a Universidade e seus cursos, visando à implementação dos processos avaliativos definidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);

II – examinar os resultados dos processos internos de avaliação institucional, vinculados ao SINAES, e emitir parecer a respeito dessa matéria para conhecimento da comunidade universitária e da sociedade;

III – solicitar à Diretoria de Avaliação Institucional da UFMG a realização de estudos com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre os aspectos da Educação Superior que interferem nos processos acadêmicos e na qualidade dos cursos oferecidos pela Instituição;

IV – submeter aos colegiados superiores da UFMG os projetos de autoavaliação institucional e o relatório final.

Art. 4o A CPA-UFMG estará vinculada ao Gabinete do Reitor.

Parágrafo único. A CPA-UFMG contará com o apoio administrativo e os recursos financeiros necessários à sua atuação.

Art. 5o A resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrárias, em especial a Resolução nº 05/2006, de 7 de dezembro de 2006.

6.13. * **Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria Nº 1.132, de 2 de dezembro de 2009.**

NSA

6.14. * **Normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários, conforme disposto na Resolução CNE/CES Nº 1/2010.**

NSA – UFMG é uma Universidade

Resolução CNE/CES Nº 1/2010 - Dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários.

6.15. * **Normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Universidades, conforme disposto na Resolução CNE/CES Nº 3/2010.**

A UFMG está atendendo às normas e procedimentos para o recredenciamento conforme CNE/CES 3 / 2010.

6.16. * **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.**

A inclusão de conteúdos referentes à Educação das Relações *Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena* dá-se, na UFMG, sob a forma de oferta de disciplinas obrigatórias e optativas, bem como de blocos de conteúdos, que constituem as chamadas Formações Transversais (FT). Tais formações se materializam na oferta de disciplinas tematicamente articuladas, que totalizam 360 horas-aula, resultando em uma competência específica.

Em referência à temática das *Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena*, oportuno se faz lembrar que, na esteira dos avanços democráticos assumidos na Constituição Federal do Brasil de 1988 e por força da atuação de movimentos sociais comprometidos com a emancipação social no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) foi alterada pela Lei 10.639/2003, de modo a estabelecer-se a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas na educação básica. Essa alteração tem por objetivos combater o racismo, componente ainda estruturante das relações políticas, culturais e econômicas da sociedade brasileira e conduzir a uma sociedade multirracial, multicultural, pluriétnica e democrática. Essa medida tem por estratégia “a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada”. No âmbito do ensino superior, a Resolução 01 de 17/06/2004 do Conselho Nacional de Educação estendeu tal obrigatoriedade para os cursos de graduação. A Formação Transversal em Relações Étnico-Raciais: História da África e Cultura Afro-Brasileira irá por um lado constituir os meios adequados para que a UFMG venha atender ao disposto na legislação. Por outro lado, indo além do atendimento “nominal” à lei, esta Formação Transversal tem o propósito de tornar acessível aos estudantes de graduação uma temática que vem adquirindo crescente importância no meio acadêmico, e que já vem mobilizando um significativo esforço, nas dimensões da pesquisa e da extensão, por parte de docentes da UFMG que integram diferentes departamentos. Assim, a discussão sobre a presença das matrizes africanas no repertório da cultura humana, a especial atenção sobre essa influência nos modos de ser, de sentir e de pensar na sociedade brasileira, juntamente com a recuperação dessas raízes na condição de referenciais para a interpretação e de fontes para o avanço do conhecimento em um grande número de campos do saber – são também objetivos desta Formação Transversal. Pretende-se, portanto, que essa

Formação Transversal, além de disponibilizar a discussão da temática étnico-racial para o conjunto dos estudantes da UFMG, promovendo a sensibilização destes para a temática da integração racial, possibilite também a preparação de futuros interlocutores qualificados, que poderão orientar sua formação profissional para o estudo e o ensino dessas questões. Desta forma, esta Formação Transversal deverá também contribuir para o desenvolvimento deste campo do conhecimento, bem como para a formação de recursos humanos qualificados para ocupar os postos de trabalho que se abrem nessa área. Entre as Formações Transversais em curso na UFMG é possível destacar: Formação Transversal em Saberes Tradicionais; FT em Divulgação Científica; FT *em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira* e FT em Culturas e Artes. A meta é instalar dez diferentes Formações Transversais, para cumprirem este papel de um espaço comum de formação acadêmico-cidadã dos estudantes, capaz de instrumentalizá-los para participar de maneira qualificada de debates de importantes questões da sociedade. Em elaboração: FT em Ciência dos Dados, FT em Ambiente e Sustentabilidade, FT em Direitos Humanos.

Outra dimensão da abordagem de conteúdos atinentes à temática das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena refere-se à vivência cotidiana da UFMG em relação à diversidade. Par ilustrar, vale o registro da oferta do curso de Formação Intercultural Indígena, o FIEL, da oferta de vagas suplementares a estudantes indígenas em diversos cursos de graduação, além das vagas suplementares para estudantes-convênio, no âmbito do Programa Estudantes-Convênio PEC-G e da observância da Lei de cotas, numa confluência de ações que colocam em diálogo diferentes etnias, culturas e nacionalidades, trazendo para as trajetórias acadêmicas não só os conteúdos, mas os desafios e as possibilidades da formação acadêmica em meio à diversidade.

Menção especial deve ser feita às chamadas Formações Transversais, instituídas pela resolução 19/2014 do CEPE. São estruturas curriculares com 360 horas que abordam temas de interesse geral, disponíveis para todos os estudantes: Formação Transversal em Saberes Tradicionais; FT em Divulgação Científica; FT em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira e FT em Culturas e Artes. A meta é instalar dez diferentes Formações Transversais, para cumprirem este papel de um espaço comum de formação acadêmico-cidadã dos estudantes, capaz de instrumentalizá-los para participar de maneira qualificada de debates de importantes questões da sociedade.

6.17. * **Políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012.**

Na avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, por exemplo, por exemplo, como expressão das políticas nesse campo, os Colegiados são orientados a incluir disciplinas e conteúdos nas disciplinas constitutivas de seus currículos, conteúdos que versem sobre meio ambiente, valores e práticas relacionados à educação ambiental. Em observância à legislação aplicada ao tema, a educação ambiental é tratada de forma transversal, articulando os conteúdos aos conteúdos específicos dos diferentes cursos, tanto no âmbito de disciplinas e atividades acadêmicas obrigatórias como naquelas de caráter optativo. Ademais, a UFMG promove a educação ambiental nos diversos níveis do ensino, por meio de projetos de extensão e de ensino, de pesquisas na área e de ações de intervenção no ambiente universitário.

Menção especial deve ser feita às chamadas Formações Transversais, instituídas pela resolução 19/2014 do CEPE. São estruturas curriculares com 360 horas que abordam temas de interesse geral, disponíveis para todos os estudantes: Formação Transversal em Saberes Tradicionais; FT em Divulgação Científica; FT em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira e FT em Culturas e Artes. A meta é instalar dez diferentes Formações Transversais, para cumprirem este papel de um espaço comum de formação acadêmico-cidadã dos estudantes, capaz de instrumentalizá-los para participar de maneira qualificada de debates de importantes questões da sociedade. Em elaboração: FT em Ciência dos Dados, FT em Ambiente e Sustentabilidade, FT em Direitos Humanos

6.18. * **Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.**

A UFMG instituiu em 2010 o Departamento de Gestão Ambiental, órgão vinculado à Pró-Reitoria de Administração com a consolidação de divisões e seções existentes anteriormente em outros departamentos, quais sejam: a Divisão de Áreas Verdes, a Seção de Instalações Hidrosanitárias e o “Programa de Gestão de Resíduos”. A Divisão de Áreas Verdes é responsável pela manutenção, recuperação, implantação dos gramados, jardins, aceiros, áreas brutas e arborização do Campus Pampulha, Campus Saúde, Unidades Isoladas e Casa da Glória em Diamantina. Do ponto de vista de infraestrutura sanitária, três são os aspectos importantes a tratar, com profundos reflexos no orçamento e no dia-a-dia da universidade: abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial. Com relação à gestão de resíduos no âmbito da UFMG o Departamento de Gestão Ambiental atua na gestão do recolhimento dos resíduos comuns, especiais, de saúde, químicos, do isopor, cartuchos, toners, pilhas e baterias no Campus Pampulha, encaminhando-os para destinação adequada e contribuindo para a logística reversa prevista para alguns destes resíduos. Com relação à implantação e gestão da coleta seletiva, o Departamento de Gestão Ambiental – DGA da Pró-Reitoria de Administração apresentou à comunidade um projeto mais abrangente, orientador do processo na Instituição. A Comissão Geral de Coleta Seletiva Solidária, nomeada pelo Reitor elaborou o plano inicial propondo a instituição de comissões de coleta seletiva para cada unidade acadêmica ou administrativa. Tal procedimento foi adotado tendo em vista a diversidade e 150 quantidade de resíduos gerados na Universidade, devendo ser considerada a especificidade de resíduos gerados em cada uma das unidades. A implementação e monitoramento do plano nas áreas comuns do Campus como Praça de Serviços, bosques, vias para veículos, coube à comissão instituída pelo Reitor e pelo Departamento de Gestão Ambiental. A UFMG realizou levantamento qualitativo e quantitativo dos resíduos gerados no Campus da Pampulha para compor o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais – PGRSE, apresentado à Secretaria Municipal Adjunta do Meio Ambiente e rotineiramente a Superintendência de Limpeza Urbana – SLU realiza atualizações no levantamento da geração de resíduos, que visam alterações no valor contratual para recolhimento dos resíduos gerados no Campus da Pampulha. Em 2013 foi feita nova atualização dos dados, tendo em vista a decisão da UFMG em solicitar junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH o licenciamento ambiental do Campus da Pampulha, que apontou um total de 15.102,59 l/dia. A separação de resíduos recicláveis já é feita nas unidades acadêmicas e administrativas e o resíduo gerado é entregue a três cooperativas de catadores de materiais recicláveis, habilitadas para receber os resíduos, nos termos do Decreto 5940/2006. Apresentamos os quantitativos de resíduos destinados à reciclagem pelo DGA/PRA em 2015. Recicláveis como papel, papelão, plástico e metal: 53.025,0 Kg entregues de forma partilhada para a Astemarp, Comarp e Copervesp. Outros resíduos descartados pela UFMG em 2015: Pilhas para a logística reversa: 328 Kg. Cartuchos e Toners para a logística reversa: 2.965 unidades. Isopor para reutilização na indústria: 86 bags de volume de 1 metro cúbico cada. Vidro para reciclagem: 6.174 unidades. Sucata Metálica para reciclagem: 2.650 Kg Eletro Eletrônico sem patrimônio para reciclagem: 1.900 Kg

Com relação às recomendações do Decreto 7746/2012 referentes à prática de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços apresentamos as seguintes considerações: O contrato de reprografia prevê o recolhimento de carcaças de cartuchos e toners para impressoras adquiridos por meio de licitações públicas - a “logística reversa” e a impressão centralizada de documentos, o que acarretou a diminuição da aquisição de impressoras e seus suprimentos. Os produtos de limpeza, aqui utilizados e fornecidos pela empresa responsável pelo contrato de limpeza e desinfecção nos prédios e áreas comuns da UFMG, apresenta a exigência de que sejam biodegradáveis. A contratação de serviço de limpeza tem cláusula que trata especificamente de sustentabilidade ambiental, nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, que prevê a coleta dos resíduos recicláveis descartados pela Administração; o acondicionamento adequado e de forma diferenciada dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis; a otimização da utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas; a orientação para se evitar o desperdício de água tratada e utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros), dentre outros. Os sistemas de gestão pública (compras, almoxarifado e patrimônio, processos digitais), implantados a partir de 2013, preveem a implantação de processos digitais, com menor gasto de papel, com a previsão de tramitação de processos virtuais. A

Divisão de Áreas Verdes do Departamento de Gestão Ambiental adota, desde 2004, procedimentos de aproveitamento de podas de árvores e restos de grama, com a geração de adubos orgânicos por meio do processo de compostagem. A reutilização deste material nos gramados e jardins da própria Universidade diminuiu a aquisição e utilização de adubos químicos. Na especificação feita pelo DLO para a aquisição de veículos é exigido que eles sejam bicombustíveis. Os veículos devem estar em conformidade com o PROCONVE - Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores. As emissões de gases e poluentes dos veículos devem estar enquadradas nos padrões mínimos exigidos pelas legislações de proteção ambiental. Os registros de preços para aquisição de mobiliário para diversas Unidades Gestoras da UFMG são feitos respeitadas as especificações elaboradas pelo Departamento de Planejamento Físico e Projetos em seu Caderno de Especificação de Mobiliário. O citado caderno foi elaborado levando-se em consideração as normas de ergonomia, durabilidade e qualidade dos produtos que devem ser fabricados de acordo com as normas técnicas aplicáveis a cada um dos itens. O Departamento de Gestão Ambiental atua no controle do consumo e custo quinzenal e mensal de água, para 75 medições das unidades acadêmicas e administrativas do campus Pampulha, identificando as principais causas de ocorrência de anormalidades e/ou de valores de consumo elevados, e acionamento do DEMAI.

6.19. * **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.**

A valorização dos direitos humanos vem sendo objeto de um conjunto de medidas institucionais adotadas pela UFMG nos últimos anos. Em maio deste ano, o Conselho Universitário aprovou resolução que dispõe sobre a violação de direitos humanos e a erradicação de atos discriminatórios, de qualquer natureza, no âmbito da UFMG. Ao menos duas outras deliberações oficiais também estão relacionadas ao tema: a resolução que proíbe o trote estudantil e a que regulamenta o nome social em registros da vida funcional acadêmica. Nesse campo, inevitável trazeremos à cena as ações sobre o currículo, que tem sido objeto de revisão do conteúdo programático de diversas disciplinas, de forma a contemplar a abordagem de temas ligados aos direitos humanos. Inevitável também é nos reportamos à Formação Transversal em Direitos Humanos, com oferta no ano em curso. A proposta partiu da Rede Direitos Humanos da UFMG, iniciativa da Pró-reitoria de Extensão que reúne núcleos, grupos e laboratórios que desenvolvem atividades de extensão, ensino e pesquisa de forma indissociável. O objetivo é promover a formação sistemática e continuada em direitos humanos dos estudantes de graduação da UFMG com enfoque multidimensional, contribuindo com a construção de um espaço de reflexão e análise, e estimular práticas sociais, educacionais e profissionais em direitos humanos. "Essa formação contribuirá para o fortalecimento de uma cultura dos direitos humanos em nossa universidade e sociedade. Além disso, representa uma forma permanente de reativar a conexão desejável entre os diversos trabalhos acadêmico-universitários desenvolvidos por diferentes instâncias já organizadas no âmbito da UFMG. De caráter interdisciplinar, a formação fundamenta sua organização na necessidade de articular e potencializar a contribuição do conhecimento e das práticas desenvolvidas em direitos humanos em diálogo com outros setores da sociedade.

[ANEXO RI](#) [ANEXO PDI](#) [INSTALAÇÕES](#) [VISUALIZAR PDI](#) [ATRIBUTOS DOCENTE](#)
[FORMULÁRIO SIMPLIFICADO](#) [FECHAR](#) [LISTAR PENDÊNCIAS](#) [FINALIZAR PREENCHIMENTO](#)